



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)

JOSÉ JANIÉLSON DA SILVA SOUSA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: GESTÃO E DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA
“VAMOS CUIDAR DO BRASIL” EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE
SANTA CRUZ DOS MILAGRES - PI.**

TERESINA-PI

2021

JOSÉ JANIÉLSON DA SILVA SOUSA

**Educação Ambiental: gestão e desdobramentos do programa “Vamos Cuidar do Brasil”
em escolas públicas municipais de Santa Cruz dos Milagres - PI.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI), como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste.

Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente/Educação Ambiental.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Leila de Castro Pereira.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S725e Sousa, José Janielson da Silva.
 Educação Ambiental : gestão e desdobramentos do programa
 “Vamos Cuidar do Brasil” em escolas públicas municipais de Santa
 Cruz dos Milagres-PI / José Janielson da Silva Sousa. – 2021.
 117 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
 Teresina, 2021.
 “Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Leila de Castro Pereira”

 1. Educação Formal. 2. Programas Ambientais. 3. Políticas
 Públicas. 4. Protagonismo Juvenil. 5. Meio Ambiente. I. Pereira,
 Marcia Leila de Castro. II. Título.

CDD 574.52

JOSÉ JANIELSON DA SILVA SOUSA

**Educação Ambiental: gestão e desdobramentos do programa “Vamos Cuidar do Brasil”
em escolas públicas municipais de Santa Cruz dos Milagres - PI.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI), como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste.

Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente/Educação Ambiental.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Leila de Castro Pereira.

Aprovado em: 27/08/2021

Márcia Leila de Castro Pereira

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Leila de Castro Pereira.
Universidade Federal do Piauí – PRODEMA/UFPI
Orientadora

Dr. Denis Barros de Carvalho

Dr. Denis Barros de Carvalho
PROFESSOR ASSOCIADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Prof. Dr. Denis Barros de Carvalho
Universidade Federal do Piauí – PRODEMA/UFPI
Membro Interno

Maura Rejane de Araújo Mendes

Prof^ª. Dr^ª. Maura Rejane de Araújo Mendes
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Membro Externo

Dedico,
Este trabalho a todos os Educadores Ambientais do Brasil e do mundo, minha fonte de inspiração e luta para um planeta mais justo, próspero, igualitário e sustentável. Ao Coletivo Jovem de Meio Ambiente-CJ, Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade-REJUMA e a Rede Brasileira de Educação Ambiental-REBEA. Aos meus familiares, amigos e colegas que tornaram essa caminhada leve com muito apoio e carinho durante esta jornada. A todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão à Deus, pela vida e por me dar forças e sabedoria para enfrentar os obstáculos no percurso de realização deste trabalho.

Aos profissionais da Ciência e ao Sistema Único de Saúde-SUS, pela vacina contra o COVID-19 e por todo o trabalho incansável para salvar a vida de milhares de pessoas, inclusive a minha. Aos meus pais, Francisca Pereira da Silva e Francimar de Sousa Silva, pela motivação e por acreditarem na educação.

Aos meus familiares, em especial aos meus avós maternos Josefa e Cipriano.

Ao meu amigo, irmão e afilhado Marcello Andrade, pela motivação, torcida e conselhos de vida, uma das minhas grandes inspirações neste mundo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PPGDMA da Universidade Federal do Piauí – UFPI, pela contribuição no desenvolvimento desta pesquisa e pelo aperfeiçoamento acadêmico.

A orientadora, Prof.^a Dra. Márcia Leila de Castro Pereira, pelos esclarecimentos, paciência, orientação e conhecimentos antropológicos.

Aos Professores que compõe a banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Maura Rejane - UESPI e Prof. Dr. Denis Barros – UFPI, por aceitarem o convite, pela participação e contribuições para a pesquisa.

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz dos Milagres-PI, pela assistência e autorização do trabalho.

Aos gestores, professores e técnicos das seguintes instituições: Centro de Educação Municipal Manoel Portela; Pré Escola Municipal Mundica Portela; Escola Municipal Rural Antônio Tomé Soares de Carvalho; Unidade Escolar Municipal Rural Édson Queiroz; Escola Municipal Rural Sinhá Pereira da Silva e Escola Municipal Rural Jeremias Nogueira, por oportunizar o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos do Coletivo Jovem de Meio Ambiente-CJ, da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade-REJUMA e da Rede Brasileira de Educação Ambiental-REBEA. Aos amigos do PRODEMA, em especial a Jéssica Alves (minha bi e dupla da vida) e Aníbal Cantalice (meu bem) por todo o carinho, amor e apoio dentro e fora do mestrado, ao grupo dos Pequis (Andreina, Caíque, Daniel, Mariana Fontenele, Cristiane, Igor, Júlio Luiz, Luan, Pedro, José Santana “Zezinho”, Antônio Reis) pelos momentos de diversão e impacto, ao Wesley Fernandes, Francisco Antônio “Tonyo” e Neyla Oliveira, pelos incentivos. Vocês estão no meu coração.

Aos Amigos: Érika Lopes, Luciano Moura, Nivia Frazão, Lucélia Araújo, Thaís Cunha, pelo apoio incondicional de anos.

A todos os meus Peixes & Peixas de Santa Cruz dos Milagres-PI.

A todos, muito obrigado!

A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) surge como uma estratégia para o enfrentamento de crises sociais, culturais e ambientais, com a perspectiva de mudança, renovação e transformação. Nos anos 90, após a Rio-92, educadores e ambientalistas lutaram para tornar a EA como parte do ensino formal. As políticas públicas de EA visam a transformação da escola em um ambiente mais participativo e próximo das dinâmicas já interiorizadas pelos alunos e comunidades. A partir de 2003 instauram-se no Brasil mecanismos para a estruturação mais efetiva da educação ambiental, possibilitando a articulação integrada de ações no campo institucional. No governo Lula (2003 – 2006), a política pública implementada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, dentre outras propostas, buscou desencadear uma discussão em todas as escolas do país por meio do Programa Vamos Cuidar do Brasil (PVCB), considerado como um desdobramento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, e que busca fortalecer e enraizar a EA nas escolas através da realização das Conferências Infante-Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA), com a criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) e a Primavera X. A sustentação teórica deste trabalho aborda a reflexão da EA crítica e emancipatória com relação aos processos das políticas públicas de EA e etapas do PVCB. Em recentes pesquisas realizadas pelos principais teóricos da EA, é possível constatar que 94% das escolas que possuem Ensino Fundamental no Brasil afirmam praticar EA em seus processos pedagógicos. Porém estes dados não refletem a verdadeira realidade, após análise mais profunda, ao longo dos anos, desde a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pode-se perceber que existem contradições entre o discurso e a prática que aparecem na rigidez curricular. Com base no exposto, a pergunta problema que a pesquisa pretende abordar é: O PVCB pode contribuir para a formação e transformação do currículo, espaço físico e gestão democrática no ensino fundamental das escolas públicas? O principal objetivo desta pesquisa é analisar a gestão e os desdobramentos do programa “Vamos Cuidar do Brasil”, suas contribuições para a educação ambiental em seis escolas públicas de Santa Cruz dos Milagres – PI no período de 2003 a 2020. Mais especificamente (i) Descrever o processo de aplicabilidade do programa no ensino regular das escolas públicas; (ii) Caracterizar o perfil dos profissionais da educação (professores, coordenadores, diretores, e demais servidores) das escolas municipais de Santa Cruz dos Milagres-PI e a relação destes com o programa; (iii) Verificar a percepção dos profissionais da educação sobre o programa, considerando suas perspectivas/sonhos, desafios e propostas para a inserção da educação ambiental nas escolas e no município, dentro dos eixos: currículo, espaço físico e gestão; (iv) Verificar os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pelas escolas no período de 2003 a 2020, identificando aspectos de gestão do programa para a resolução de problemas ambientais locais; (v) Relatar a importância do protagonismo juvenil, a atuação e contribuições dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ) para o desenvolvimento de políticas públicas de educação ambiental nas escolas. A abordagem técnica quanto ao objetivo é bibliográfica, exploratória, documental, descritiva e pesquisa de campo, quanto às variáveis é qualitativa. O intuito é contribuir com os processos de implementação e melhoria das políticas públicas de EA, com base nas percepções e experiências das escolas públicas.

Palavras-Chave: Educação Formal, Programas Ambientais, Políticas Públicas, Protagonismo Juvenil, Meio Ambiente.

ABSTRACT

Environmental Education (EE) emerges as a strategy to face social, cultural and environmental crises, with the perspective of change, renewal and transformation. In the 1990s, after Rio-92, educators and environmentalists struggled to make EE part of formal education. EE public policies aim at transforming the school into a more participatory environment and closer to the dynamics already internalized by students and communities. From 2003 onwards, mechanisms for a more effective structuring of environmental education were established in Brazil, enabling the integrated articulation of actions in the institutional field. During the Lula administration (2003 – 2006), the public policy implemented by the National Environmental Education Policy Management Agency, among other proposals, sought to trigger a discussion in all schools in the country through the Let's Take Care of Brazil Program (PVCB), considered as an offshoot of the National Curriculum Parameters – PCN, and which seeks to strengthen and root EE in schools through the holding of Children and Youth Conferences for the Environment (CNIJMA), with the creation of the Environment and Quality of Life Commissions (Com-Vida) and Primavera X. The theoretical support of this work addresses the reflection of critical and emancipatory EE in relation to public policy processes of EE and stages of PVCB. In recent surveys carried out by leading EE theorists, it is possible to see that 94% of schools that have Elementary Education in Brazil claim to practice EE in their pedagogical processes. However, these data do not reflect the true reality, after a deeper analysis, over the years, since the implementation of the National Environmental Education Policy (PNEA), it can be seen that there are contradictions between discourse and practice that appear in the curricular rigidity. Based on the above, the problem question that the research intends to address is: Can PVCB contribute to the formation and transformation of the curriculum, physical space and democratic management in public elementary schools? The main objective of this research is to analyze the management and developments of the “Let's Take Care of Brazil” program, its contributions to environmental education in six public schools in Santa Cruz dos Milagres – PI in the period from 2003 to 2020. More specifically (i) Describe the program's applicability process in regular education in public schools; (ii) Characterize the profile of education professionals (teachers, coordinators, directors, and other servers) of municipal schools in Santa Cruz dos Milagres-PI and their relationship with the program; (iii) To verify the perception of education professionals about the program, considering their perspectives/dreams, challenges and proposals for the insertion of environmental education in schools and in the municipality, within the axes: curriculum, physical space and management; (iv) Check the Environmental Education projects developed by schools in the period 2003 to 2020, identifying aspects of program management to solve local environmental problems; (v) Report the importance of youth protagonism, the actions and contributions of the Youth Environment Collectives (CJ) for the development of public policies for environmental education in schools. The technical approach regarding the objective is bibliographic, exploratory, documentary, descriptive and field research, regarding the variables, it is qualitative. The aim is to contribute to the processes of implementation and improvement of public education policies, based on the perceptions and experiences of public schools.

Key words: Formal Education, Environmental Programs, Public Policies, Youth Protagonism, Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Pentágono das políticas públicas.....	23
Figura 02: Santa Cruz dos Milagres-PI, área de estudo.....	34
Figura 03: Festejos de Santa Cruz dos Milagres-PI.....	35
Figura 04: Localização das escolas e entorno.....	37
Figura 05: Matrículas no Ensino Fundamental de Santa Cruz dos Milagres-PI em 2020.....	38
Figura 06: Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas de Santa Cruz dos Milagres-PI.....	42
Figura 07: Evolução das notas da Prova Brasil no 5º ano.....	43
Figura 08: Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental das escolas de Santa Cruz dos Milagres-PI.....	43
Figura 09: Evolução das notas da Prova Brasil no 9º ano.....	44
Figura 10: Oficina de Futuro: árvore dos sonhos.....	48
Figura 11: Flor da sustentabilidade: as três dimensões e seus desdobramentos na escola.....	60
Figura 12: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São Nicolau-PI.....	66
Figura 13: Banhistas no Rio São Nicolau durante festejos em 2019.....	66
Figura 14: Enchente do Rio São Nicolau em maio de 2009.....	67
Figura 15: Alagamento na Pré Escola Municipal Mundica Portela em 2009.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Público participante das conferências nas escolas.....	27
Quadro 02: Princípios e metas da Primavera X nas escolas.....	30
Quadro 03: Quadro Comparativo entre os métodos 5W e 2H.....	49
Quadro 04: Indicadores para Escolas Sustentáveis.....	49
Quadro 05: Princípios dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente.....	79
Quadro 06: Principais ações do Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos estados.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantidade de profissionais da educação básica de Santa Cruz dos Milagres-PI por escola.....	53
Tabela 02: Quantidade de profissionais da educação por zona.....	53
Tabela 03: Profissão/Função dos participantes.....	54
Tabela 04: Sexo dos participantes.....	54
Tabela 05: Cor/Raça dos participantes.....	55
Tabela 06: Faixa Etária dos participantes.....	56
Tabela 07: Formação dos Participantes.....	57
Tabela 08: Tempo de trabalho nas escolas.....	58
Tabela 09: Atuação dos participantes nas modalidades de ensino.....	59
Tabela 10: Sonhos/Desejos dos profissionais das escolas.....	64
Tabela 11: Principais dificuldades/desafios para a realização dos sonhos.....	65
Tabela 12: Propostas de Ação.....	69
Tabela 13: Participação dos entrevistados nas Conferencias Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente.....	71
Tabela 14: Participação dos entrevistados em etapas das Conferencias Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente e/ou outras ações do Programa Vamos Cuidar do Brasil.....	72
Tabela 15: Projetos de EA desenvolvidos pelas escolas.....	74
Tabela 16: Avaliação dos participantes sobre o PVCB.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População residente por religião (Unidade: pessoas).....	36
Gráfico 02: Infraestrutura das escolas: alimentação.....	39
Gráfico 03: Infraestrutura – Serviços.....	39
Gráfico 04: Infraestrutura – Dependências.....	40
Gráfico 05: Infraestrutura – equipamentos.....	40
Gráfico 06: Infraestrutura – Tecnologia.....	41
Gráfico 07: Infraestrutura – acessibilidade.....	41
Gráfico 08: Participantes dos CJ's por estado.....	76
Gráfico 09: Sexo dos participantes.....	76
Gráfico 10: Faixa etária dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente.....	77
Gráfico 11: Raça/Cor dos CJ's.....	78
Gráfico 12: Formação acadêmica dos CJ's.....	78
Gráfico 13: Anos de atuação no Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente.....	81
Gráfico 14: Participação dos CJs nos processos das CNIJMA e/ou outras ações do PVCB.....	86
Gráfico 15: Atuação como delegado (a) no processo das CNIJMA do PVCB.....	87
Gráfico 16: Atuação como Facilitador/Mobilizador no processo das CNIJMA do PVCB.....	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BHSN - Bacia Hidrográfica do Rio São Nicolau
CJ - Coletivos Jovens de Meio Ambiente
CEMMP – Centro de Educação Municipal Manoel Portela
CNIJMA- Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente
COM-VIDA - Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Humana
EA – Educação Ambiental
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MEC - Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OG - Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organizações não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Projeto Político Pedagógico
PT - Partido dos Trabalhadores
PVCB – Programa Vamos Cuidar do Brasil
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REJUMA - Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação do Piauí
SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude
UFPI - Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS, ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	19
2.1 Educação Ambiental: Conceitos e Evolução Histórica no Brasil.....	19
2.1.1 Políticas Públicas de Educação Ambiental.....	23
2.2 Programa Vamos Cuidar do Brasil: A Educação Ambiental nas escolas.....	24
2.2.1 Conferências Infante Juvenis pelo Meio Ambiente.....	26
2.2.2 Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.....	28
2.2.3 Primavera X.....	28
2.3 Protagonismo Juvenil: atuação e contribuições dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente para a Educação Ambiental no Brasil.....	31
3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS	34
3.1 Histórico, delimitação e caracterização da área de estudo.....	34
3.2 Características das escolas pesquisadas e seu entorno.....	37
3.3 Caracterização e sujeitos da pesquisa.....	45
3.4 Coleta e Análise dos Dados.....	46
4 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	52
4.1 Perfil dos profissionais de educação de Santa Cruz dos Milagres-PI.....	52
4.2 Oficina de futuro – “Árvore dos sonhos”.....	59
4.3 Percepções e ações dos profissionais de educação sobre a Educação Ambiental e o Programa Vamos Cuidar do Brasil – fragilidades e possibilidades.....	69
4.4 Perfil dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente no Brasil.....	75
4.5 Coletivo Jovem: atuação em rede.....	79
4.6 Principais ações desenvolvidas pelos CJ’s nos estados e nos processos do PVCB.....	84
5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	90
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A- Formulário para os profissionais da educação básica de Santa Cruz dos Milagres-PI (diretores, coordenadores, professores e demais técnicos).....	107
APÊNDICE B - Formulário para os Coletivos Jovens de Meio Ambiente do Brasil.....	110
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE.....	112
APÊNDICE D – Parecer Consubstanciado do CEP.....	116

1. INTRODUÇÃO

A grande necessidade de se adequar os processos educativos à preservação ambiental vem fazendo com que as escolas procurem utilizar-se de pretextos pedagógicos sobre o meio ambiente (Roos e Becker, 2012) ou seja, uma metodologia para estudo de temas ambientais a serem abordados nas escolas da educação básica no Brasil apenas na semana do meio ambiente, no dia da água, no dia da terra etc. Como consequência, muitos professores não se sentem confortáveis em discutir temas ambientais na sala de aula (LEITE e RODRIGUES, 2018).

Segundo Carvalho (2011) a Educação Ambiental (EA) nas escolas desempenha fatores relevantes na formação/transformação do indivíduo e da coletividade, podendo contribuir na modificação do currículo escolar, do seu espaço físico e da gestão visando a melhoria da qualidade de vida ao fomentar respeito aos interesses coletivos e aos ecossistemas.

A educação Ambiental pretende posicionar o ser humano no mundo, através de uma proposta ética à longo prazo, fazendo-o reconhecer a alteridade da natureza e integridade (CARVALHO, 2011, p. 151).

A EA pode expressar vários significados, logo não possui um conceito único, o termo pode ser considerado como polissêmico e possui uma práxis entre a teoria e prática (LAYRARGUES, 2004; SAUVÉ, 2005; LIMA, 2011) onde coexistem várias abordagens pedagógicas, políticas e epistemológicas (REIBELT et al., 2014). Compreende-se que as práticas de EA podem ser realizadas em vários locais com a aplicação de diferentes metodologias. Lima (2021) aponta a EA como emancipatória e crítica, processo que pode contribuir para a formação e pensamento do ser humano e o desenvolvimento sustentável.

As escolas convivem diariamente com problemas ambientais em seu entorno, estes desafiam a vida das pessoas em suas comunidades e em muitos casos inviabilizando a qualidade de vida, alguns problemas são muito complexos e multidimensionais, assim, surge a necessidade de abordagens pedagógicas nas escolas que possam promover reflexões e soluções para tais problemas. A EA crítica possibilita uma visão ampla das situações reais enfrentadas e modula a construção metodológica (RODRIGUES; LOUREIRO, 2017; GUIMARÃES, 2018).

Realizar uma reflexão crítica através da complexidade dos problemas ambientais, torna-se um dos maiores desafios para a inserção da EA nas escolas. Exige-se a interdisciplinaridade, a promoção de um diálogo entre as disciplinas e diferentes saberes (FAZENDA, 2013; PAVIANI, 2014). A análise multidimensional dos problemas interage com perspectivas de

qualidade de vida, meio ambiente, sociedade, ética, cultura, história, tradições, economia local e ciência (FIGUEIREDO, 2004a, 2004b, 2007, 2009; FONTEERRADA, 2005).

A sustentação teórica deste trabalho aborda a reflexão da EA crítica e emancipatória com relação aos processos das políticas públicas de EA e etapas do PVCB, considerando as complexidades e as abordagens pedagógicas desenvolvidas nas escolas para a solução de problemas ambientais locais (LIPIETZ, 2002; TRAJBER; MENDONÇA, 2007; MORIN, 2007, 2009; LIMA, 2008, RODRIGUES; LOUREIRO, 2017).

As políticas públicas de EA visam a transformação da escola em um ambiente mais participativo e próximo das dinâmicas já interiorizadas pelos alunos e comunidades, a contribuição para que haja um novo ritmo do trabalho pedagógico em sala de aula e fora dela e a mudança do cenário do ambiente escolar (RAMOS e VASCONCELOS, 2015). Essa nova perspectiva de comportamento na escola pode induzir, naturalmente, aos professores gestores e coordenadores a definir novos paradigmas para o papel que cada um deve assumir nesse contexto numa nova metodologia de interação, de planejamento, de execução e de acompanhamento das ações técnico-pedagógicas planejadas.

De acordo com os PCN's os educadores não podem trabalhar a EA como um projeto a mais, ou como um tema separado, muito menos como uma disciplina específica na educação básica. Ela faz parte de um contexto amplo chamado de "dimensão ambiental" (GUIMARAES, 2003; GUERRA, 2001) neste espaço são incorporadas as perspectivas do conhecimento crítico, de saberes tradicionais, científicos, valores, atitudes e uma visão ampla da realidade.

A exploração das práticas pedagógicas de EA, vão além do "gostar" dos educadores e agentes envolvidos. Os professores devem compreender os conteúdos de suas disciplinas e correlacionar com a inserção da EA dentro delas com caráter interdisciplinar. É preciso tratar as questões complexas ao invés de ignorá-las (SATO, 2003, p. 30).

A partir de 2003 instauram-se no Brasil mecanismos para a estruturação mais efetiva da Educação Ambiental (EA), possibilitando a articulação integrada de ações no campo institucional. No governo Lula (2003 – 2006), a política pública implementada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), dentre outras propostas, buscou desencadear uma discussão em todas as escolas do país por meio do Programa Vamos Cuidar do Brasil (PVCB), considerado como um desdobramento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) e dos PCN – Meio Ambiente na Escola (BRASIL, 2001).

O PVCB é concebido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e as Secretárias de Educação dos Estados e Municípios

(HENRIQUES, 2007). O seu fluxo contínuo de comunicação, envolve escolas da rede pública, para elaborar, gerenciar e executar projetos de ação, com o apoio da comunidade na criação de espaços educadores sustentáveis. Dentre as ações estruturantes pode-se citar: a) as Conferências Nacionais Infante Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA); b) as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-vida); c) a Primavera X; d) os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ). Estas são o principal foco desta pesquisa.

A Secretaria de Estadual de Educação do Piauí – SEDUC/PI e as Secretarias Municipais de Educação são responsáveis pela gestão e aplicabilidade do PVCB nas escolas da rede pública de ensino, na zona urbana e rural dos municípios do estado do Piauí. Elas buscam orientar as escolas e monitorar as diferentes ações que contemplam a Política de Educação Ambiental, visando sobretudo alicerçar a formação de recursos humanos com sustentabilidade consciente para a preservação do meio ambiente (Willison, 2003; Pivelli, Kawasaki, 2005). Nesta perspectiva devem contribuir ainda para a qualificação dos estudantes como agentes agregadores de conhecimentos e transformadores da sociedade.

O PVCB tem o objetivo de enraizar e fortalecer a EA nas escolas. Neste contexto buscou-se verificar os avanços e retrocessos desse programa ao longo dos anos, as práticas de educação ambiental, o perfil dos professores, alunos e coletivos jovens, a percepção dos profissionais da educação e dos alunos sobre o programa, considerando suas perspectivas/sonhos, desafios e propostas para a inserção da educação ambiental, protagonismo juvenil, ações para a resolução de problemas ambientais, e a sua importância para construção de espaços educadores sustentáveis.

Esta pesquisa, apresenta uma análise crítica sobre ações desenvolvidas no período de 2003 a 2020 do PVCB, sua implementação, contribuições e problemas enfrentados por escolas públicas do município de Santa Cruz dos Milagres no estado do Piauí. A escolha deste local de pesquisa, localizado a 180km da capital Teresina-PI, partiu da observação em relação ao envolvimento do município nas ações do PVCB, desde a realização das Conferências Nacionais Infante Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA) até a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas) nas escolas.

O município possui quase 4 mil habitantes (IBGE, 2019), é reconhecido regionalmente por possuir a terceira maior romaria do Nordeste, chegando a receber em média quase 10 mil visitantes durante os festejos religiosos da cidade (ELLIOTT; MADIO, 2013). O fluxo contínuo de pessoas durante os eventos contribui para o desenvolvimento do turismo e economia local, porém amplifica os impactos ambientais da localidade.

Por ser natural do município, tive a experiência de estudar o ensino fundamental e médio em escolas públicas da localidade (2004 a 2010), no ano de 2008 participei das ações do PVCB, mas particularmente da III CNIJMA, como delegado na conferência escolar/municipal, pude expor ideias e soluções para os problemas ambientais do local. Posteriormente fui selecionado para representar o município na etapa estadual realizada com alunos e professores de todo estado do Piauí, logo após fui eleito para compor a delegação piauiense e assim participar da conferência nacional realizada em Luziânia-GO, com representantes de todos os estados do país. Após a realização das conferências fui representante dos alunos dentro da COM-VIDA por dois anos.

As experiências vividas me proporcionaram uma relação muito íntima com as práticas de EA. Ao sair da escola em 2010 passei a atuar no Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ), na Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) e na Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) como articulador, facilitador e educador ambiental. Em 2017 atuei como consultor técnico do Ministério da Educação (MEC) com a responsabilidade de mobilizar e acompanhar as escolas do Piauí durante as etapas da V CNIJMA e trabalhei na coordenação de educação ambiental da Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC-PI).

Ter vivenciado todas as etapas do programa, de delegado até membro organizador dos processos do PVCB, oportunizou a experiência e vivência nas mais diversas vertentes e assim despertou o interesse pelo tema, para compreender o programa através das percepções e experiências dos profissionais da educação nas escolas do município. Com base no exposto, partiu-se das perguntas: o PVCB contribuiu de alguma forma para a EA da localidade? Quais os principais desafios para aplicar a EA no currículo escolar? A COM-VIDA permanece ativa e atuante nestes espaços?

Em recentes pesquisas realizadas pelos principais teóricos da EA, é possível constatar que 94% das escolas que possuem Ensino Fundamental no Brasil afirmam praticar EA em seus processos pedagógicos (MENEZES; NOGUEIRA; PAIXÃO; DA PONTE; PEREIRA, 2018). Porém estes dados não refletem a verdadeira realidade, após análise mais profunda, ao longo dos anos, desde a implementação da PNEA, pode-se perceber que existem contradições entre o discurso e a prática que aparecem na rigidez curricular, dificuldades para trabalhar ações permanentes e até mesmo a inserção da EA no Projeto Político Pedagógico (PPP), há a existência de discursos rasos sobre os problemas, a interdisciplinaridade ainda não é uma realidade vivenciada pelas escolas (TRAJBER; MENDONÇA, 2007; TOZONI-REIS, 2014; VIEGAS; NEIMAN, 2015; TEIXEIRA et al., 2019).

Com base no exposto, a pergunta problema que a pesquisa pretende abordar é: O programa “Vamos Cuidar do Brasil” pode contribuir para a formação e transformação do currículo, espaço físico e gestão democrática no ensino fundamental das escolas públicas?

Partindo dessa questão, este trabalho tem como objetivo analisar a gestão e desdobramentos do programa “Vamos Cuidar do Brasil” e sua contribuição para a educação ambiental em seis escolas públicas de Santa Cruz dos Milagres – PI no período de 2003 a 2020.

Os objetivos específicos são: (i) Descrever o processo de aplicabilidade do programa no ensino regular das escolas públicas; (ii) Caracterizar o perfil dos profissionais da educação (professores, coordenadores, diretores, e demais servidores) das escolas municipais de Santa Cruz dos Milagres-PI e a relação destes com o programa; (iii) Verificar a percepção dos profissionais da educação sobre o programa, considerando suas perspectivas/sonhos, desafios e propostas para a inserção da educação ambiental nas escolas e no município, dentro dos eixos: currículo, espaço físico e gestão; (iv) Verificar os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pelas escolas no período de 2003 a 2020, identificando aspectos de gestão do programa para a resolução de problemas ambientais locais; (v) Relatar a importância do protagonismo juvenil, a atuação e contribuições dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ) para o desenvolvimento de políticas públicas de educação ambiental nas escolas;

O intuito é contribuir com os processos de implementação e melhoria das políticas públicas de EA, com base nas percepções e experiências das escolas públicas, apontando assim os resultados relevantes para uma formação transversal e interdisciplinar de espaços educadores sustentáveis, além da preservação do meio ambiente, as dificuldades enfrentadas para a execução das ações estruturantes e os pontos positivos e negativos que o programa pode trazer para as escolas, a comunidade e ao meio ambiente.

A dissertação está organizada com a seguinte estrutura: no capítulo 1, faço uma breve introdução justificando a escolha do tema e a relevância desse estudo, apresentando alguns desafios para a inserção da EA nas escolas e o surgimento de ações estruturantes através do PVCB que buscam tornar as escolas do país em espaços educadores sustentáveis. Também apresento a pergunta problema e objetivos da pesquisa.

No capítulo 2, inicia-se a fundamentação teórica do trabalho, trazendo sustentação científica com ênfase nos conceitos, estratégias e políticas públicas de EA. Apresenta-se uma evolução histórica da EA no Brasil, um debate sobre os processos de EA desenvolvidos nas escolas e como as políticas públicas de EA contribuíram ao longo dos anos para a formação de educadores ambientais e espaços sustentáveis.

Descrevo o PVCB, o seu contexto de criação e suas ações estruturantes. O recorte temporal utilizado inicia-se a partir de 2003 (ano de criação do programa) até o ano de 2020, realizando uma análise crítica sobre a conjuntura política, avanços e retrocessos. As ações estruturantes apresentadas são: a realização das Conferências Nacionais Infante Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA); as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) e a Primavera X, apontando seus principais objetivos, público envolvido e resultados. Faço uma breve análise do protagonismo juvenil: atuação e contribuições dos coletivos jovens de meio ambiente para a EA no Brasil.

No capítulo 3, descrevo os procedimentos e métodos adotados. A abordagem técnica utilizada quanto ao objetivo é bibliográfica, exploratória, documental, descritiva e pesquisa de campo, quanto às variáveis é qualitativa. Foram aplicadas entrevistas com base em um roteiro semiestruturado e oficinas de trabalho com 50 profissionais das escolas municipais e 24 membros do Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ). O material foi analisado com o uso da técnica de análise de conteúdo. Há uma descrição do histórico, delimitação e caracterização da área de estudo, características das escolas pesquisadas e dos sujeitos da pesquisa.

No capítulo 4 apresenta-se o perfil dos profissionais de educação de Santa Cruz dos Milagres-PI, os resultados obtidos através da realização da Oficina de futuro – “*Árvore dos sonhos*”, as percepções e ações dos profissionais de educação sobre a EA e o PVCB– fragilidades e possibilidades.

Apresento também o perfil dos CJ's, sua forma de organização e atuação e as principais ações desenvolvidas por eles nos estados e nos processos do PVCB. As conclusões desta pesquisa são apresentadas no capítulo 5, apontando respostas para as perguntas do trabalho, reflexões obtidas através dos principais resultados e sugestões para a melhoria do PVCB e a inserção da EA nas escolas.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS, ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

2.1 Educação Ambiental: Conceitos e Evolução Histórica no Brasil

Ao longo dos anos as pessoas veem se deparando cada vez mais com notícias nos jornais, televisão, na mídia de uma forma geral, abordando a “temática ambiental”, seja por conta de aspectos relacionados à poluição, ao aquecimento global e desastres naturais. Estes assuntos ganham a cada dia, mais magnitude nos meios de comunicação e assim passam a permear as conversas e relações entre as pessoas, alertando sobre a importância do meio ambiente.

A Educação Ambiental (EA) deve ser, antes de tudo, uma educação política, voltada para uma mudança de valores (BONOTTO, 2008; MANZOCHI; CARVALHO, 2008). No entanto, é preciso, na verdade, de uma educação tão completa que torne desnecessário o adjetivo ambiental. Nessa linha de entendimento, cabe mencionar que, para chegarmos ao entendimento de EA, deve-se passar, necessariamente, pelo conceito da expressão *Environmental Education*, que começou a ser utilizada em 1965, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, Grã-Bretanha. É importante notar, que nessa Conferência foi aceito que a Educação Ambiental deveria se tornar parte essencial da educação de todos os cidadãos.

Nesse aspecto, Silva (1998, pg. 106) entende a Educação Ambiental como:

[...] um processo de construção de conhecimento, baseado na afetividade e na solidariedade, e que a preservação da natureza é decorrência de uma identidade cultural com a terra que escolhemos para viver. E que esta identidade é conhecimento a ser construído.

De maneira geral vale dizer que, a Educação Ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade toma consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados dessas relações e suas causas profundas (NAVES; BERNARDES, 2014). Diante desse cenário, é possível dizer ainda que, a Educação Ambiental desenvolve, mediante prática que vincula o educando à comunidade, os valores e as atitudes que promovem um comportamento dirigido para a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para a dita transformação

(CONFERÊNCIA SUB-REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA, 1976).

Nesse aspecto, note-se que a Educação Ambiental como o conjunto dos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Políticos e cientistas discutem cada vez mais a influência que a EA pode ter nesse processo de formação de cidadãos. A educação não pode ser vista apenas como um instrumento para preparar os jovens para o mercado de trabalho, tão pouco ela deve ser encarada apenas como processo de aprimoramento cognitivo, ela possui um papel fundamental na formação de cidadania, e nesse sentido a educação ambiental acaba tendo um papel extremamente importante. Segundo Carvalho (2006), a EA surge da preocupação das sociedades em gerar equilíbrio com o planeta, garantindo assim um futuro com qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Para Loureiro (2004) e Reigota (2006), somente na década de 80 a educação ambiental passa a ter relevância no Brasil e passa a ser inserida nos setores de governo. A “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma educação que antes não era ambiental (Layrarques, 2014).

[...] a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do MMA é uma função de Estado totalmente nova. Uma política pública representa a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade. Quanto a sua modalidade, as políticas públicas se dão por intervenção direta, por regulamentação, ou contratualismo. A perspectiva de políticas públicas do órgão gestor da educação ambiental, hoje, inclui essas três modalidades. (SORRENTINO, TRAJBER e FERRARO JR., 2005, p. 290).

Em 1999 é instituída no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental através da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 com o intuito de institucionalizar e fomentar a criação de políticas públicas de EA. Em seu parágrafo VI que dispõe sobre o processo educativo e direito a educação ambiental: “À sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitude e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a preservação, a identificação e a solução de problemas ambientais” (BRASIL, 1999).

Em 2019, após 20 anos do surgimento da lei de Política Nacional de EA, pode se observar avanços e retrocessos no atendimento a mesma, as dificuldades de implementação e a necessidade de estimular grupos da sociedade civil para a promoção da política pública.

A Definição da educação ambiental é dada no artigo 1º da lei nº 9.795/99 como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Mesmo apresentando um enfoque conservacionista, essa definição coloca o ser humano como responsável individual e coletivamente pela sustentabilidade, ou seja, se fala de ação individual na esfera privada e de ação coletiva na esfera pública.

Cabe destacar que, embora a Lei nº 9.795/99 tenha distinguido a educação ambiental no ensino formal e no ensino não formal, manteve em ambos o objetivo primordial: a “sensibilização das consequências e a mobilização de todos na busca de soluções para os problemas que afetam o meio ambiente” (CARVALHO, 2004 p. 64).

Os princípios contidos no artigo 4º da lei buscam reforçar a contextualização da temática ambiental nas práticas sociais quando expressam que ela deve ter uma abordagem integrada, processual e sistêmica do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, com enfoques humanistas, histórico, crítico, político, democrático, participativo, dialógico e cooperativo, respeitando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (IBAMA, 2012; TBILISI, 2014). E em consonância com os princípios, o artigo 5º da lei estabelece os objetivos da PNEA, entre os quais destaca-se a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a garantia de democratização das informações ambientais e o incentivo ao exercício da cidadania, por meio da participação individual e coletiva, permanente e responsável.

A Educação Ambiental é tema prioritário na discussão das instituições governamentais e não governamentais devido à amplitude da crise ambiental, compreendida como fatores que modificam o ambiente interferindo nas complexas interações vivenciadas pelos seres vivos. (TONIZE-REIS, 2004 p. 3-4).

Sabe-se que a educação ambiental deriva basicamente de um processo de formação de ideias norteadas do clareamento do conhecimento e formulação da consciência crítica sobre os rumos da educação ambiental, vinculada a atividades que buscam a cooperação das comunidades nos cuidados com o equilíbrio do meio ambiente (MAMANI, 2010) . No que diz

respeito às políticas públicas de educação ambiental no país, Sorrentino, Trajber e Ferraro Jr. (2005) explicam que:

[...] a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do MMA é uma função de Estado totalmente nova. Uma política pública representa a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade. Quanto a sua modalidade, as políticas públicas se dão por intervenção direta, por regulamentação, ou contratualismo. A perspectiva de políticas públicas do órgão gestor da educação ambiental, hoje, inclui essas três modalidades. (SORRENTINO, TRAJBER e FERRARO JR., 2005, p. 290).

Segundo os autores, não se deve confundir política pública com políticas de governo, uma vez que é dever do Estado assumir as demandas que a sociedade impõe, e não o contrário. Essa questão pontuada por eles demonstra a importância de assumir um posicionamento a respeito das políticas públicas como membro de uma sociedade; não em um caráter amplo, mas principalmente no âmbito local, ou seja, em nosso cotidiano devemos estar a par das nossas necessidades, o que significa a divisão de responsabilidades entre a sociedade e o Estado. É necessário fazer com que haja uma compreensão de que é preciso educar cidadãos para se entender a complexidade do assunto e a importância do papel do indivíduo em relação ao meio circundante.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a Educação Ambiental traz as mudanças necessárias para comportamento individual com atitudes de valores de cidadania. Aplicados ao educador o papel de fortalecedor da educação ambiental aos educandos, reintegrando ao ensino valores ambientalistas e humanistas, trabalhando pedagogicamente as condutas do homem à frente do seu espaço ocupado, além de suas necessidades e interesses.

Nota-se que construir e formar cidadãos conscientes é necessário capacitá-los para decidirem agir atuando na realidade socioambiental com comprometimento com a vida e com o bem-estar de um todo, seja local ou mundial. Apesar do estudo de ecologia, a educação é distinta, esta última também abrangendo um âmbito bem mais extenso, pois, busca um questionamento direto da conscientização do indivíduo sobre suas decisões e percepções, além das relações mantidas sobre homem e meio ambiente. Esse objetivo requer uma educação que estimule uma formação de cidadãos seguros e conscientes, que possam reconhecer não só os seus direitos, mas também que saibam ver seus deveres em meio essa grande sociedade

desenfreada, que sejam responsáveis nas suas ações e vontades de mudanças para que haja transformação.

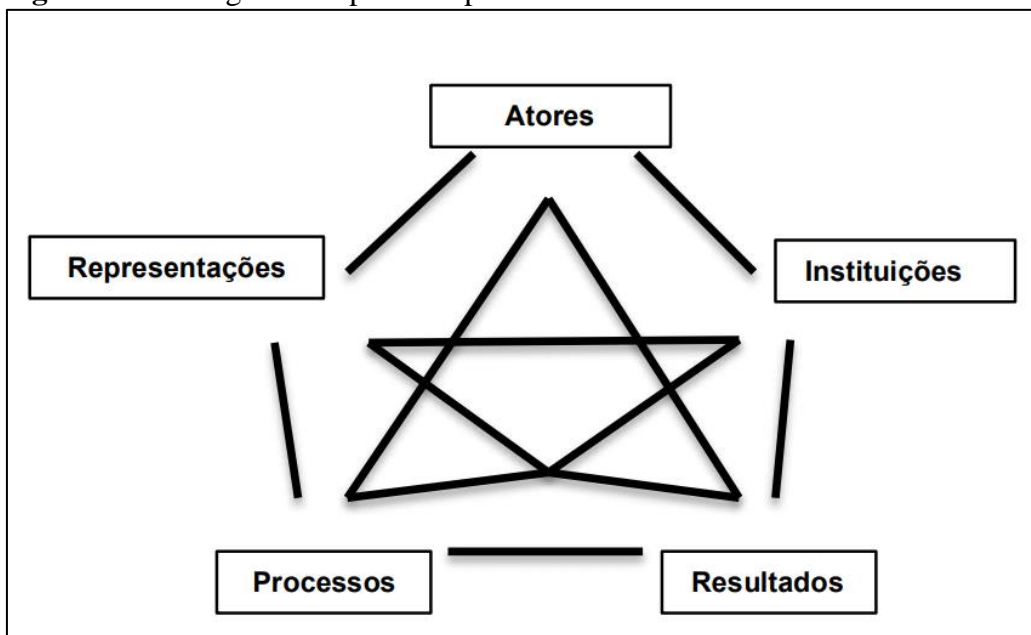
2.1.1 Políticas Públicas de Educação Ambiental

As Políticas Públicas podem ser compreendidas como o “estado em ação” partem de planos de governos, implementando projetos e programas voltados para setores específicos, Gobert e Muller (1987 apud HÖFLING, 2001). Para Farah (2004, p. 2) “as políticas públicas são ações do estado que refletem interesses de uma gestão, orientados por determinados objetivos.

Ações coletivas que refletem direitos sociais garantido por lei. As políticas buscam solucionar problemas sociais enfrentados no dia a dia de cada cidadão, elas redistribuem bens e serviços sociais de acordo comas demandas da sociedade (PEREIRA, 2006, p.130).

Pode-se compreender as políticas públicas como sendo de responsabilidade do estado, desde a implementação até o monitoramento, sua gestão deve ser alinhada com os órgãos institucionais responsáveis por gerir a politica (HÖFLING, 2001). Compreende-se que elas devem atender as necessidades da coletividade, no processo de criação deve haver uma ampla consulta social e instrumentos que possam garantir a participação dos cidadãos por meio de seus representantes.

Figura 01: Pentágono das políticas públicas



Fonte: (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012,)

A ação política é compreendida através de cinco elementos apresentados na composição do pentágono de políticas públicas: atores, instituições, representações processos e resultados. As representações acontecem em espaços de criação e participação social, os atores interagem por meio das instituições, propondo fluxos e rotinas nos processos e por fim, os resultados surgem desse conjunto de interações (LASCOUMES; LE GALES, 2012).

A lei nº 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental estipula que a educação ambiental seja trabalhada nas escolas de maneira transversal em todas as disciplinas, que suas ações possuam uma prática integrada, contínua e permanente. Visando atender a esta demanda o MEC lança em 2001 o Programa Nacional de Formação Continuada de Professores (MENDONÇA, 2004), esta política pública oportunizou formações para vários professores no país, no entanto não durou muito e as gestões dos governos posteriores não oportunizaram que esta formação acontecesse de forma contínua e permanente.

2.2 Programa Vamos Cuidar do Brasil: A Educação Ambiental nas escolas

Desde a redemocratização, percebe-se no Brasil, um aumento da participação na construção das políticas públicas, combinadas com a ampliação dos movimentos sociais e Organizações não Governamentais (ONG's), essa experiência oportunizou em contribuições locais em planos de governos de prefeituras e governos do Partido dos Trabalhadores (PT), (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006; FARIA, 2010).

Nos primeiros anos de governo do PT (2002), o então presidente Lula manteve políticas para estabilizar o real como por exemplo o controle dos gastos públicos ao contrário dos governos anteriores. (AVRITZER, 2011). No campo social o governo investiu no combate à pobreza através do Programa Fome Zero com aumento do salário mínimo (FARIA, 2010). Além da diminuição dos impostos para alimentos e materiais de construção e a criação de programas sociais como o Bolsa Família. A junção de outros programas já existentes e programas educacionais (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004; VIANNA, 2005). Essas medidas geraram uma transferência da concentração de renda para a camada mais pobre resultando na saída de milhares de pessoas da situação de miséria

No ano de 2005 o governo foi abalado por inúmeros casos de corrupção envolvendo ministros empresários e parlamentares em um caso que ficou conhecido como mensalão.

Em 2006 ocorreram as eleições presidenciais a disputa ficou entre o presidente Lula do PT e o candidato Geraldo Alckmin do PSDB. Com apoio da classe mais pobre e parte da classe lula

foi eleito no segundo mandato o governo criou o programa de aceleração do crescimento, o PAC.

Em 2007 construiu portos rodovias ferrovias e investiu no saneamento básico, a descoberta de petróleo no Pré Sal, permitiu aumento da exploração de petróleo no país, o aumento do preço dos produtos exportados e a grande exportação levou a economia a crescer. Em 2008 a crise econômica iniciada nos estados unidos e que rapidamente tomou o mundo não prejudicou o brasil de forma mais grave devido ao fortalecimento da economia interna, os setores da educação receberam investimentos e a economia cresceu 7% ao ano.

Em 2010 nas eleições presidenciais a disputa ficou entre o candidato do PSDB José Serra e a candidata do PT Dilma Rousseff que saiu vitoriosa com 56,5% dos votos e com o discurso de continuar os investimentos feitos pelo governo do Lula.

Na educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o Órgão Gestor – especificamente o Ministério da Educação (MEC) – tem o dever de apoiar a comunidade escolar – professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos – a se tornarem educadores e educadoras ambientais com uma leitura crítica da realidade, uma leitura da palavra-mundo conforme Paulo Freire.

O rápido crescimento da educação ambiental, nas instituições de ensino aparece no Censo Escolar¹ publicado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quando, a partir de 2001, inclui uma questão: “a escola faz educação ambiental?”. Os dados de 2004 indicam a universalização da educação ambiental no ensino fundamental com um expressivo número de escolas – 94,95% - que declararam ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica.

Com esses dados, aumenta a responsabilidade do Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de Educação Ambiental de formar educadores e educadoras atuantes em processos de busca de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional cidadã. E para propiciar essa educação ambiental nas escolas, o MEC criou o programa Vamos Cuidar do Brasil com uma visão sistêmica de crescimento constante. O programa foi pensado com um círculo virtuoso contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação a distância e ações estruturantes.

¹ Pesquisa elaborada pela SECAD/Coordenação Geral de Educação Ambiental e Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação; Inep – Coordenação-Geral de Estatísticas Especiais; Anped-GT de Educação Ambiental. Consultoria IETS- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Um exemplo de ação difusa é a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que envolve milhões de pessoas no debate de questões socioambientais. Além de ser conceitualmente sólida, a Conferência propicia a adoção de uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com problemáticas locais e globais. Nas escolas são assumidas propostas, responsabilidades e ações, na proporção de seu acesso às informações e ao poder, a respeito de questões fundamentais para a convivência planetária².

Uma outra ação do programa é a criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com-Vida nas escolas. É uma organização na escola que tem por objetivo geral desenvolver e acompanhar a Educação Ambiental de forma permanente e continuada, envolvendo a comunidade. Estudantes são os principais articuladores da Com-vida. O principal papel da Com-vida é realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, e contribuir assim para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável.

Com a implementação da Com-Vida, são perceptíveis o envolvimento, a participação dos educadores, um senso de comprometimento, de cooperação e de “militância” (GUERRA; TAGLIEBER, 2007).

A riqueza desse processo se encontra no processo mesmo, na pesquisa e nos debates realizados em cada escola, cada sala de aula e em cada comunidade indígena, quilombola, de assentamentos rurais e de meninos e meninas em situação de rua.

2.2.1 Conferências Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente

As Conferências Nacionais Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA) são desdobramentos do PVCB, essa política foi criada em 2003 pela então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e constituem-se em um processo pedagógico amplo e participativo que reúne estudantes, professores, coordenadores, diretores e a comunidade escolar para pesquisar, refletir e debater questões socioambientais das suas localidades. (BRASIL, 2003, p. 4) A realização das CNIJMA's acontecem em todo território nacional com escolas da rede pública e privada de ensino, com o objetivo de elaborar um projeto de ação para transformar a

² Na Conferência de 2006 os jovens entregaram ao presidente da República e seus ministros a Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil, que redigiram coletivamente. Ela se encontra impressa na contracapa dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2007.

realidade local e escolher representantes (delegados) para levar adiante as ideias acordadas por todos nas etapas municipais, regionais, estaduais e nacional.

Segundo o MEC, a I conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente (I CNIJMA) realizada no ano de 2003, envolveu cerca de 15.452 escolas em todo o país, mobilizando mais de 5 milhões de pessoas em 3.461 municípios.

Quadro 01: Público participante das conferências nas escolas

Público	Participação
Alunos 2º ano a 5º ano	15%
Alunos 6º ano a 9º ano	51%
Alunos do Ensino Médio	15%
Professores	4%
Comunidade	15%

Fonte: Autor, 2020.

Durante a I CNIJMA os temas abordados foram “Vamos Cuidar do Brasil” e quatro subtemas: Como vamos cuidar da nossa água; dos seres vivos; dos nossos alimentos; da nossa escola; da nossa comunidade.

Os principais resultados da I CNIJMA foram a carta de responsabilidades “Jovens Cuidando do Brasil”, a Criação dos “Conselhos de Juventude”, que posteriormente passou a ser chamado de Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ), a criação da REJUMA e a consolidação do PVCB, desenvolvido pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC, o principal foco do programa era a formação de professores e alunos participantes da I CNIJMA (PORTUGAL, 2014).

A II CNIJMA, aconteceu em 2005 e envolveu 11.475 escolas e comunidades e mais de três milhões de pessoas em 2.865 municípios. O grande tema debatido na época eram os oito Objetivos do Milênio, iniciativa das nações unidas. Os principais temas abordados foram: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial.

III CNIJMA, aconteceu em 2009 e envolveu 11.631 escolas e mais de três milhões de participantes em 2.828 municípios com o tema: Mudanças Ambientais Globais.

Em 2010 aconteceu a Conferência Internacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente (CONFIT) teve como tema “Vamos Cuidar do Planeta”. Iniciativa inédita no Brasil.

Participação: 62 países; 323 delegados e delegadas na sua etapa final; 13 milhões de pessoas e 87.258 escolas mobilizadas.

A IV CNIJMA, aconteceu em 2013 envolvendo 16.538 escolas e mais de cinco milhões de participantes em 3.519 municípios. O tema da conferência foi “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”.

2.2.2 Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – COM-VIDA

As COM-VIDAS são a melhor forma de perpetuação desta educação ambiental, sendo os Coletivos Jovens de Meio Ambiente indispensáveis nesses processos, devido a sua importância histórica no movimento e as metodologias que vêm desenvolvendo desde 2003 nesse aspecto (BRASIL, 2004). Esta comissão tem a missão de articular a escola e a comunidade para o desenvolvimento de ações de EA. Ela deve ser composta por dois alunos, um professor, o gestor e um representante da comunidade.

Em 2013, houve a criação de 217 Comissões de Meio Ambiente Qualidade de Vida – COM-VIDAS nas Escolas no Piauí, distribuídas nas 18 Gerências Regionais de Educação e a formação continuada de 1.208 professores de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, bem como a de 602 alunos.

Considerando, pois a adesão das escolas a Política de Educação Ambiental e tendo em vista o fortalecimento e o enraizamento das práticas educativas implementadas no contexto escolar e na dimensão da sociedade como um todo é que se faz imprescindível dar continuidade as ações do referido programa.

Nesse contexto a institucionalização das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS) torna-se um foco principal do programa, já que se coloca como instrumento fundamental e necessário para a construção da Agenda 21 Escolar na escola.

2.2.3 Primavera X

Primavera X é uma ação de pós-conferência que envolveu todos os participantes da etapa nacional, estadual, municipal e escolar. Configura-se como uma campanha nacional que foi realizada como continuidade do processo da V CNIJMA. A Metodologia da V CNIJMA foi enriquecida com elementos dos jogos colaborativos (AZEVEDO e BOMFOCO, 2012, PESCADOR, 2010) e teve a água como uma matriz ecopedagógica. Foi desenhada como uma

jornada épica em forma de gincana que seguia o fluxo das águas com missões a serem resolvidas a cada etapa. A gamificação (WERBACH e HUNTER, 2012), foi feita em parceria com a *LiveLab/Epic Journey* que tem como *game master* Edgard Gouveia Jr. A jornada contempla:

- I. Aprender brincando, as etapas reais e intervenção restaurativa no seu lugar (escola, bairro/comunidade, município);
- II. Detectar impactos e propor soluções (Projeto de ação);
- III. Construir comunidade de suporte (Aliado, Rede & Clã);
- IV. Divulgar e sensibilizar a opinião pública (Diário de Bordo);
- V. Qualificar os Projetos de Ação (Feira de projetos);
- VI. Mobilizar a comunidade escolar para a implementação do projeto.

Os principais objetivos do jogo foram: (i) estimular capacidades e tomadas de decisões, agir com base em valores e adotar atitudes transformadoras; (ii) vivenciar experiência colaborativa de forma divertida e transformadora; (iii) despertar o sentimento de cuidado com as águas, ligação e pertencimento à comunidade de vida, (iv) colocar em prática o potencial para cuidar do Brasil, cuidando das águas.

Um das missões de pós conferência, foi a “missão da chuva”, onde os estudantes, receberão a missão de germinar e florescer: Crianças de todo o Brasil agindo, agindo simultaneamente, para salvar as águas de sua localidade com a ajuda da comunidade, pais, professores e outros parceiros que queiram se inserir no processo. Essa ação Nacional está vinculada à Agenda 2030³, promovida pela ONU e, no setor governamental, é coordenada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9797/99). A ação aconteceu no início da primavera em setembro de 2018. (No dia 21 e 22), nas comunidades e escolas, em todo o território nacional, escolas com pelo menos uma turma das séries finais do ensino fundamental. A celebração da chegada da primavera no hemisfério Sul ocorre no dia 23 de setembro, dia em que os dois hemisférios do nosso planeta são iluminados pelos raios solares de forma igual. A Primavera é o começo de um novo ciclo, que representa o “nascimento”. É o período de regar jardins e plantar sementes para o processo de desenvolvimento da vida.

³ A Agenda 2030 é um documento que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados-membros da ONU. Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação ocorrerá no período 2016-2030.

No jogo da V CNIJMA as crianças foram intituladas de “nascentes” que se transformavam em outros corpos hídricos à medida que iam cumprindo missões (SHELDON, 2012). Em cada missão, elas recebiam “superpoderes X” para superar os desafios postos. Além disso, cada missão representava uma etapa do fluxo das águas: nascente, córrego, lagoa, rio, piracema, bacia hidrográfica até chegar ao mar. Ao final, no momento da despedida, “viraram nuvens” e retornaram aos seus territórios para “chover” e alimentar novas nascentes para cumprir o maior desafio: Cuidar do Brasil, cuidando das águas.

Nesse processo, a Primavera X vem como uma estratégia para fazer florescer ações de cuidado com as águas em todo o Brasil. Quais são essas ações? São ações variadas e que dependem do território, portanto, cada um tem o poder de agir de acordo com as suas capacidades, revelando o melhor potencial das pessoas envolvidas.

Os estudantes participantes da V CNIJMA receberão uma missão por meio de um “CARD” enviado virtualmente para mobilizar os demais delegados da etapa estadual, os adultos acompanhantes na CNIJMA, seus colegas de escola, amigos, professores, pais e outras pessoas da comunidade a realizarem uma ação concreta de recuperação e cuidado com a água em sua localidade.

Foram desafiados a envolver também pessoas influentes em suas comunidades e a mídia local. As ações realizadas deveriam ser compartilhadas em tempo real, por meio das redes sociais e ferramentas da internet, para dar maior visibilidade às ações e para que todos interessados possam acompanhar por entrevistas, fotografias, pequenos vídeos, lives e reportagens produzidas pela imprensa oficial e alternativa.

Quadro 02: Princípios e metas da Primavera X nas escolas.

Primavera X	
Princípios/Cuidados/ Regras	<ul style="list-style-type: none"> I. Ação apartidária e protagonizada pelos estudantes participantes do processo de Conferência; II. Cuidar da integridade física das crianças e adolescentes III. Ninguém faz nada sozinho – todos os estudantes devem atuar junto aos responsáveis e educadores.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> I. Realizar ações simultâneas em todo o Brasil, protagonizadas pelas crianças, envolvendo a comunidade escolar, pais, professores e outros setores da sociedade, dispostos a apoiar as ações.

Fonte: Autor, 2020.

A Secretaria Estadual de Educação do Piauí junto ao Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente do Estado do Piauí facilitaram o desenvolvimento das ações do Pós-Conferência, a Primavera X, formando 14 clãs em 12 municípios: Lagoa de São Francisco/PI; Lagoa do Sítio/PI; Santa Cruz dos Milagres/PI; Fronteiras/PI; Nazaré do Piauí/PI; Castelo do Piauí/PI; Campo Maior/PI; Pedro II/PI; Baixa grande do Ribeiro/PI; Amarante/PI; Monte Alegre do Piauí/PI. Percebe-se, portanto, a necessidade de fortalecimento do vínculo com esses municípios e a ampliação destas ações aos demais municípios do Estado.

2.3 Protagonismo Juvenil: atuação e contribuições dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente para a Educação Ambiental no Brasil

Inserir e envolver a juventude na discussão da temática ambiental como atores engajados capazes de transformar o seu contexto local é um dos maiores desafios da atualidade. A definição de juventude reflete o período de transição de crianças para a vida adulta (Ribeiro, 2004). por especificidades únicas (Coimbra e Nascimento, 2003); por características de atitudes próprias, que despertam o seu senso criativo e impulsiona a rebeldia (Novaes, 2006); pelas atividades como educação e trabalho (Costa, 2000); como o período de vulnerabilidade social, através da violência, drogas, agravo de saúde e gravidez precoce (Berquó, 1999), por assumir no contexto social, uma dupla responsabilidade: o de “transformador” ocasionar mudanças na sociedade e o de desagregação de valores e estruturas tradicionais (Cardoso e Sampaio, 1995; Abramo, 1997). Para Carmo (2001), definir jovem é difícil, e ao categoriza-lo em diversos segmentos, há riscos de segregação e pulverização de diversos grupos.

A participação da juventude nos espaços políticos de construção social, possui alta carga simbólica e de representatividade ideológica no contexto em que está inserido na sociedade. Para Nirenberg (2006), a participação de forma genérica, é "estar envolvido, tomar parte ou influenciar nos processos. Torna-se necessário envolver os jovens na construção de políticas públicas, articuladas e transversais que " tais políticas devem ter a participação ativa dos jovens em todo o seu processo, considerados como protagonistas das ações que dizem respeito a si mesmos e à sociedade em que estão inseridos" (Instituto Cidadania, 2004, p. 19). A participação juvenil é posta com um referencial de análise para as políticas públicas da juventude no Brasil.

A percepção do termo “protagonismo juvenil”, bastante utilizado no Brasil, surge num contexto de reformulação, renovação e transformação nos espaços de participação social e, mais

fortemente, no contexto da educação formal, tornando-se o pilar das inovações idealizadas no ensino médio (Ferretti e col., 2004). O protagonismo juvenil é também caracterizado como um elo de construção pedagógica para a ação cidadã (Costa, 2000) e como um novo modelo político-pedagógico (Iulianelli, 2003).

As primeiras ações destinadas para a juventude no Brasil, surgiram no a partir do século XX, com o reconhecimento do jovem com ator de mudanças no cenário socioeconômico, passando assim a receber a atenção do estado e da sociedade. Porém estas ações foram norteadas por uma visão estigmatizada da juventude, correlacionando-a com a violência, a imagem de um jovem delinquente e problemático para a sociedade, causador de protestos e rebeldias e que por esse motivo necessitava ser contido e inserido na sociedade de acordo com os padrões definidos pelos adultos “pessoas consideradas responsáveis” (Bango, 2008).

A partir de 2003, durante a realização da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – I CNIJMA⁴, primeira gestão do Governo Lula (2003-2006) caracterizado por possuir políticas direcionadas e orientadas para a igualdade e inclusão social (OLIVEIRA, 2009). Percebeu-se então a necessidade de envolver a juventude nesse processo, por possuir um potencial de mobilização nos estados e canais de atuação política com o objetivo de promover a transformação de sociedades, ambiente, culturas e realizar ações efetivas e permanentes nas comunidades. (BAQUERO, 2003);

É neste cenário que surge entre os participantes (sociedade civil) a ideia de criação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente – CJ's, com o intuito de viabilizar a participação da juventude, jovens preocupados com o meio ambiente e atuantes. Na ocasião adotou-se de início o nome de “Conselhos Jovens de Meio Ambiente” devido à burocracia estrutural do sistema de governo, para que pudessem atuar na organização com poder deliberativo com voz e voto na construção de políticas públicas, que pudessem acompanhar e realizar trabalho junto as Comissões Organizadoras Estaduais – COE compostas por outras instituições de caráter governamental ou não. Embora a existência de nomes diferentes, a proposta permanecia em sintonia com a concepção de um coletivo jovem.

Com esses dados, aumenta a responsabilidade do OG de formar educadores e educadoras atuantes em processos de busca de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional cidadã. E para propiciar essa educação ambiental nas escolas, o MEC criou o programa Vamos Cuidar do Brasil com uma visão sistêmica de crescimento constante. O

⁴ A I Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente foi realizada na Universidade de Brasília – UNB no ano de 2003 e envolveu 15.452 escolas e mobilizou aproximadamente 5.658.877 de pessoas em 3.461 municípios. As propostas e resultados do processo foram sintetizados na carta “Jovens Cuidando do Brasil”.

programa foi pensado com um círculo virtuoso contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação a distância e ações estruturantes.

Segundo Deboni e Mello (2007) um exemplo de ação difusa é a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que envolve milhões de pessoas no debate de questões socioambientais. Além de ser conceitualmente sólida, a Conferência propicia a adoção de uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com problemáticas locais e globais. Nas escolas são assumidas propostas, responsabilidades e ações, na proporção de seu acesso às informações e ao poder, a respeito de questões fundamentais para a convivência planetária

A CNIJMA, busca envolver dois recortes da juventude, o primeiro sendo alunos de 6 ao 9 ano do ensino fundamental e que possuem idade entre 11 a 14 anos como “delegados” do processo, sendo assim por tanto pré-adolescentes e adolescentes. O segundo são jovens que possuem idade entre 15 a 29 anos de organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil organizada que atuam na área ambiental e que formam o CJ’S. (DEBONI, MELLO E TRAJBER, 2009).

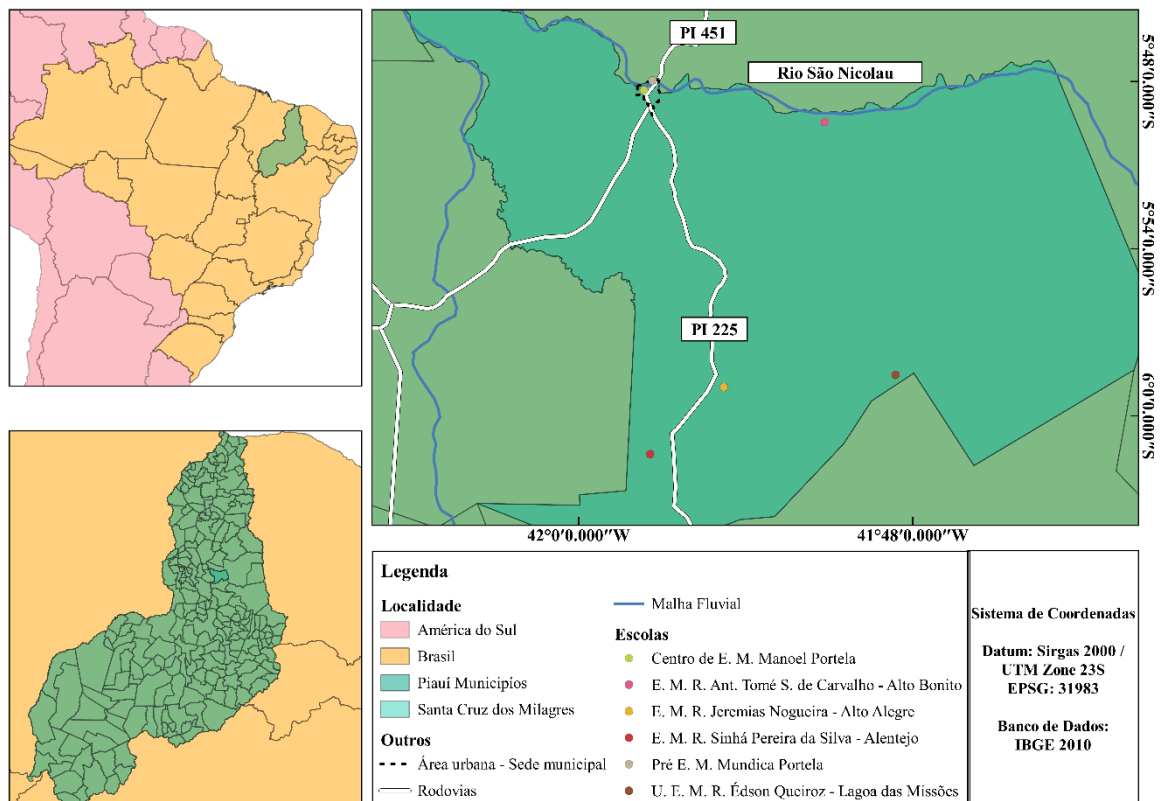
3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

O capítulo apresenta o percurso metodológico com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa. Apresenta-se uma breve descrição da área de estudo, seu histórico, a localização das escolas e uma reflexão de elementos que caracterizam o contexto da localidade. Na sequência há uma descrição e caracterização do tipo de pesquisa, dos sujeitos, dos instrumentos para a coleta de dados e dos procedimentos de análise. Importante frisar que a realização deste trabalho segue os protocolos éticos exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) em 2020, nº do CAAE: 31042520.6.0000.5214, atendendo a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

3.1 Histórico, delimitação e caracterização da área de estudo

O campo de pesquisa compreende a cidade de Santa Cruz dos Milagres – PI, localizada a cerca de 180km da capital Teresina - PI, no sentido Sul do Estado, com acesso pelas BR-316 e PI 221. Localiza-se a uma latitude 05°48'01" sul e a uma longitude 41°57'34" oeste, estando a uma altitude de 160 metros. Sua população estimada em 2004 era de 3.463 habitantes. Possui uma área de 1020,5 km² (IBGE, 2010).

Figura 02: Santa Cruz dos Milagres-PI, área de estudo



Fonte: (AUTOR, 2020).

O município possui a terceira maior romaria do Nordeste perdendo apenas para Juazeiro do Norte e Canindé no estado do Ceará. Apesar de pequeno, ele acolhe cerca de 10 a 50 mil visitantes de vários estados, geralmente com o mesmo propósito: alcançar alguma “*graça*” ou se “*penitenciar*” diante da “*Santa Cruz*” durante os festejos de maio, quando a “*Invenção da Santa Cruz*” em setembro (festejo de 15 dias) festa da adoração a Santa Cruz e em novembro quando acontece o “*Encontro dos Santos*”.

Figura 03: festejos de Santa Cruz dos Milagres-PI



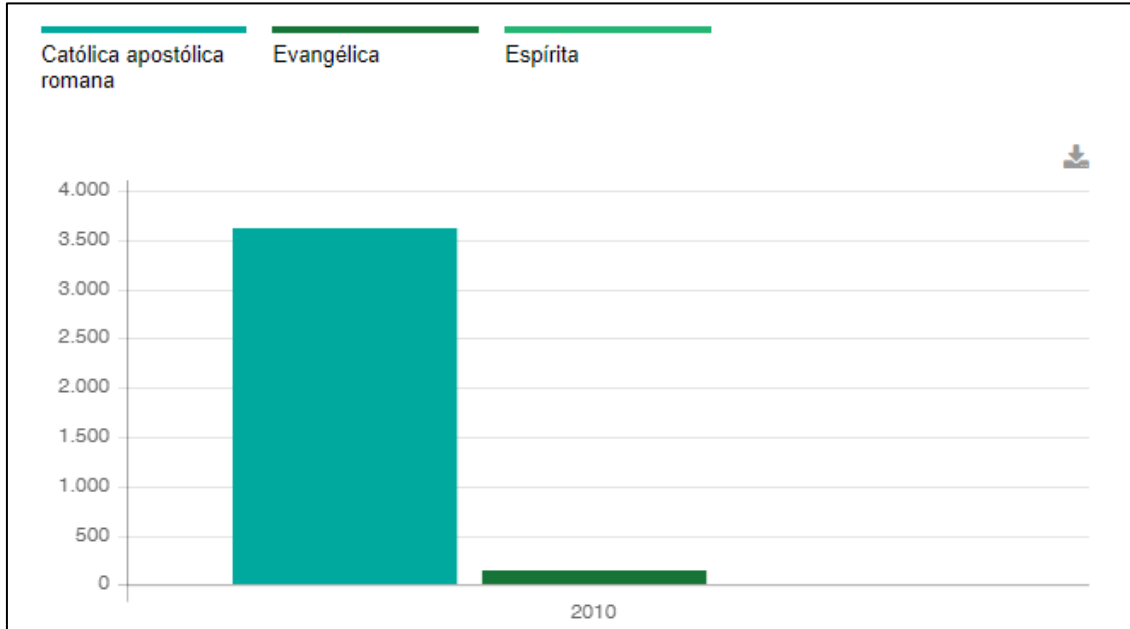
Fonte: Acervo fotográfico, <http://santuariodesantacruzdosmilagres.com/>

Como unidade política, o município se caracteriza como novo, possuindo apenas 29 anos em 2021, ainda no século XVII ele pertencia ao município de Aroazes, no território Vila de Valença (PESAVENTO, 2002). A agropecuária é o principal fator econômico do município (IBGE, 2010), no entanto, é nos períodos de festejos: maio, setembro e novembro, que o turismo religioso impulsiona a economia local.

O município de Santa Cruz dos Milagres, conhecido também como “Olho D’água dos Milagres”, hoje pertence ao território do Vale do Sambito, região Valenciana [...] pertenceu inicialmente com o nome de Fazenda Jatobá. Fez parte depois do município de Aroazes e, em janeiro de 1993, com a posse do

seu primeiro prefeito eleito, adquiriu sua plena emancipação política (MENDES, 2020, p. 6).

Gráfico 01: População residente por religião (Unidade: pessoas)



Fonte: IBGE, (2010)

A religião predominante no município é a Católica Apostólica Romana, refletindo em aproximadamente 3.662 habitantes, e apenas 153 pessoas praticavam a religião evangélica (IBGE, 2010).

O município surge em decorrência da romaria que teve início ainda no século XIX, os “romeiros” seguiam em peregrinação para o local que se chamava Fazenda Jatobá, hoje no local encontra-se a igreja da cidade. O que ficou registrado na história oral é que em um ano, não se sabe qual, do século XIX, nessa região teria surgido um peregrino, que as pessoas chamavam de “beato”, não há registros históricos de onde ele veio nem para onde ele foi.

Ao chegar na região ele teria encontrado um vaqueiro e o levou até a alto de um morro indicando que aquele solo de “rocha dura” era um local sagrado, ele trouxe consigo uma cruz feita de chapadeiro para ser colocada no local. Conta-se que esse *beato* colocou os dedos na boca e logo após cavou com a mão aquele local pedregoso, deixando assim, o vaqueiro impressionado, e olhando para ele proferiu: “olha este lugar é um local de muitos sinais da graça de Deus, você irá encontrar inclusive milagres nessa região.

Segundo as narrativas locais, este beato teria ainda apresentado ao vaqueiro um “Olho d’água” com água cristalina e milagrosa, que seria capaz de curar enfermidades, logo em seguida o beato desaparece e o vaqueiro retorna a sua casa na Fazenda Jatobá, ao chegar em casa o vaqueiro encontra sua filha doente e morrendo, o mesmo teria decidido seguir os

ensinamentos do beato, levando a filha para o local sagrado onde estava a “Cruz Milagrosa” e logo após para o “Olho d’água dos milagres” onde molhou a cabeça da menina pedindo a Deus para salvá-la, em poucos minutos a menina teria se curado, deixando todos os presentes ali no local maravilhados com o incrível milagre.

Não demorou muito e a história do local milagroso percorreu toda a região nordeste, fazendo com que muitas pessoas que possuíam enfermidades viajassem vários quilômetros para o local, em busca de cura “física” e “espiritual”. Há relatos de que os romeiros tiravam pedaços da cruz para fazer chá e assim obter a cura imediata, com isso, a mesma foi colocada dentro de uma outra cruz “oca” na tentativa de preservá-la. Para Mendes (2020), não se sabe ao certo quando iniciou o movimento religioso dos romeiros em Santa Cruz dos Milagres-PI: “Tentar contar com exatidão esse processo é perder-se nos idos do século passado”.

3.2 Características das escolas pesquisadas e seu entorno

Na figura a seguir pode-se observar a localização das escolas que participam da pesquisa: Centro de Educação Municipal Manoel Portela; Pré Escola Municipal Mundica Portela; Escola Municipal Rural Antônio Tomé Soares de Carvalho; Unidade Escolar Municipal Rural Édson Queiroz; Escola Municipal Rural Sinhá Pereira da Silva e Escola Municipal Rural Jeremias Nogueira.

Figura 04- Localização das escolas e entorno



Fonte: (AUTOR, 2021).

As escolas estão localizadas nas zonas urbana e rural do município de Santa Cruz dos Milagres-PI, em uma área de unidade territorial equivalente a 978,547 km², localizadas na região Centro-Norte Piauiense, inseridas no bioma Cerrado. O contexto do entorno das escolas é caracterizado pelo baixo desenvolvimento urbano, onde somente 3,4% de domicílios apresentam esgotamento sanitário adequado, a arborização local é de 0,3% e 83,2% dos domicílios estão localizados em área urbana. (IBGE, 2010).

O critério utilizado na seleção das escolas caracterizou-se por possuírem o público-alvo do PVCB, crianças e adolescentes com idade entre 11 a 14 anos, matriculados no ensino fundamental. Todas as seis escolas que atuam nesta modalidade participam e desenvolvem projetos de EA segundo a Secretaria Municipal de Educação, participando do processo das CNIJMA e/ou COM-VIDA.

Figura 05: Matrículas no Ensino Fundamental de Santa Cruz dos Milagres-PI em 2020.

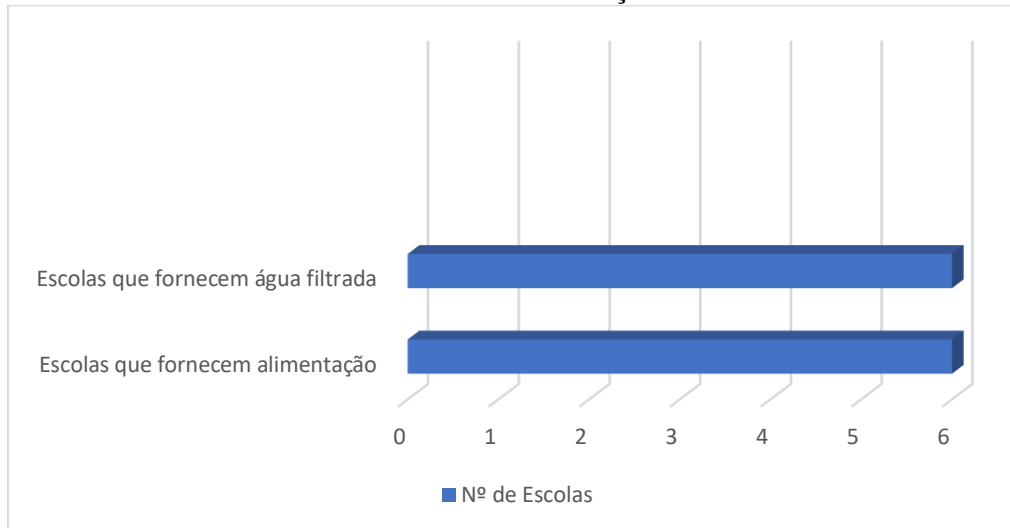
Matrículas 1º ano	46 estudantes	 Brasil: 2.818.814  PI: 45.796
Matrículas 2º ano	45 estudantes	 Brasil: 2.846.425  PI: 46.740
Matrículas 3º ano	59 estudantes	 Brasil: 3.076.357  PI: 53.565
Matrículas 4º ano	72 estudantes	 Brasil: 3.025.904  PI: 54.373
Matrículas 5º ano	56 estudantes	 Brasil: 3.022.915  PI: 53.765
Matrículas 6º ano	78 estudantes	 Brasil: 3.254.406  PI: 57.778
Matrículas 7º ano	67 estudantes	 Brasil: 3.107.920  PI: 53.826
Matrículas 8º ano	45 estudantes	 Brasil: 2.896.868  PI: 47.903
Matrículas 9º ano	60 estudantes	 Brasil: 2.669.221  PI: 44.331

Fonte: Censo Escolar/INEP 2020.

Ainda em 2020, o número de alunos matriculados nas séries iniciais e finais do ensino fundamental resulta em 538 estudantes matriculados nas escolas da zona urbana e rural, apresentando-se também os dados em relação ao panorama geral de matrículas do estado do Piauí e do Brasil. O público-alvo das ações do PVCB são os alunos das series finais do ensino fundamental totalizando assim 250 alunos. Importante frisar que 70% dos alunos residem e estudam nas escolas da zona urbana, e apenas 30% na zona rural, alguns estudantes desta última

deslocam-se para o Centro de Educação Municipal Manoel Portela para cursar as series finais, a locomoção é realizada através do transporte escolar.

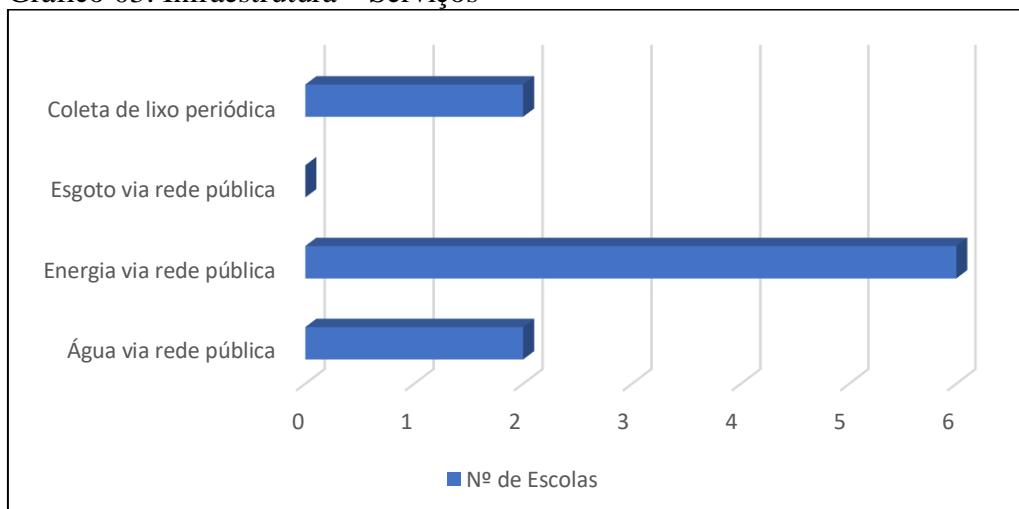
Gráfico 02: Infraestrutura das escolas: alimentação



Fonte: AUTOR, 2020.

Cabe ressaltar que, 100% das escolas municipais oferecem alimentação de qualidade e água filtrada, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE garante que os alunos tenham acesso a uma alimentação de qualidade, com nutrientes necessários, em algumas regiões mais pobres do país é nas escolas onde alguns os alunos realizam suas refeições (TURPIN, 2008).

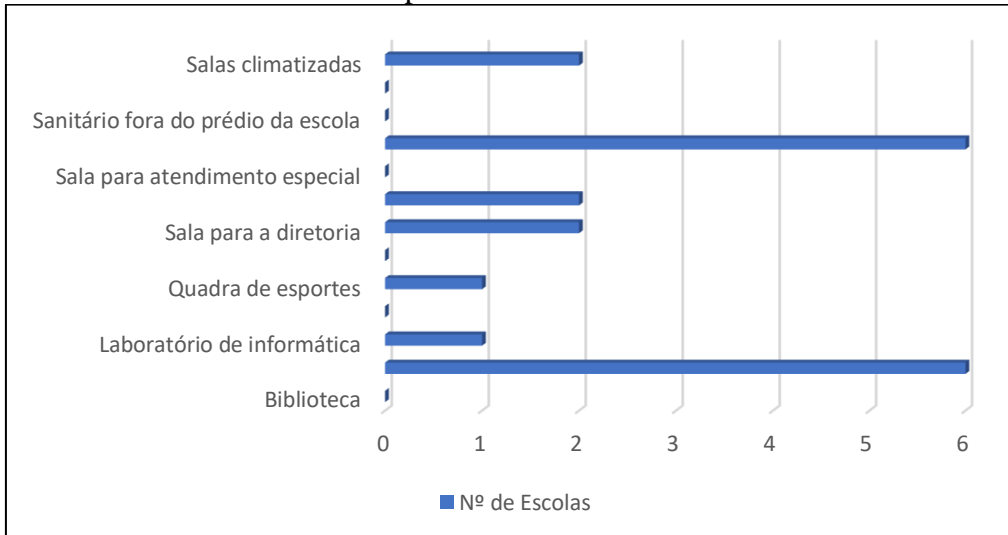
Gráfico 03: Infraestrutura – Serviços



Fonte: AUTOR, 2020.

Todas as escolas possuem energia elétrica, porém pode-se perceber que demais serviços ofertados pelo município atendem apenas às duas escolas da zona urbana, o Centro de Educação Municipal Manoel Portela e Pré Escola Municipal Mundica Portela, as demais escolas da zona rural não possuem coleta de lixo periódica e nem água via rede pública, nenhuma das escolas possui sistema de esgoto por vias públicas.

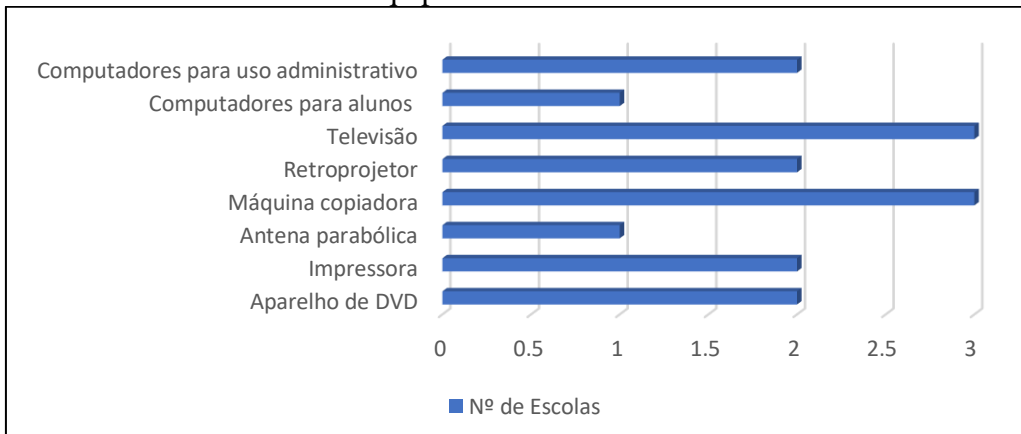
Gráfico 04: Infraestrutura – Dependências



Fonte: AUTOR, 2020.

As escolas que possuem uma infraestrutura mínima para a execução das atividades são o Centro de Educação Municipal Manoel Portela e Pré Escola Municipal Mundica Portela, as escolas dos interiores não dispõem dos mesmos itens como: salas climatizadas, sala para os professores, sala para a diretoria, quadra de esportes e laboratório de informática. Nenhuma das escolas possuem refeitório, sanitários fora do prédio da escola, sala para atendimento especial, sala para leitura, laboratório de ciências e biblioteca.

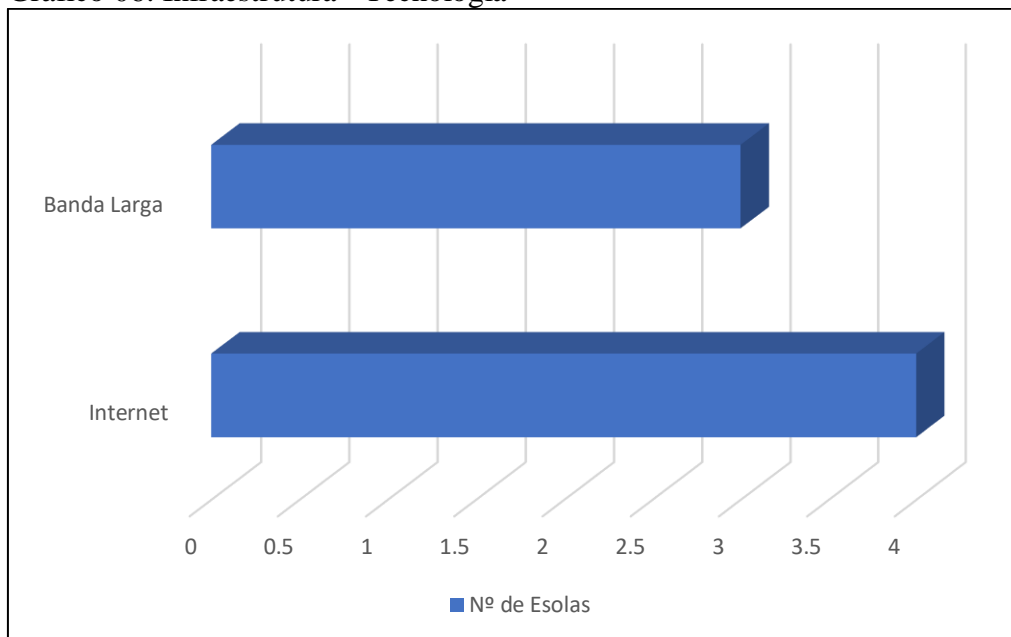
Gráfico 05: Infraestrutura – equipamentos



Fonte: AUTOR, 2020.

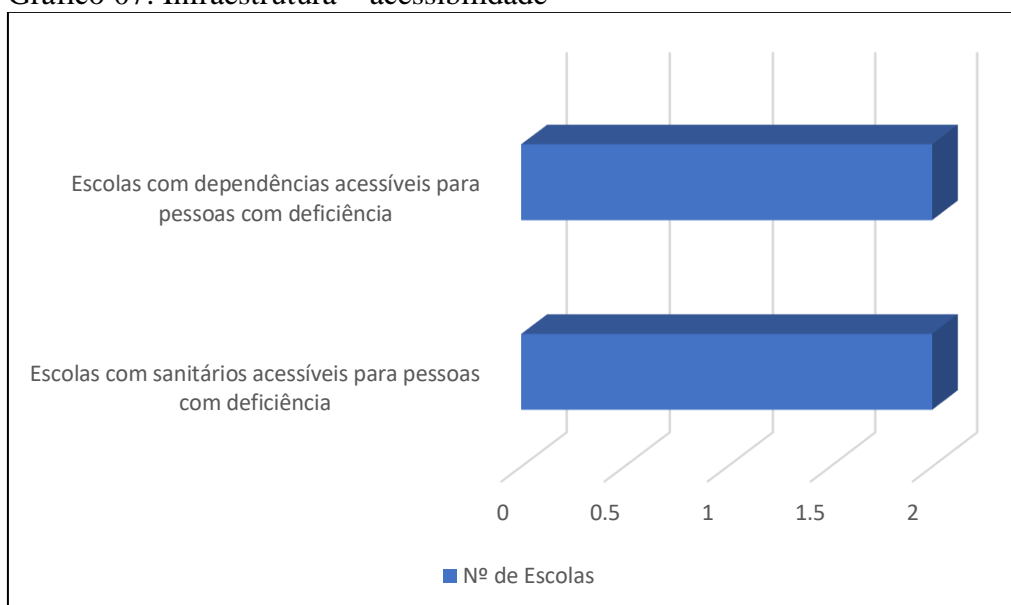
Dos equipamentos disponibilizados para a realização das atividades somente o Centro de Educação Municipal Manoel Portela, Pré Escola Municipal Mundica Portela e a Escola Municipal Rural Antônio Tomé Soares de Carvalho possuem televisão e máquina copiadora. Apenas as escolas da zona urbana possuem, computadores para uso administrativo retroprojeter, impressora e aparelho de DVD, e somente o Centro de Educação possui computadores para uso dos alunos e antena parabólica.

Gráfico 06: Infraestrutura - Tecnologia



Fonte: AUTOR, 2020.

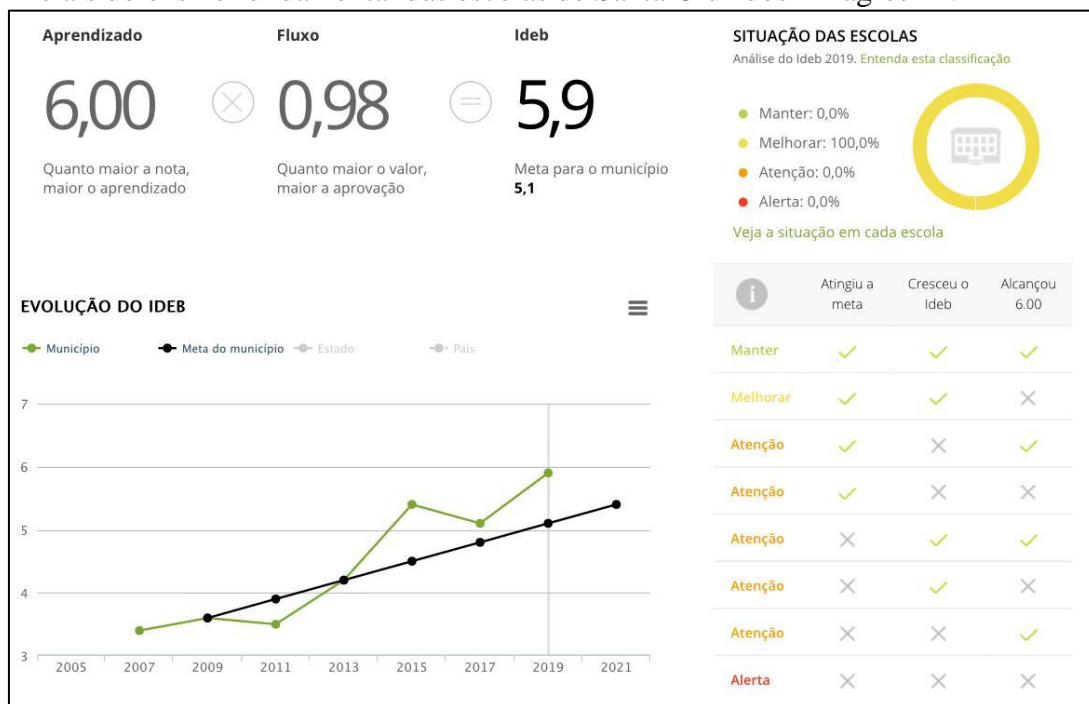
Gráfico 07: Infraestrutura – acessibilidade



Fonte: AUTOR, 2020

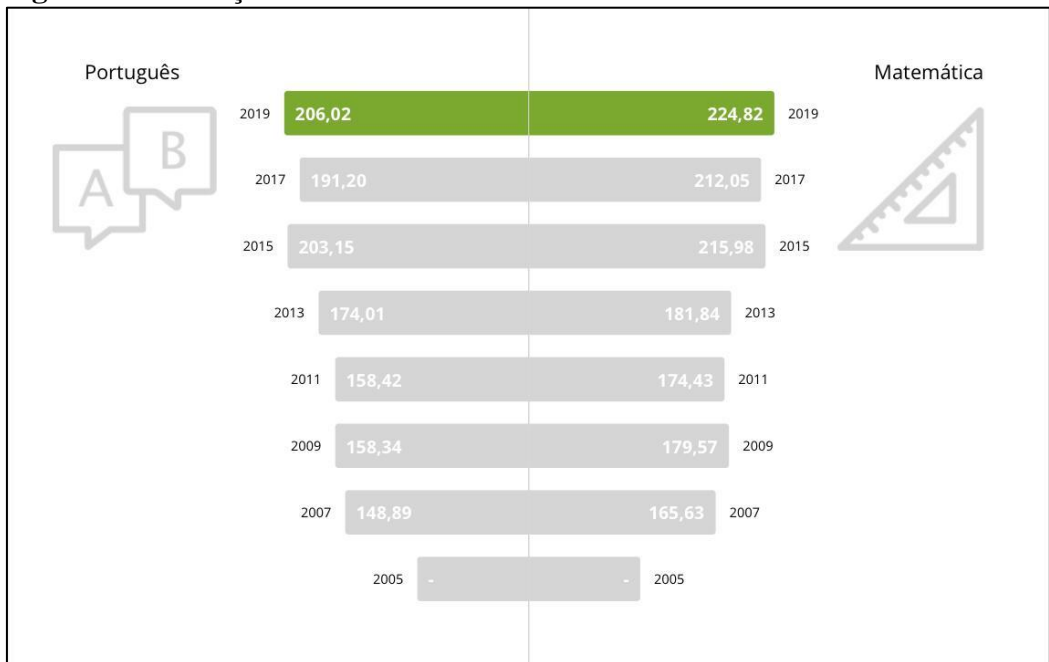
De acordo com o gráfico 06 apenas o Centro de Educação Municipal Manoel Portela, Pré Escola Municipal Mundica Portela, Escola Municipal Rural Jeremias Nogueira e a Escola Municipal Rural Antônio Tomé Soares de Carvalho possuem internet, sua funcionalidade é considerada boa, porém em períodos chuvosos o acesso à internet fica ruim. Já o gráfico 07 aponta que somente as duas escolas da zona urbana possuem dependências e sanitários acessíveis para pessoas com deficiência.

Figura 06: Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas de Santa Cruz dos Milagres-PI.



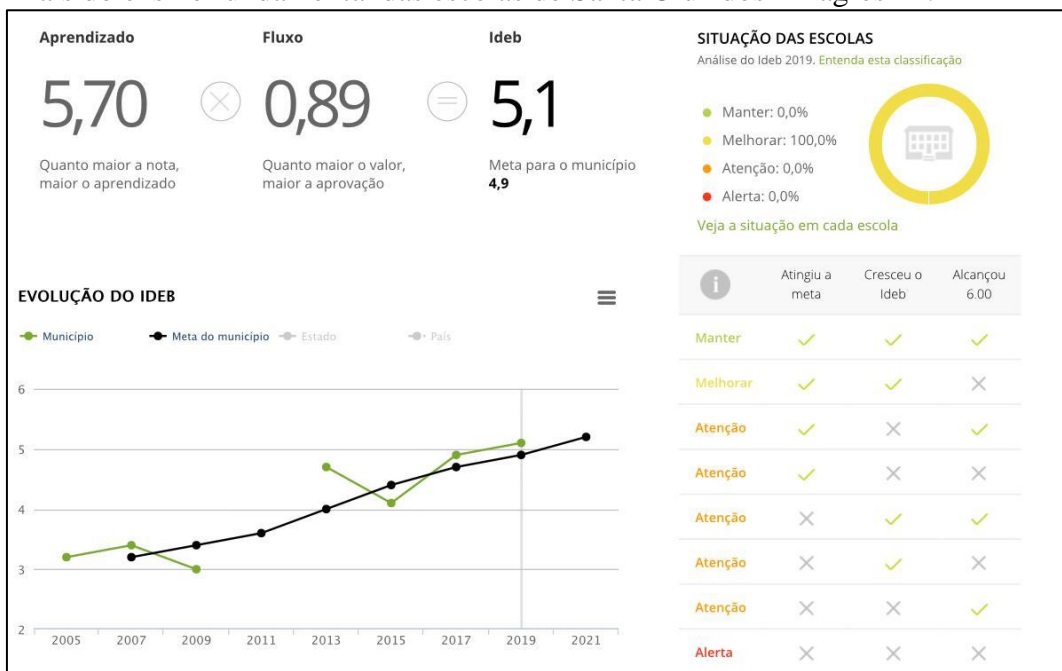
Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) compõe o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), (Decreto n.º 6.094/07) cada ente federado assume de forma voluntária a condução de atividades que possam promover a evolução dos índices de uma educação de qualidade, mediante as metas estabelecidas pelo IDEB (BRASIL, 2007). No ano de 2019 as series iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Santa Cruz dos Milagres atingiram a nota de 5,9 ultrapassando a meta de 5,1 para o município, porém ainda não atingiram a nota máxima de 6,0. Esta nota ainda pode ser atingida de acordo com a melhora dos serviços prestados, da estrutura das escolas e do desempenho dos alunos na realização da Prova Brasil. As avaliações de políticas educacionais são discutidas pelos seguintes autores: (AFONSO, 2005; ARAÚJO; LUZIO, 2005; FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007; SOUSA; OLIVEIRA, 2010; WERLE, 2011; ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013).

Figura 07: Evolução das notas da Prova Brasil no 5º ano.

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

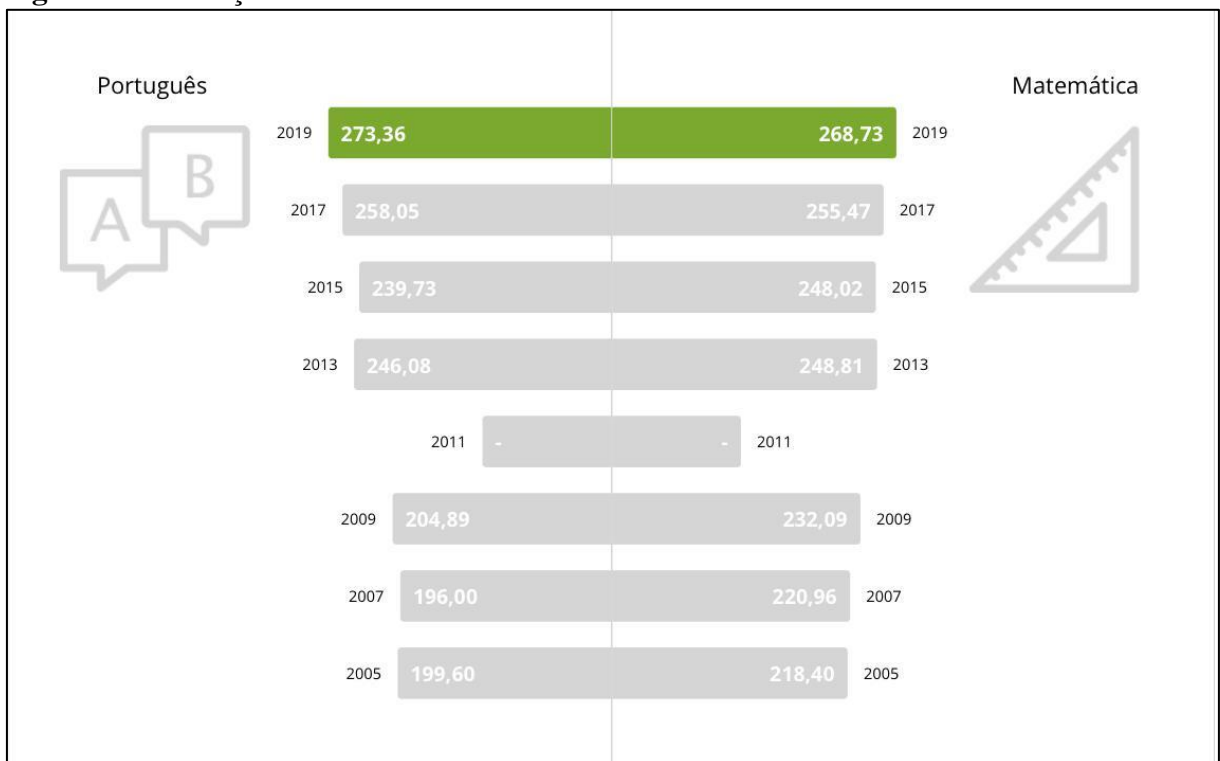
As escolas utilizam como estratégia, o treinamento com os alunos para que possam fazer uma boa avaliação da Prova Brasil, a utilização de atividades específicas, simulados e etc., neste caso pode se observar de acordo com a linha do tempo o desempenho da gestão escolar do município para alcançar as metas e superá-las.

Figura 08: Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental das escolas de Santa Cruz dos Milagres-PI.

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

O resultado do IDEB dos anos finais das escolas de Santa Cruz dos Milagres-PI no ano de 2019, foi menor em relação aos anos iniciais, no entanto, as escolas conseguiram atingir e ultrapassar a meta estipulada de 4,9. O desempenho foi de 5,1, onde a cada 100 alunos que realizaram a Prova Brasil, 11 não foram aprovados. As escolas ainda precisam alcançar a nota 6,0 e será necessário a ampliação dos esforços da gestão escolar, para a melhoria da qualidade do ensino nos anos finais e assim, atingir a meta.

Figura 09: Evolução das notas da Prova Brasil no 9º ano.



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

Pode-se perceber a constante evolução das notas das escolas nas provas de português e matemática, o desempenho reflete o empenho dos alunos, professores e gestores em trabalhar de forma coletiva para alcançar resultados satisfatórios.

Após a análise da caracterização das escolas e seus entornos, pode-se constatar uma infraestrutura ainda precária, reflexo não só das escolas do município, mas do estado como um todo. Embora, seja necessário ampliar a qualidade da infraestrutura, as escolas possuem bons resultados em relação ao IDEB, devido ao esforço dos gestores locais em atingir metas significativas. Esses dados apontam que as escolas buscam desenvolver métodos e técnicas para melhorar o seu ensino, e assim, sendo de total relevância estudar os fenômenos das políticas públicas de EA nestes espaços para compreender suas contribuições nesses resultados de desenvolvimento escolar.

3.3 Caracterização e sujeitos da pesquisa

Para analisar gestão, aplicabilidade e desdobramentos do PVCB para a EA, foi realizada pesquisa documental e de campo, identificando e coletando dados sobre a execução e relação dessa política pública com seus participantes no seu contexto original de vivência (DENZIN & LINCOLN, 2000; MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011; SHAH & CORLEY, 2006). A abordagem técnica da pesquisa quanto ao objetivo é exploratória e descritiva (VERGARA, 2005). A metodologia empregada possui abordagem qualitativa, por possibilitar a compreensão de fenômenos sociais, a perspectivas dos atores envolvidos, através da relação constituída com o seu ambiente. Para Gil (2017) esse procedimento possibilita o pensamento crítico sobre aquilo que está sendo investigado.

A pesquisa qualitativa aborda a reflexão dos sujeitos sobre os significados, motivos e percepções fenômenos pesquisados, dentro da construção de relação com o mundo e objeto estudado (MINAYO, 2010, p. 20).

Exige-se do pesquisador um cuidado e atenção para compreender tais fenômenos de acordo com o contexto de vivências dos sujeitos e como estes se relacionam com o objeto de pesquisa, observando conceitos, consciências e valores.

Foram convidados para participar da pesquisa todos os profissionais da Educação Municipal resultando em uma população de 70 pessoas, no entanto, participaram desta pesquisa a amostra de 50 profissionais da educação, sendo: 06 diretores, 06 coordenadores, 06 técnicos e 32 professores que atuam no ensino fundamental das seis escolas municipais de Santa Cruz dos Milagres-PI. Houve também a participação de 24 membros do Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ), totalizando assim em 74 participantes. Inicialmente participariam da pesquisa cerca de 240 (duzentos e quarenta) alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, por atuarem como delegados nos processos das CNIJMA, por terem representatividade dentro das COM-VIDAS, e por serem foco do PVCB pela promoção do protagonismo juvenil, porém esse público não pode ser considerado no estudo, devido à pandemia do COVID-19 que teve início no Brasil em março de 2020.

Os decretos estaduais estipulados pelo Governo do Piauí e Instituições de Saúde como a Organização Mundial de Saúde (OMS), decretaram isolamento social, e assim, os alunos passaram a estudar em suas casas na modalidade remota de ensino. Seguir protocolos de segurança, deslocamento para zona rural e as pessoas não estavam confortáveis em receber

visitas, muitos alunos não possuíam internet, e não tinham telefone celular, essas condições e implicações impossibilitaram a realização das oficinas e entrevistas com os alunos.

3.4 Coleta e Análise dos Dados

Inicialmente foi realizado um levantamento na Secretaria Municipal de Educação sobre as escolas atendidas pelo PVCB no período de 2003 a 2020. Posteriormente, foi realizada uma entrevista com os coordenadores e gestores das escolas para verificar a situação da EA no município de Santa Cruz dos Milagres-PI.

Para descrever o processo de aplicabilidade e ações do PVCB no ensino regular das escolas públicas, foi realizada pesquisa exploratória, utilizando diversas fontes de informação como livros, revistas, artigos científicos, acervo de documentos técnicos dos Ministérios da Educação (MEC) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), bem como a legislação.

A sustentação teórica deste trabalho aborda a reflexão da EA crítica e emancipatória com relação aos processos das políticas públicas de EA e etapas do PVCB (LIPIETZ, 2002; TRAJBER; MENDONÇA, 2007; MORIN, 2007, 2009; LIMA, 2008, RODRIGUES; LOUREIRO, 2017).

É preciso destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no dia 11 de maio de 2020 (Apêndice F), nº do CAAE: 31042520.6.0000.5214, seguindo os protocolos éticos exigidos, atendendo a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

A segunda etapa do trabalho teve início durante o encontro pedagógico das escolas realizado no mês de fevereiro de 2020 e contou com a presença dos 50 participantes. Neste período ainda não havia iniciado a pandemia do COVID-19. Na oportunidade foi possível aplicar o questionário socioeconômico (Apêndice A), com perguntas fechadas, a fim de detectar o perfil individual a partir das características de gênero, raça, cor, faixa etária, nível de escolaridade, a relação destes com o programa e o contexto das escolas da rede pública municipal, nas quais atuam, observando a sua localidade, seu espaço físico, gestão e currículo interdisciplinar. Alguns participantes tiveram dificuldade em preencher o formulário, não sabendo informar alguns dados como e-mail pessoal, tempo de trabalho nas escolas e até mesmo sobre informações de ações do programa. Estes dados foram processados com apoio de planilha eletrônica no (Excel), aplicação de fórmulas e logo depois tabelados e/ou apresentados em forma de texto.

Após a aplicação do questionário foi realizada a Oficina de Futuro: “Árvore dos Sonhos”. A metodologia parte de uma metáfora de uma árvore, onde suas folhas simbolizam os sonhos/desejos e pedras como os desafios. É importante frisar que a oficina aplicada com as escolas de Santa Cruz dos Milagres – PI passou por adaptações, para facilitar a interação entre os participantes.

Instituto Ecoar para a Cidadania criou a metodologia da Oficina de Futuro, o principal objetivo é oportunizar um espaço de amplo debate da população em processos de resolução de problemas e tomada de decisões. Este espaço propõe o debate com base na construção de sonhos, dificuldades e propostas. Os participantes evidenciam os problemas de um determinado tema, construindo seu “Muro das Lamentações” e também um espaço ideal para plantar sua “Árvore dos Sonhos” (ARAÚJO ET AL, 2015.p.3).

A oficina surgiu durante a Rio-92, onde os participantes da segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento buscavam meios para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação do planeta terra. Pessoas do mundo inteiro escreveram seus sonhos em papéis no formato de folhas, essas folhas representavam as ações e políticas públicas de EA desejadas, foram penduradas em uma árvore gigante no Aterro do Flamengo-RJ. A árvore se tornou símbolo de um processo criativo e coletivo contendo perspectivas para um mundo justo e igualitário.

Sustenta-se na crença de que a construção de uma escola sustentável é possível por meio da educação, de maneira democrática, que leve a uma gestão compartilhada de utopias e trabalho concreto. Nesta metáfora, constrói-se uma árvore, de maneira criativa, com tronco de sustentação e folhas. Cada folha tem o papel de representar o sonho de um aluno, professor, gestor ou grupo destes. Há, ainda, pedras modeladas a fim de representarem os percalços, as dificuldades que impedem a realização do que é sonhado. Para cada sonho, uma pedra no caminho.

A oficina foi realizada na Pré Escola Municipal Mundica Portela, durante a semana pedagógica dos professores, teve duração de 04 horas e foi conduzida pelo pesquisador, para facilitar a compreensão e construção da atividade. Os participantes foram divididos em 05 grupos de trabalho, contendo 10 pessoas em cada grupo, a construção do debate e diálogo partiu da diversidade dos grupos selecionados, a formação de cada grupo teve: diretor, coordenador, professor e técnico de escolas diferentes, para a socialização e reflexão de diferentes realidades.

No transcorrer da metodologia os participantes apontaram um diagnóstico da situação real vivenciada pelas escolas, logo após construíram um mural utilizando tarjetas (cartaz

pequeno) com sonhos, dificuldades e propostas/soluções com base no triple: Espaço Físico, Currículo e Gestão democrática, proposto pelo PVCB para a construção de escolas sustentáveis.

Figura 10: Oficina de Futuro: árvore dos sonhos



Fonte: AUTOR (2020).

As informações foram sistematizadas nos grupos, onde cada grupo pode elencar as suas ideias e prioridades de acordo com suas vivências, após essa construção o grupo escolheu dois representantes para socializar os resultados com os demais na plenária, logo após a plenária elegeu seus principais sonhos, desafios e soluções para a prática de EA nas escolas, todos os pontos elencados pelos grupos foram considerados e colocados para votação em plenária, a construção da atividade se deu de maneira coletiva.

Os participantes tiveram uma certa dificuldade para diferenciar “sonhos” de “propostas/soluções” as informações entre desejo e proposta real se esbarravam em questões íntimas de percepções dos objetivos e metas que cada escola pretendia desenvolver para

transformar o espaço escolar. Foi necessário a utilização de um plano de ação para sistematizar as informações. O Plano de ação segue o método 5W2H, essa técnica é utilizada como uma ferramenta prática que permite identificar e diferenciar processos para a realização de um projeto interno de uma instituição (SEBRAE, 2008).

Quadro 03: Quadro Comparativo entre os métodos 5W e 2H

Método do 5W2H			
5W	What	O que?	Que ação será executada?
	Who	Quem?	Quem irá executar/Participar da ação?
	Where	Onde?	Onde será executada a ação?
	When	Quando?	Quando a ação será executada?
	Why	Por quê?	Por que a ação será executada?
2H	How	Como?	Como será executada a ação?
	How Much?	Quanto custa?	Quanto custa para executar a ação

Fonte: Lisboa (2009).

A aplicação do método possibilitou as escolas pontuarem seus sonhos, como ação a serem alcançadas, categorizando um percurso de execução que podem ajudá-las na formação de futuros projetos de EA.

Os dados encontrados durante a realização da oficina, foram categorizados em Grupo 01, Grupo 02, Grupo 03, Grupo 04 e Grupo 05. A análise foi realizada de acordo com os indicadores para escolas sustentáveis (BRASIL, 2013).

Quadro 04: Indicadores para Escolas Sustentáveis

Indicadores	Descrição
Currículo	Incluir a educação ambiental no projeto político pedagógico de forma integrada, transversal e interdisciplinar, em conformidade com as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Espaço Físico	Realizar adequações de acordo com premissas da sustentabilidade socioambiental nas escolas.
Gestão Democrática	Incentivar o protagonismo infanto juvenil na escola e na comunidade, apoiando a formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola (COM-VIDA), colegiado permanente formado por estudantes, professores (as), dirigentes, funcionários e comunidade escolar.

Fonte: (BRASIL, 2013)

Os painéis demonstrativos contento sonhos, desafios e proposta onde os participantes votaram e elegeram através de voto, as suas prioridades dentro dos eixos temáticos são apresentadas e descritas no capítulo seguinte. Cada participante tinha direito a apenas um único voto para cada ponto ou ideia apresentada, sendo assim as ideias foram priorizadas de acordo com o número de votos recebidos.

As entrevistas com os profissionais de educação tiveram início em abril de 2021, a fim de verificar a percepções sobre o PVCB e verificar os projetos/ações desenvolvidas pelas escolas. Foram entrevistados 50 profissionais da educação que também participaram da oficina, as mesmas ocorreram de forma presencial, seguindo protocolos de segurança orientados pelos decretos estaduais e a OMS devido a pandemia do COVID-19. Neste período, as escolas voltaram a funcionar de forma híbrida, apenas para os adultos, diretores, coordenadores, professores e técnicos. As principais dificuldades nessa etapa de pesquisa foram: agendar horário com os participantes, o tempo disponível de cada um, pois boa parte dos entrevistados estavam em horário de trabalho e orientando alunos pelo WhatsApp com o conteúdo das disciplinas, a falta de retorno de alguns participantes e os casos positivos de Covid-19 dificultaram o processo das entrevistas.

O questionário aplicado durante as entrevistas possuía um roteiro semiestruturado com perguntas abertas (Apêndice A), cada entrevista teve a duração de aproximadamente 10 minutos, a coleta dos dados aconteceu por meio de gravação de áudio e vídeo, de modo a registrar o discurso, permitindo a expressão das ideias (SZYMANSKI et al., 2004). A técnica utilizada para a análise das entrevistas foi a análise de conteúdo, considerando a relação de vivência dos sujeitos com os temas pesquisados (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998; FLICK, 2009; MINAYO, 2001).

As questões foram organizadas com base nas principais respostas dos entrevistados, a nomenclatura utilizada para identificá-los foi: P. 01, P. 02, P. 03... P. 50 (a abreviação “P.” Neste estudo significa: Profissional da Educação). As transcrições das entrevistas foram realizadas pelo pesquisador, os trechos em destaque na discussão dos dados apresentam características semelhantes ou distintas, após a transcrição, os trechos foram enviados por e-mail para cada participante a fim de garantir a veracidade dos dados apresentados. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), além do termo de confidencialidade que garante o sigilo mantido sobre a troca de informações e a autorização do uso de imagens.

A última etapa a ser realizada foram as entrevistas com membros do CJ, a fim de verificar a importância do protagonismo juvenil, a atuação e contribuições de um movimento

da juventude ambientalista para o desenvolvimento de políticas públicas de EA nas escolas. Para isso foi aplicado um questionário online com questões abertas e fechadas através da ferramenta: formulários Google (Apêndice C), com aproximadamente 24 membros do CJ no Brasil. Este público foi entrevistado em virtude de atuarem no processo do PVCB desde alunos na escola até como facilitadores das atividades, os dados encontrados têm grande relevância devido a impossibilidade de realização de entrevistas com os alunos de Santa Cruz dos Milagres-PI.

4 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos a análise e discussão dos resultados, conforme os objetivos propostos. Primeiramente será apresentado o perfil dos profissionais da educação (professores, coordenadores, diretores, e demais servidores). Posteriormente é realizada a análise da percepção dos profissionais da educação sobre o PVCB, considerando suas perspectivas/sonhos, desafios e propostas para a inserção da EA nas escolas e no município, dentro dos eixos: currículo, espaço físico e gestão. Em seguida, são apresentados os projetos de EA desenvolvidos pelas escolas no período de 2003 a 2020, identificando aspectos de gestão do PVCB, para a resolução de problemas ambientais locais. E por último, apresenta-se os dados obtidos através de formulário aplicado com os CJ's afim de constatar a importância do protagonismo juvenil nas ações do PVCB. Os dados são apresentados em texto, gráficos e tabelas.

4.1 Perfil dos profissionais de educação de Santa Cruz dos Milagres-PI.

Compreender o perfil dos profissionais da educação e seu contexto de atuação tem se tornado cada vez mais desafiador, no país, estes profissionais atuam no ambiente escolar em condições precárias, sem estrutura mínima. Scorzafave (2011, p. 1) considera que a construção e análise do perfil destes profissionais, é importante acerca da atuação destes atores para alcançar os resultados escolares dos alunos.

Conhecer de pertos os agentes da educação básica [...] não é só relevante, mas necessário para que se possa observar as estratégias educacionais desenvolvidas com os alunos. Aproximar-se das práticas realizadas, compreender o cotidiano do seu trabalho, é importante, para que se possa pensar, com eles, as melhores formas de atuação para uma educação de qualidade (ANDRÉ, 2009, p. 51).

Ao longo dos anos, vários autores têm se dedicado a observar e compreender o perfil dos profissionais da educação básica no Brasil (FANFANI, 2007; SOUZA; GOUVEIA, 2011; GATTI; BARRETTO, 2009; OLIVEIRA, 2004). Essas análises são importantes para compreender a realidade destes atores e em que condições contribuem para o desenvolvimento das políticas educacionais.

A primeira observação partiu da atuação dos profissionais em seu contexto de trabalho, a escola na qual atua, a localização. Como mencionado anteriormente na metodologia deste

trabalho, foram convidados 70 profissionais, para participar da pesquisa, incluindo, diretores, coordenadores, professores e outros técnicos. Destes, apenas 50 profissionais participaram, totalizando 71,43% do valor total do público esperado.

De acordo com os dados levantados pode-se perceber uma maior participação de profissionais do Centro de Educação Municipal Manoel Portela com 58% e posteriormente a Pré Escola Municipal Mundica Portela com 16%, que são escolas localizadas na zona urbana do município, as demais escolas estão localizadas na zona rural (Tabela 01).

Tabela 01 – Quantidade de profissionais da educação básica de Santa Cruz dos Milagres-PI por escola

Escolas	Localidade	Quant.
Centro de Educação Municipal Manoel Portela	Bairro Galileia	29
Escola Municipal Rural Antônio Tomé Soares de Carvalho	Pov. Alto Bonito	03
Escola Municipal Rural Jeremias Nogueira	Pov. Alto Alegre	04
Escola Municipal Rural Sinhá Pereira da Silva	Pov. Alentejo	03
Pré Escola Municipal Mundica Portela	Centro	08
Unidade Escolar Municipal Rural Édson Queiroz	Pov. Lagoa das Missões	03
Total	-	50

Fonte: Autor, 2020.

A dificuldade de acesso nas vias da zona rural para a zona urbana, devido à qualidade das estradas, impossibilitou a participação dos profissionais destas áreas. Logo, 74% dos participantes residem na zona urbana e 26% na zona rural do município, assim, é possível constatar uma desigualdade na distribuição dos profissionais entre as zonas. (Tabela 02).

Tabela 02: Quantidade de profissionais da educação por zona

Zonas	Quantidade
Zona Urbana	37
Zona Rural	13
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

Para compreender esse dado, faz-se necessário observar o fenômeno de diminuição da população rural. No Brasil há uma queda geral da população representada por menores de 18 anos,

o êxodo rural, em decorrência dos processos de urbanização, onde a maioria das famílias dos interiores não possuem acesso à algumas políticas de desenvolvimento, resultando na busca por melhores condições de vida (DIEESE, 2014, p. 21). A redução de crianças e jovens nestas localidades, contribui para a diminuição da demanda de professores e o êxodo rural, estimula os profissionais a procurarem por melhores condições de trabalho nos centros urbanos. A maioria dos participantes são os professores (as) das escolas municipais da zona urbana e rural, totalizando assim 88% (Tabela 03).

Tabela 03: Profissão/Função dos participantes

Profissão/Função	Quantidade
Professor (a)	44
Auxiliar Administrativo	02
Secretário (a) de Educação	01
Diretor (a)	01
Coordenador (a)	01
Serviços Gerais	01
Total	50

Fonte: Pesquisa Direta, 2020.

Percebe-se que este percentual se tornou expressivo, devido a entrevista acontecer durante a semana pedagógica dos professores no município. Para Souza (2013) o perfil de novos professores é caracterizado por mudanças no ambiente profissional docente. Dentre as principais mudanças pode-se destacar: a reestruturação do trabalho; políticas de valorização salarial; desafios impostos pelas inovações tecnológicas e desigualdades vivenciadas pela comunidade (ALVARENGA; VIEIRA; LIMA, 2006). Em relação ao sexo dos entrevistados obteve-se o seguinte resultado: 96% feminino e 4% masculino. Pode-se observar a predominância das mulheres em todas as etapas do ensino fundamental do município (Tabela 04).

Tabela 04: Sexo dos participantes.

Sexo	Quantidade
Feminino	48
Masculino	02
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

O ensino da educação básica é destacado pela predominância do sexo feminino em relação ao masculino dentro das funções dos profissionais de educação do país (GATTI; BARRETTO, 2009). Esse perfil vai progredindo desde os anos iniciais, até os anos finais do ensino fundamental.

Vianna (2009) explica esse fenômeno, destacando as chamadas “escolas domésticas” ou de improviso que surgiram ainda no século XIX, onde as mulheres atuavam no ensino das instituições com a função do cuidado e orientações das crianças. Outro fator importante é que os homens abandonavam a escola, ainda nas etapas iniciais em busca de melhores condições de trabalho, acessando cada vez menos, as escolas que foram formando cada vez mais as mulheres ao longo de décadas (GATTI; BARRETTO, 2009).

As atribuições das funções em cargos de trabalho entre homens e mulheres não se sustenta mais nos dias atuais, há uma crescente luta pela igualdade de gênero, condições de trabalho e remuneração. No entanto a feminização da profissão de educadores, acaba sendo compreendida com um sinal de desvalorização social, uma vez que, em outras áreas categorizadas pela sociedade como atividades masculinas, dificultam o acesso das mulheres em outros ambientes de trabalho (FANFANI, 2007).

A análise da distribuição dos profissionais de educação por Raça/Cor é importante, pois evidencia a necessidade da reflexão sobre a diversidade da população brasileira, esse aspecto deve ser considerado de acordo com as políticas educacionais existentes. As instituições necessitam de profissionais preparados para atender alunos de universos culturais diferentes.

A classificação racial não deve-se basear apenas em questões fenotípicas, nem apenas em aspectos genotípicos, é necessário a combinação destes fatores com os aspectos da cultura e origem regional (SENKEVICS, MACHADO E OLIVEIRA, 2016). Apesar da declaração de pertencimento social ser bastante subjetiva, os estudos demandam de alguma categorização objetiva, ainda que imperfeitas. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza cinco categorias para esta classificação: parda, preta, amarela, indígena e branca. Estas categorias foram utilizadas neste estudo.

Os dados levantados entre os participantes das escolas municipais, apresentam que 82% dos entrevistados se declaram pardos e 16% afirmam-se como pessoas pretas (Tabela 05).

Tabela 05: Cor/Raça dos participantes

Cor/Raça	Quantidade
Parda	41
Preta	08

Amarela	01
Indígena	00
Branca	00
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

Souza (2013) afirma que perfil étnico dos educadores na região Nordeste está próximo da média do perfil étnico nacional, e que há discriminação nas escolas por estes aspectos, no entanto Alves e Pinto (2011) discordam dessa afirmação, ambos apontam que a discriminação é existente no mercado de trabalho docente, assim como em outras áreas de atuação, para os autores existe uma diferença entre a distribuição racial da população e a proporção de professores afrodescendentes. Os dados dessa pesquisa corroboram com o pensamento de Gatti e Barretto (2009), onde afirmam que a desigualdade em relação a escolaridade de brasileiros pretos e pardos, explicam a maior presença destes professores atuando na educação infantil, por exigir formação menos especializada.

Observar a idade dos educadores da educação básica, pode indicar características múltiplas do seu perfil profissional. No Brasil, a faixa etária dos professores prevalecente está entre 30 e 49 anos (POLENA; GOUVEIA, 2013). Já para Gatti e Barretto (2009) as faixas etárias consideradas são: até 29 anos, de 30 a 37 anos, de 38 a 45 anos e 46 anos ou mais, ambos afirmam que os mais jovens lecionam na educação infantil, para as autoras a divisão de faixa etária está equilibrada. A faixa etária dos profissionais foi de 20 a 57 anos, sendo que os grupos com mais representantes são de 42 a 46; 47 a 53; 35 a 41 e 54 a 57, com 28%, 28%, 24% e 24% respectivamente (Tabela 06).

Tabela 06: Faixa Etária dos participantes

Idade	Quantidade
Entre 20 e 34 anos	05
Entre 35 e 41 anos	12
Entre 42 e 46 anos	14
Entre 47 e 53 anos	14
Entre 54 e 57 anos	12
Acima de 57 anos	00
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

Os dados indicam que os professores estão adentrando a profissão cada vez mais tarde, já que a escolaridade mínima de formação, exige um grande tempo de estudo. Especificamente, no caso do município, os dados expressam também que não há uma renovação no quadro dos funcionários nas escolas, isso significa que poucas pessoas estão ingressando na profissão (SOUZA, 2013, p. 57).

Pode-se perceber uma tendência no aumento de professores com idade igual ou superior a 42 anos, esse indicativo possibilita a observação de que muitos professores possuem muitos anos de experiência na educação básica. Também pode indicar uma futura disponibilidade de renovação do quadro de professores, onde a antiga geração começa a se aposentar e uma nova geração de educadores começa a atuar nas escolas.

No Brasil há uma pressão cada vez mais constate para melhorar o perfil profissional dos educadores, os editais de concursos e seletivos estão cada vez mais exigentes ao longo dos anos. As exigências estabelecidas, às propostas de carreira docente, associam-se a uma remuneração melhor para profissionais qualificados.

Segundo relatos da Secretaria municipal de Educação do município, em décadas anteriores haviam professores apenas com o ensino médio completo. O percentual de professores com apenas o ensino médio reduziu bastante (SOUZA; GOUVEIA, 2011). Enquanto aumentou o percentual de educadores com o ensino superior e especialização (DIEESE, 2014).

De acordo com análise de formação dos participantes da pesquisa, constatou-se que 58% dos entrevistados possuem alguma especialização, 32% com graduação, 6% com ensino médio completo, 1% com mestrado e 1% apenas com o ensino fundamental (Tabela 07). Percebe-se um crescimento expressivo de profissionais com título de pós-graduação, fazendo com que as escolas atinjam a meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece o percentual de 50% dos professores com especializações *latu* ou *stricto sensu*.

Tabela 07: Formação dos Participantes

Escolaridade	Quantidade
Ensino Fundamental	01
Ensino Médio	03
Graduação	16
Especialização	29
Mestrado	01

Doutorado	00
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

A grande maioria dos participantes trabalha nas escolas a quase 30 anos, correspondendo ao percentual de 56%, isso demonstra que não há um nível de rotatividade, logo são profissionais em cargos efetivos, sendo que 14% dos colaboradores tem de 16 anos a 20 anos e 12% de 01 a 05 anos. O tempo de trabalho nas escolas também assegura maior confiabilidade nas informações prestadas nas entrevistas, visto que, estes profissionais acompanham ao longo dos anos as ações inseridas no Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola (Tabela 08).

Tabela 08: Tempo de trabalho nas escolas

Tempo	Quantidade
De 01 a 05 anos	06
De 06 a 10 anos	03
De 11 a 15 anos	02
De 16 a 20 anos	07
De 21 a 30 anos	28
Acima de 30 anos	03
Outras	01
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

Os dados apresentam que maioria dos profissionais estão em cargos efetivos de trabalho nas escolas do município, com pouca participação de contratados ou terceirizados. Os vínculos de efetivação dos funcionários públicos locais devem estar de acordo com a prescrição da legislação brasileira, onde o concurso possui caráter obrigatório na carreira do magistério do serviço público (GATTI; BARRETTO, 2009). No município, não há concurso público desde o início dos anos 2000, quando há necessidade, profissionais temporários são contratados para suprir as demandas locais.

A existência de vínculos temporários, demonstra uma distorção no sistema de ensino local, sem nenhum tipo de vínculo de trabalho com estes profissionais. Estes assumem as mesmas responsabilidades, carga horária de trabalho, porém recebem uma remuneração bem

mais baixa em relação aos efetivos e não possuem direito a uma série de benefícios (GATTI, 2010).

Sobre a atuação nas modalidades de ensino, percebe-se que 54% dos profissionais atuam apenas no ensino fundamental, 20% trabalham no ensino infantil, 18% contribuem em ambas modalidades, 6% evidenciam os profissionais que exercem a função de auxiliar administrativo e serviços gerais e apenas 2% trabalham com o ensino fundamental e ensino médio (Tabela 09).

Tabela 09: Atuação dos participantes nas modalidades de ensino.

Modalidade	Quantidade
Ensino Infantil	10
Ensino Fundamental	27
Ensino Infantil e Fundamental	09
Ensino Fundamental e Médio	01
Ensino Infantil, Fundamental e Médio	00
Nenhuma das Alternativas	03
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

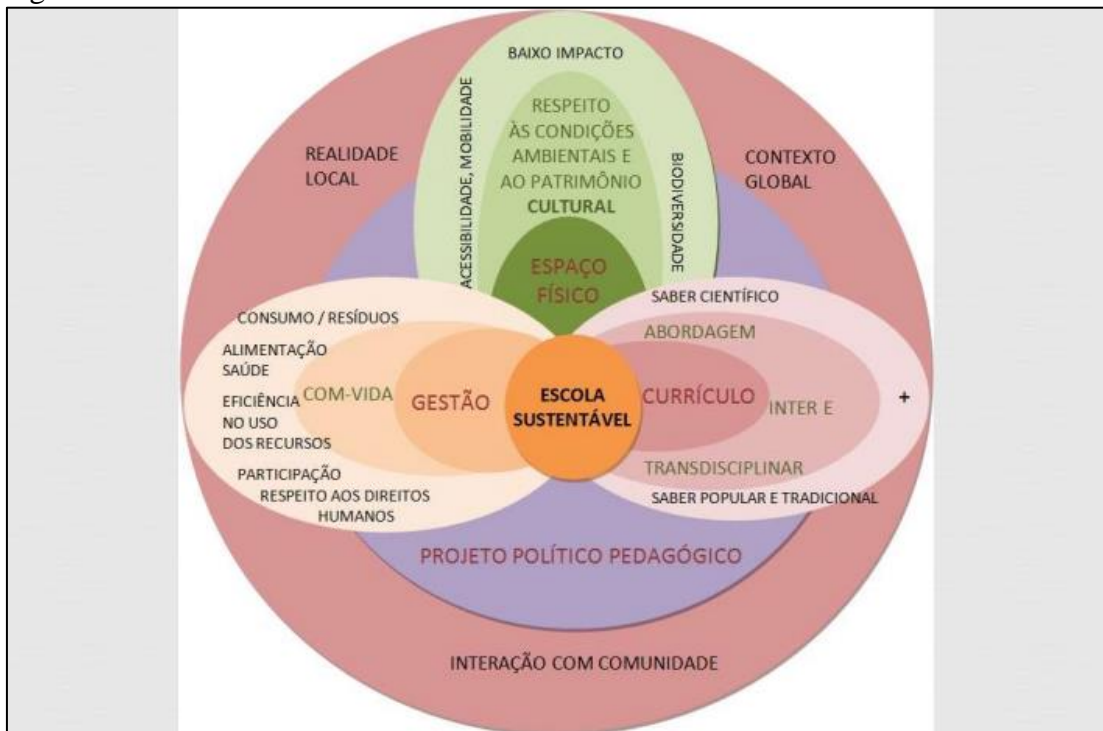
4.2 Oficina de futuro – “Árvore dos sonhos”

A oficina é uma metodologia que parte de uma metáfora de uma árvore, onde suas folhas simbolizam os sonhos/desejos e pedras como os desafios, ela aconteceu na Pré Escola Municipal Mundica Portela, durante a realização da Semana Pedagógica das escolas do Município de Santa Cruz dos Milagres-PI com duração de 04 horas.

Na primeira etapa da oficina, os participantes foram colocados em 05 (cinco) grupos contendo 10 pessoas em cada um, a formação dos grupos se deu de forma aleatória, a fim de promover uma maior interação entre os profissionais de cada escola. O objetivo foi desenvolver um diagnóstico das escolas municipais, elencando prioridades semelhantes entre elas. Logo após a elaboração dos diagnósticos o grupo realizou a socialização dos resultados.

A construção do diagnóstico, dos sonhos, dificuldades e soluções seguiram as orientações de análise do PVCB, a partir do currículo, espaço físico e gestão democrática (figura 12).

Figura 11: Flor da sustentabilidade: as três dimensões e seus desdobramentos na escola



Fonte: (Brasil, 2013).

A compreensão da inserção da EA no currículo escolar é de extrema importância, porque proporciona subsídios para novas práticas desenvolvidas na área, analisar processos metodológicos realizados por professores na educação básica pode proporcionar experiências positivas para outras escolas e para a melhoria das políticas públicas de EA (OLIVEIRA, 2007).

Existem muitos obstáculos para inserir a EA no currículo escolar, grande parte das escolas brasileiras não possuem projetos educativos sobre problemas ambientais e não oferecem para os professores as ferramentas básicas, para que estes possam inserir a EA em seus conteúdos, nem condições de trabalho integrado e coletivo. (MEDEIROS e VALENTE, 2010). Estas questões dificultam a execução de ações de EA com base na transversalidade e interdisciplinaridade (BRASIL, 2001).

Os participantes da oficina relataram as seguintes conclusões sobre o currículo das escolas com base em um diagnóstico da situação real enfrentada no município:

Os professores das nossas escolas não possuem formação em EA para desenvolver o ensino interdisciplinar, geralmente o assunto é abordado pelo professor de ciências. As paralizações das escolas em decorrência dos festejos religiosos acabam atrapalhando o desenvolvimento das ações do PPP, os professores possuem pouco tempo para finalizar as cargas horárias e cumprir com os planejamentos. Grupo 01.

A Pré Escola Municipal Mundica Portela e demais escolas da zona rural, não desenvolve nenhum projeto de EA até o presente momento, não há uma

capacitação para a elaboração de projetos, ficamos perdidos, não tem como elaborar projetos dessa forma. Grupo 02.

Os alunos aprendem sobre as temáticas ambientais através dos conteúdos da disciplina de ciências. Porém as escolas priorizam a questão ambiental, bem como: fazer a conscientização da comunidade escolar e seu entorno. Grupo 03.

Apesar de que os temas ambientais possam ser associados com os assuntos das demais disciplinas, ainda existe uma dificuldade em criar metodologias pedagógicas que viabilizem a interdisciplinaridade. Grupo 04.

O Projeto Político Pedagógico das escolas já possui um grande número de ações para serem realizadas ao longo do ano, tais como: conteúdo programático de cada disciplina, prova Brasil e etc. O currículo está focado em atender as exigências institucionais propostas para alcançar uma boa nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Grupo 05.

Analisando estes resultados, pode-se compreender que as escolas municipais ainda encontram dificuldades para inserir a EA no currículo, considerando os aspectos de interdisciplinaridade e transversalidade. As ações de EA não estão inseridas no PPP, atualmente a Pré Escola Municipal Mundica Portela, que trabalha com a educação infantil não desenvolve nenhum projeto de EA, os professores não possuem formação de EA e sentem dificuldade para trabalhar este tema com os alunos.

Percebe-se ainda que as escolas não estão alcançando os objetos propostos pelos PCN's, isto porque de acordo com os profissionais, a EA só é trabalhada nas escolas através da disciplina de ciências. (SANTOS, 2007; ABREU et. al., 2008). É importante destacar que ao delegar o ensino de EA apenas para disciplinas com proximidade à temática tais como: ciências, biologia e geografia, inviabiliza a possibilidade de outros professores compreenderem a necessidade de abordar o tema em suas disciplinas que não possuem tanta afinidade (SOUZA e SANTOS, 2012; TEIXEIRA e TALAMONI, 2012).

Um espaço físico escolar, com uma boa infraestrutura, pode proporcionar melhorias no ensino da educação básica, prédios com espaços adequados para o desenvolvimento das atividades melhoram a aprendizagem e desempenho dos alunos (SOARES; SOARES, 2007, p. 7). O espaço físico engloba todos aspectos de infraestrutura das escolas, tais como: prédios, salas, laboratórios, serviços, tecnologia, biblioteca, pátio, materiais e equipamentos e etc. Estes recursos melhoram a dinâmica das aulas (MARRI e RACCHUMI, 2012). Sobre o espaço físico os grupos traçaram as seguintes informações:

Nem todas as escolas possuem espaços adequados, estamos longe do modelo de escola sustentável, proposto pelo programa. Não dispomos de refeitórios,

salas verdes, biblioteca, apenas 1 (uma) escola possui laboratório de informática e as escolas não possuem arborização adequada. Grupo 01.

Apenas O Centro de Educação Municipal Manoel Portela dispõe de uma infraestrutura razoável, porém ainda está longe do ideal. As escolas da zona rural ainda não possuem infraestrutura que contribua no processo de aprendizagem, fazendo com que muitos alunos migrem para a zona urbana. Grupo 02.

Em frente a Pré Escola existe um esgoto a céu aberto, o odor gera desconforto nos alunos e dificulta o processo de ensino aprendizagem. Durante o período dos festejos do município osromeiros deixam uma enorme quantidade de resíduos sólidos no entorno das escolas e as vezes jogam o lixo na parte interna da escola e no rio São Nicolau. Grupo 03.

Existem dificuldades em desenvolver atividades de EA no espaço físico da escola, porém algumas escolas possuem hortas, as verduras e frutos auxiliam na merenda escolar, contribuindo para uma alimentação saudável dos alunos. Grupo 04.

Nossas escolas entendem que a criança faz parte do meio ambiente e entendendo isso elas têm no seu espaço escolar como um todo e não só na sala de aula um ambiente de aprendizado. As crianças aprendem também nos espaços externos das escolas, quando elas estão brincando no meio da floresta, elas usam pedaços de galhos, um pouco de terra, observam uma colônia de formigas nos caminhos que elas fazem, e com isso vão aprendendo daquilo que elas observam e das inquietações que elas possuem. Grupo 05.

As falas resultantes dos grupos corroboram com as observações realizados pelo pesquisador e descritas na metodologia, caracterizando a estrutura física das escolas e seu entorno. As escolas da zona urbana possuem melhor infraestrutura em comparação as escolas da zona rural. Os fatores de argumentação dos grupos refletem alguns espaços que acabam sendo improvisados para a execução de atividades (BORGES, 2014).

A falta de um sistema de esgoto em vias públicas acaba ocasionando problemas para a Pré Escola Municipal Mundica Portela, onde acumula-se água suja e rejeitos em frente ao portão da escola, o odor proveniente deste problema acaba atrapalhando o processo de aprendizagem dos alunos.

Os participam ainda relatam que as escolas do município ainda estão longe do modelo de escolas sustentáveis, principalmente as escolas da zona rural, que não possuem sistema de energia solar, bibliotecas, água de vias públicas, laboratório de informática, salas climatizadas e etc.

A gestão democrática constitui-se na descentralização do poder, possibilitando a participação dos atores envolvidos na instituição e lhes concedendo autonomia para a execução de algumas atividades. Ela possibilita o exercício da cidadania e é considerada como

fundamental na formação dos alunos. Para Luck (2006), a gestão democrática visa a melhoria dos processos de aprendizagem interiorizados pelos alunos, melhora a qualidade da educação e proporciona uma construção reflexiva, coletiva, plural e transformadora.

Um dos principais desafios para os educadores é a prática da democracia em sala de aula, fundamentada na autonomia. É preciso desenvolver uma educação crítica e emancipatória como condição essencial da gestão democrática, escolas e alunos privados de exercerem sua autonomia não terão condições de contribuir para estes aspectos de gestão, de educar para a cidadania (BORDIGNON, 2005, p. 12). A Gestão democrática nos processos de ensino-aprendizagem foram descritas pelos grupos, na seguinte forma:

A gestão sempre busca envolver a escola em todo Projeto Político Pedagógico, há reuniões constantes com professores, representantes de turma e pais dos alunos, para deliberações de atividades. Grupo 01.

Em 2010 houve a criação da primeira COM-VIDA no Centro de Educação, a comissão possuía o diretor, 2 professores, 2 alunos e um representante da comunidade para execução de ações da agenda 21 escolar inserida no PPP. Com a saída de alguns alunos para o ensino médio a COM-VIDA encontrou problemas para se manter ativa, e posteriormente foi desativada. Grupo 02.

No ano de 2014, o centro de educação, reativou a COM-VIDA novamente com alunos que participaram das etapas de conferência. Desta vez a escola possuía um recurso do PDDE – escola sustentáveis para a realização dos projetos criados pelos alunos. A COM-VIDA juntamente com a direção fazia a gestão deste recurso de aproximadamente R\$ 8.000,00. Porém mais uma vez com a alteração dos membros a comissão acabou sendo desativada. Grupo 03.

Em 2018, com a realização do Projeto água, os alunos e professores ficaram responsáveis por toda a gestão do mesmo, e coordenaram a realização da Primavera X. O Projeto foi elaborado pela aluna Fabiene do 8º ano do ensino fundamental, teve duração de 1 ano e foi selecionado para representar nossa escola em Brasília, durante a realização da V CNIJMA. Grupo 04.

Existe um enorme problema em gerir as COM-VIDAS nas escolas devido à falta de recursos para a realização dos projetos e a rotatividade de alunos e diretores das escolas fazem com que os projetos não tenham continuidade. Grupo 05.

De acordo com os resultados, a gestão das escolas envolve todos os atores na construção e desenvolvimento do PPP, ferramenta capaz de contribuir com a gestão democrática das escolas (VASCONCELOS, 2003). O PPP deve-se pautar em princípios de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. Os participantes ainda relatam que houve a criação de COM-VIDA's em 2010 e 2014, estas atuaram com participação de representantes dos alunos, professores, gestores e representantes da comunidade, responsáveis por executas ações de EA

no município. As escolas encontram dificuldade para manter as COM-VIDAS ativas devido à falta de recurso e a rotatividade de alguns atores importantes, transferências para outras escolas ou até mesmo desistências.

A segunda parte da oficina consistiu na construção dos sonhos, desejos e perspectivas. Neste momento, houve a distribuição das folhas da árvore (desenhadas em cartolina) aos grupos. Os participantes pontuaram nestas folhas: palavras e frases, e logo após foi realizada a socialização na plenária. Cada pessoa poderia votar em mais de uma ação prioritária.

Contata-se que o sonho prioritário das escolas é a preservação do rio São Nicolau com 96% das indicações, 90% dos entrevistados também sentem o desejo de reativar e/ou criar as COM-VIDAS nas escolas, 80% deseja inserir temas relacionados à EA em seu currículo e 60% sentem a necessidade de ter refeitório em todas as escolas municipais (Tabela 10).

Tabela 10: Sonhos/Desejos dos profissionais das escolas

Descrição	Quantidade
Preservação do Rio São Nicolau	48
Criar COM-VIDA nas escolas	45
Criar pátio de recreação nas escolas com material reciclado	05
Construção de hortas e Arborização de plantas frutíferas	20
Obtenção de material para a sala dos professores	10
Construção de área de lazer com ênfase na preservação	10
Pavimentação no entorno do CEEMMP	10
Construção de piso adequado para que o esgoto não acumule em frente a Pré Escola.	20
Trabalhar o tema “eco sustentabilidade” e outros temas de EA no currículo escolar	40
Elaborar projeto de energia solar	08
Realizar feira de Meio Ambiente	08
Coleta adequada do lixo escolar	15
Criação de parque ecológico na cachoeira do município	10
Criação de refeitório em todas as escolas municipais	30

Fonte: Autor, 2020.

No terceiro momento, os mesmos grupos recebem as pedras (também confeccionadas em cartolina), que são denominadas como “pedras no caminho”, os participantes especificaram, em relação ao sonho levantado, uma dificuldade para atingi-lo. As dificuldades foram

apresentadas em plenária geral e realizou-se a votação de pontos prioritários que seriam as maiores dificuldades vivenciadas pelas escolas.

De acordo com 100% dos participantes, a falta de recursos financeiros é considerada como o maior desafio para a realização de projetos de EA, 96% indicam que as dificuldades estão relacionadas à poluição do Rio São Nicolau e 80% relatam que estabelecer parcerias é também umas das dificuldades. (Tabela 11).

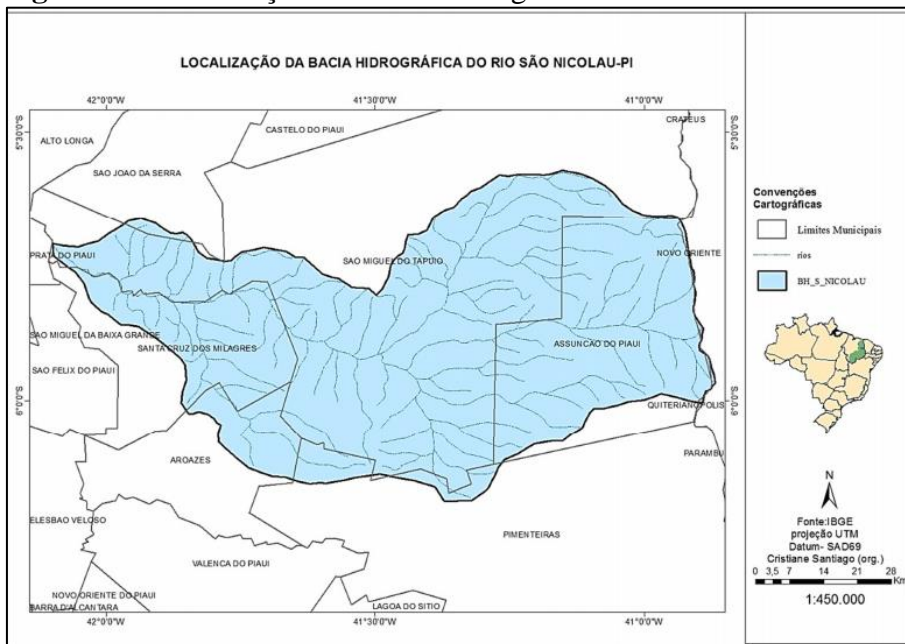
Tabela 11: Principais dificuldades/desafios para a realização dos sonhos

Descrição	Quantidade
Poluição do Rio São Nicolau	48
A falta de Recursos Financeiros	50
Financiamentos dos projetos	10
Estabelecer Convênios e Parcerias	40
Esgoto a céu aberto em frente a Pré Escola.	20
A disponibilidade de espaços para a realização de atividade de EA	10
Recursos tecnológicos	10
Envolvimento dos alunos	30
Envolvimento da comunidade local	25
Envolvimento da gestão	08
Apoio de lideranças políticas locais	08

Fonte: Autor, 2020.

A população do município enfrenta grandes problemas em relação ao Rio São Nicolau, notadamente sua poluição e suas cheias que ocasionam fortes impactos, sentidos por todos na localidade. A Bacia Hidrográfica do Rio São Nicolau (BHSN) está localizada na região centro norte do estado do Piauí e compreende uma área de aproximadamente 5.389,8 km². O rio abrange os municípios: Santa Cruz dos Milagres, Aroazes, São João da Serra, Assunção do Piauí, São Miguel do Tapuio e Pimenteiras, ele nasce nos limites entre o Piauí e Ceará e desagua no Rio Sambito (Figura 13).

Figura 12: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São Nicolau-PI



Fonte: Santiago e Gomes (2013).

Um dos grandes fatores da poluição do rio é o turismo religioso, onde mais de 10 mil pessoas frequentam o município durante os festejos de maio, setembro e novembro. Durante o período das festas religiosas, o rio é tido como um espaço de lazer para os visitantes, a aglomeração intensiva das pessoas no rio atrai microempreendedores locais para a comercialização de bebidas alcoólicas e outros produtos, que instalam barracas nas margens do rio, ocasionando do assoreamento e poluição. O principal fator de diminuição do volume de água dos rios é caracterizado pelo assoreamento. (CARVALHO, 2000; CARVALHO et al, 2000).

Figura 13: Banhistas no Rio São Nicolau durante festejos em 2019



Fonte: Autor, 2019.

No ano de 2009, mais precisamente nos dias 1, 2 e 3 do mês de maio, durante a realização da festa da invenção da Santa Cruz, houve um forte volume de chuva que ocasionou uma das maiores cheias do rio São Nicolau. Naquele momento, havia cerca de mais de 15mil pessoas no município, as pessoas ficaram ilhadas na cidade sem ter como entrar ou sair por vários dias até que o volume da água diminuísse.

Figura 14: Enchente do Rio São Nicolau em maio de 2009



Fonte: <https://youtu.be/boAJflpJUWI>

Instalou-se um cenário de caos na cidade, as pessoas não tinham lugar para ficar, não havia energia e os alimentos existentes nos comércios da cidade não eram suficientes para atender a quantidade de pessoas da cidade. A prefeitura liberou os espaços de algumas escolas para que pudessem abrigarromeiros e famílias locais atingidas pela enchente. Muitas famílias perderam suas casas e móveis, sendo obrigadas a abandonar seus locais de origem para viver em um bairro afastado do centro urbano.

A enchente também atingiu algumas escolas, alagando prédios, causando perda de equipamentos e outros materiais como mesas, carteiras, computadores dentre outros. Esse impacto ambiental atingiu diretamente a vida dos alunos, que passaram dias sem ter aula,

perderam projetos nas instalações da escola, como a horta escolar, e por um bom período os alunos sofreram com o medo de que aquela situação poderia se repetir novamente.

Figura 15: Alagamento na Pré Escola Municipal Mundica Portela em 2009.



Fonte: <https://youtu.be/boAJflpJUWI>

Na imagem desta escola de ensino infantil, pode-se observar alguns funcionários tentando recuperar alguns equipamentos. É importante mencionar que durante os períodos de cheias do rio São Nicolau, alguns alunos residentes dos interiores não conseguem se deslocar para as escolas da zona urbana, pois não há ponte sobre os rios, a travessia é realizada por meio de canoa, mas somente quando o nível do rio não está tão elevado. As descrições destes acontecimentos corroboram com o dado de preocupação dos entrevistados em preservar e não poluir o Rio São Nicolau.

Na última fase da oficina, os participantes apontaram propostas/sugestões para minimizar as dificuldades e realizar os sonhos propostos. A solução de maior destaque é a proibição definitiva de barracas/churrascarias às margens do Rio São Nicolau com 100% de unanimidade, 80% diz que é necessário colocar banheiros químicos na beira rio, durante os festejos, realizar mutirão de limpeza do Rio São Nicolau, para recolher os lixos da margem e de dentro do rio, dar continuidade ao projeto Guardiões da Cidade, revitalizar as margens do Rio São Nicolau e envolver a Pré escola e as escolas da zona rural em projetos de EA respectivamente. (Tabela 12).

Tabela 12: Propostas de Ação

Descrição	Quantidade
Colocar banheiros químicos na beira rio, durante os festejos.	40
Realizar mutirão de limpeza do Rio São Nicolau, para recolher os lixos da margem e de dentro do rio.	40
Arborizar o entorno da escola e monitorar o cuidado.	30
Dar continuidade ao projeto Guardiões da Cidade.	40
Revitalizar as margens do Rio São Nicolau.	40
Conscientizar os romeiros e a população local para não jogar lixo na rua e no rio.	30
Cobrar dos representantes municipais para que aumentem o número de cestos de lixo nas vias e praças da cidade.	10
Proibição definitiva das barracas na margem do Rio São Nicolau	50
Conscientizar a comunidade para evitar queimadas ao redor da escola	25
Envolver a Pré escola e as escolas da zona rural em projetos de EA	40

Fonte: Autor, 2020.

4.3 Percepções e ações dos profissionais de educação sobre a Educação Ambiental e o Programa Vamos Cuidar do Brasil – fragilidades e possibilidades.

Os próximos dados a serem apresentados, são resultados referentes ao panorama de envolvimento dos participantes com as Políticas Públicas de EA, e mais especificamente, as ações difusas do PVCB, a fim de apontar projetos de EA desenvolvidos e avaliar as contribuições do programa nas escolas. Estas representações são essenciais para o estabelecimento de ações individuais e coletivas, a fim de observar práticas de EA com caráter político (REIGOTA, 2010).

Sobre a realização de ações de EA antes do surgimento do PVCB, os entrevistados relatam o seguinte:

Não houve a realização de projetos de EA antes de 2003 nas escolas, não que eu me lembre, este tema era abordado apenas no conteúdo dos livros de ciência. P. 06.

Este tema EA é muito novo para mim, e creio que para os demais professores, percebo que há uma discussão constante sobre essas ações, no entanto, não compreendo muito bem, não é muito a minha área de atuação. A EA da forma como é pautada ainda não é uma realidade para as escolas e tão pouco para os professores. P. 12

Aqui em Santa Cruz dos Milagres-PI, não se trabalhava com projetos de EA antes do Programa Vamos Cuidar do Brasil, essa temática sempre foi muito restrita a disciplina de ciências, muitos professores acham que deve existir a necessidade de uma disciplina específica. P. 35

Não consigo recordar se houve ou não alguma ação realizada antes do PVCB, sei que a professora de ciências sempre abordava o tema na sala de aula desde quando eu era aluna. P. 40

As vezes a professora passava trabalho para casa sobre o tema meio ambiente, mas nenhum projeto era executado antes, as pessoas não tinham tanta consciência sobre o tema EA, os conteúdos abordados eram sobre meio ambiente apenas. P. 49

Os dados apontam que as escolas de Santa Cruz dos Milagres não desenvolviam nenhum projeto de EA antes do surgimento das ações estruturantes do PVCB em 2003, alguns relatam não lembrar de práticas de EA e não ter muita afinidade com o tema, outro dado importante é que o tema sempre foi abordado pelo professor de ciências, que trabalhava o conteúdo de meio ambiente com os alunos.

Implementar práticas de EA nas escolas tornou-se bastante exaustivo ao longo dos anos, existe uma grande dificuldade em se trabalhar a interdisciplinaridade, estimular a criatividade de ações ambientais para além da conscientização, implantação de atividades permanentes e manutenção das ações existentes (SATO, 2002). A predisposição dos professores, o tamanho das escolas, o interesse dos alunos, a falta de formação para professores, diretores com vontade de implementar projetos de EA são obstáculos para a implementação de ações de EA nas escolas (ANDRADE, 2000).

Importante salientar que a implementação das ações do PVCB em 2003 embora partisse do interesse e adesão voluntária das escolas, eram uma proposta do MEC, MMA e das secretarias estaduais e locais de educação, essa pressão, para alcançar grandes resultados de participação pode ter induzido as escolas a organizar e realizar as CNIJMA. Afim de constatar os processos do PVCB nas escolas, os entrevistados relatam:

Participei das ações do Programa Vamos Cuidar do Brasil, desde a realização da III CNIJMA, realizada em 2009, na época participei da primeira etapa que é uma oficina de treinamento para professores, nessa oficina, representantes da Secretaria de Educação explicava o passo a passo para realização da conferência na escola até a etapa nacional. A proposta era elaborar junto aos alunos uma reponsabilidade para ser assumida e executada por ele enquanto ação de EA, toda a escola se mobilizou para eleger nossa responsabilidade, mas não, essa ação não foi colocada no PPP da escola. P. 1

Encontrei certas dificuldades para trabalhar a proposta do PVCB na minha escola, o material não chegou antes da realização da conferência, não havia muito interesse por parte da gestão e dos alunos. Alguns alunos só queriam participar das ações pelo qualitativo de avaliação, apenas um ou dois alunos demonstravam realmente interesse em participar das atividades, não havia material e nem muito apoio dos colegas, isso me desmotivou muito. P. 10

Durante minha participação na IV CNIJMA em 2013, desenvolvi um projeto junto aos alunos do 8º ano, este foi construído durante uma feira de ciências no centro de Educação Municipal Manoel Portela, havia bastante empolgação dos alunos, muitos queriam representar na escola na etapa nacional em Brasília, fomos selecionados para a etapa estadual, porém, infelizmente não conseguimos chegar até a nacional. P. 22

Nossas escolas da zona rural sempre ficaram de fora dos processos do PVCB, a gestão sempre realiza essas ações apenas com a escola “modelo” o centro de educação e nos deixam de fora, tinha vontade de trabalhar algum projeto ambiental aqui com os alunos do interior, mas tudo parece ser tão difícil para gente, não tenho conhecimento dessas ações no PPP da escola, também nunca tivemos representantes eleitos nas etapas de conferência. P. 27

Percebe-se que enquanto, em algumas escolas, mais especificamente localizadas na zona urbana, há uma ampla participação e construção coletiva dos processos do PVCB, as escolas da zona rural acabaram sendo esquecidas no processo, problemas de interesse da gestão, dos alunos e dos professores são apontados nas falas dos entrevistados. Segundo eles, para alguns alunos a motivação era participar da etapa nacional e ter a oportunidade de representar e defender as propostas da sua escola. Foi possível constatar dificuldades para a inserção das ações de EA no PPP das escolas.

As conferências nacionais oportunizam um amplo espaço de debate e construção de políticas públicas entre os estados e municípios (POGREBINSCHI et al., 2010) as representações da sociedade civil podem apontar solução para problemas de contexto local e nacional que contribuem para a tomada de decisão (AVRITZER, 2010; FARIA, 2011).

Pode-se constatar que, 78% dos entrevistados participaram da V CNIJMA, realizada recentemente entre 2017 e 2018, 48% afirma ter participado da IV CNIJMA, 12% na III CNIJMA, apenas 2% na II CNIJMA e 22% diz não ter participado de nenhuma das conferências. Os participantes poderiam escolher mais de uma alternativa, sinalizando assim os eventos do PVCB que participou. (Tabela 13)

Tabela 13: Participação dos entrevistados nas Conferências Infância Juvenil pelo Meio Ambiente.

Conferências	Quantidade
2003 - I Conferência Nacional Infância Juvenil Pelo Meio Ambiente	00

2005/2006 - II Conferência Nacional Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente	01
2009 - III Conferência Nacional Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente	06
2010 - I Conferência Internacional Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente	00
2013 – IV Conferência Nacional Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente	24
2017/2018 - V Conferência Nacional Infanto Juvenil Pelo Meio Ambiente	39
Não Participei	11

Fonte: Autor, 2020.

Mas detalhadamente, compreende-se que 16% dos entrevistados participaram das Oficinas preparatórias, 58% na etapa escolar, 72% da etapa municipal, 10% na etapa estadual, 6% nas atividades de pós conferências que incluem formação de professores e jovem ambientalistas, 8% já atuou nas COM-VIDAS, 8% na Primavera X e 24% não participaram de nenhum processo ou ação do PVCB (Tabela 14).

Tabela 14: Participação dos entrevistados em etapas das Conferências Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente e/ou outras ações do Programa Vamos Cuidar do Brasil.

Processos/Ações	Quantidade
Oficinas de conferência – etapa preparatória	08
Conferência na escola	29
Conferência Municipal/Regional	36
Conferência Estadual	5
Conferência Nacional	00
Conferência Internacional	00
Pós - Conferência	03
Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida)	04
Primavera X	04
Nenhuma das Alternativas	12
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

Os projetos de EA buscam a interdisciplinaridade sustentada por uma problemática vivenciada pelas escolas, promove o desenvolvimento do raciocínio do estudante, seu pensamento crítico, sua emancipação, criatividade e autonomia, estabelecendo uma aproximação entre a educação e a vida (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2004;

CARVALHO, 2001; FRACALANZA, 2004; KAWASAKI; CARVALHO, 2009). Sobre os projetos de EA desenvolvidos pelas escolas entre 2003 e 2020, os entrevistados apontam:

No ano de 2003, o projeto desenvolvido foi uma gincana interativa envolvendo todos os alunos das series finais do ensino fundamental, o objetivo era a interação dos alunos com temas ambiente, através de jogos interativos entres as turmas P. 8

Em 2006, as únicas ações realizadas foram, palestra e caminhada para a conscientização das pessoas, as palestras aconteceram nas escolas com a participação dos alunos pais, forma elaborados cartazes e cartilhas para a divulgação de informações sobre problemas ambientais. P. 16

Em 2009, houve projetos desenvolvidos pela COM-VIDA do Centro de Educação Manoel portela em parceria com a Unidade Escolar Eustáquio portela, onde os alunos possuíam um programa na Rádio FM 88,1 olho d'água dos milagres, objetivo era solucionar dúvidas da polução sobre os problemas ambientais locais e mobilizar a comunidade para o desenvolvimento de atividades da COM-VIDA. P. 19.

Em 2013 as escolas realizaram um mutirão para revitalização e limpeza do Rio São Nicolau, a ação contou com o apoio de todos os professores e alunos das escolas, conseguimos retirar muito lixo do rio, a poluição aconteceu após o festejo de setembro daquele ano. P. 22

Na minha escola não lembro se houve algum outro projeto de EA, no entanto em 2018 realizamos o Projeto água, elabora pelos alunos do 8º ano do ensino fundamental, este projeto visava o aproveitamento das aguas provenientes das chuvas, do ar condicionado e dos bebedouros, para a utilização na limpeza da escola. Realizamos também a Primavera X, com um mutirão de limpeza do Rio são Nicolau. P. 39.

Nunca realizamos a execução de nenhum projeto de EA, aqui só acontece aplicação dos conteúdos programáticos das disciplinas, muitos dos alunos aqui da localidade vão estuda no centro do município, temos poucos alunos e poucos professores para executar as atividades já existentes. P. 43.

Neste aspecto, pode-se compreender que ao longo dos anos as escolas ainda trabalhavam EA em datas comemorativas e com a realização de simples ações na tentativa de “Conscientizar” pessoas da comunidade, posteriormente com a implementação das COM-VIDAS foi possível realizar projetos mais efetivos e estruturados, no entanto essas ações não foram executadas de forma permanente até os dias atuais.

Foi possível identificar que somente 58% dos participantes afirmam que o Centro de Educação Municipal Manoel Portela tenha realizado algum projeto de EA, mais precisamente, o “Projeto Água”. As outras escolas em um total de 42% afirmam que nunca realizaram nenhum projeto de EA (Tabela 15).

Tabela 15 – Projetos de EA desenvolvidos pelas escolas

Escolas	Localidade	Projetos	Quant.
Centro de Educação Municipal Manoel Portela	Bairro Galileia	Projeto Água	29
Pré Escola Municipal Mundica Portela	Centro	Não	08
Escola Municipal Rural Antônio Tomé Soares de Carvalho	Pov. Alto Bonito	Não	03
Unidade Escolar Municipal Rural Édson Queiroz	Pov. Lagoa das Missões	Não	03
Escola Municipal Rural Sinhá Pereira da Silva	Pov. Alentejo	Não	02
Escola Municipal Rural Jeremias Nogueira	Pov. Alto Alegre	Não	02
Unidade Escolar Eustáquio Portela – Anexo (Extensão do Centro de E. M. Manoel Portela)	Centro	Não	02
Outras	-	Não	01
Total	-	-	50

Fonte: Autor, 2020.

A avaliação de programas contribui na melhoria e desenvolvimentos das ações criadas, a percepção da prática realizada por diferentes atores em locais distintos viabiliza um panorama do quanto o programa pode ou está contribuindo para mudanças efetivas. Para Ala-Harja e Helgason (2000), as principais metas de avaliação são: a melhoria do processo metodológico de implementação e desenvolvimento, a alocação correta dos recursos financeiros e a uma prestação de contas precisa, com relatórios robustos para identificar dificuldades na execução.

O programa possibilita a interação coletiva, material e dinâmicas interativas, posso dizer que ele transformou a vida dos alunos, despertando interesses pelo tema, dando responsabilidades a eles, eles realmente se sentiram agentes transformadores da realidade escolar. Um ponto negativo é que não acontece todos os anos, de 2013 até 2017 ficamos sem a realização das CNIJMA e sem incentivos para continuar trabalhando nossos projetos. P. 42

É necessário que o PVCB acontece todos os anos, a fomentação das COM-VIDA, pois elas são as responsáveis por enraizar de fato a EA no espaço escolar, aqui na escola ela foi desativada a muito tempo, porém reconheço que é através dela que conseguimos trabalhar as ações de EA para escolas sustentáveis, o programa pode contribuir muito nesse aspecto. Avalio como excelente, pois percebo que as ações são interiorizadas pelos alunos até hoje, principalmente dos nossos alunos que participaram de todas as etapas da conferência, eles voltam maravilhados e com bastante desejo de mudança, encorajados e dispostos. P. 45

Apesar da escola não possuir nenhum projeto de EA, participamos de todos os processos da conferência municipal. Esse programa é muito bom e está me estimulando para trabalhar de forma diferente P. 50

De acordo com a avaliação realizada pelos entrevistados, 64% classifica o PVCB como excelente, 22% como um programa muito bom, 8% como bom e 6% como regular.

Tabela 16: Avaliação dos participantes sobre o PVCB.

Classificação	Quantidade
Bom	04
Muito Bom	11
Excelente	32
Regular	03
Ruim	00
Péssimo	00
Total	50

Fonte: Autor, 2020.

4.4 Perfil dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente no Brasil.

Os Coletivos Jovens de Meio Ambiente - CJ's são um movimento nacional de jovens engajados e atuantes em várias dimensões da sustentabilidade, na construção de sociedades sustentáveis em um esforço intergeracional (CJ's, 2013).

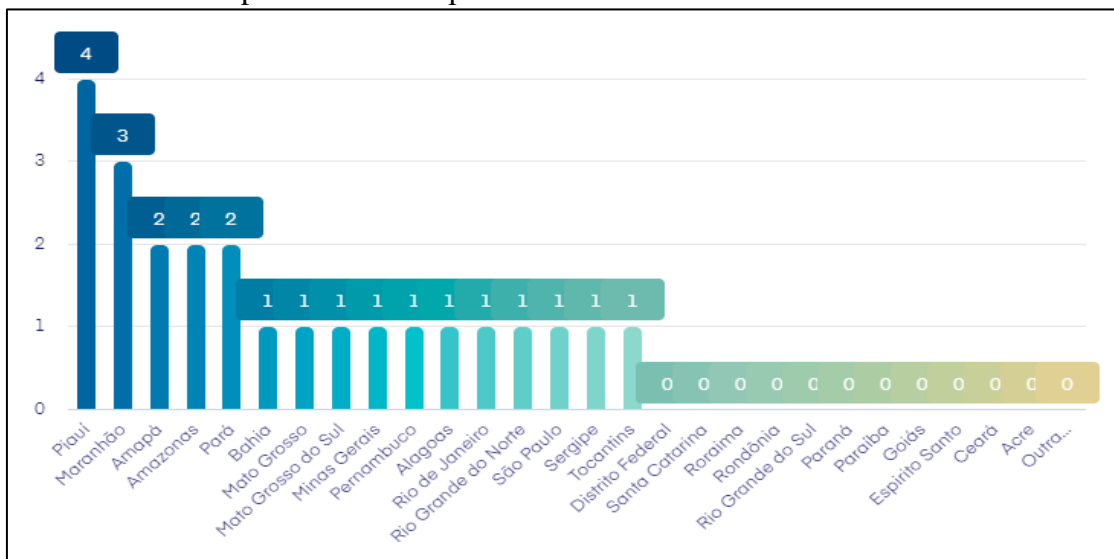
A atuação dos CJ's se dá de maneira autogestionada nas localidades seguindo a “Carta de Princípios”⁵ que rege o movimento. Os princípios visam o respeito às diversidades e diferentes realidades territoriais, estando presentes nos municípios, estados, em comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos rurais, onde adequam-se aos biomas, bacias hidrográficas, entre outros.

Foram convidados a participar desta pesquisa todos os membros do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do país, no entanto houve apenas a participação de 24 membros representando seus respectivos estados. É importante ressaltar que esta pesquisa apresenta apenas as repostas

⁵ A Carta de Princípios dos CJ's é um documento norteador e foi criada em 2013 durante a realização do I Encontro Nacional de Coletivos Jovens de Ambiente – I ENCJ na cidade de Pirenópolis-GO. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_sjcB13Fdh8cENDd3BqcDNmM3c/edit.

de quem decidiu preencher o formulário voluntariamente, logo, não reflete a quantidade máxima de CJ's atuantes em todo o território nacional. Porém, destacam-se um número expressivo de representantes nas regiões: Nordeste e Norte, a maior participação foi dos CJ's do estado Piauí com 16,7%, Maranhão com 12,5%, os estados do Norte: Amapá, Amazonas e Pará com 8,3% cada, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins refletem em 4,2% cada. (Gráfico 08).

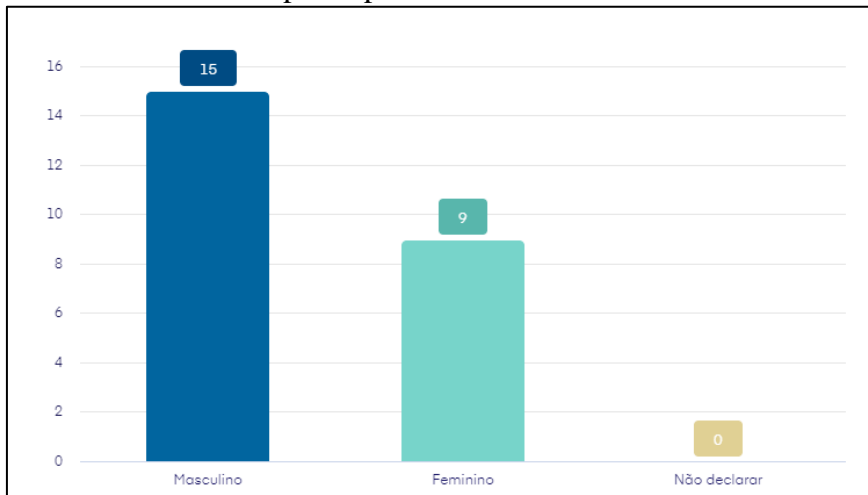
Gráfico 08: Participantes dos CJ's por estado



Fonte: Autor, 2020

Em relação ao sexo dos participantes compreende-se a participação de 62,5% do sexo masculino e 37,5% do sexo feminino (Gráfico 09).

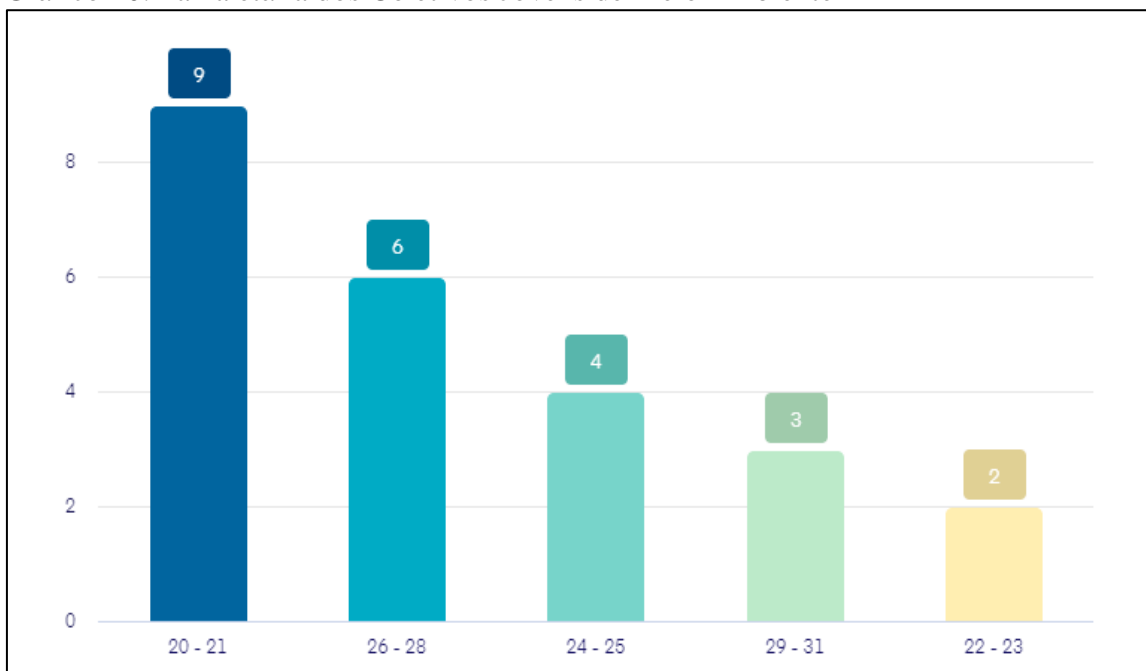
Gráfico 09: Sexo dos participantes



Fonte: Autor, 2020.

Participam do CJ, jovens de 15 a 29 anos, interessados em fazer parte do coletivo e sua emancipação nos territórios. O movimento considera como juventude o recorte de faixa etária descrito no Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE de acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 (Brasil, 2013). A faixa etária foi dos participantes foi de 20 a 31 anos, sendo que os grupos com mais representantes são de 20 a 21 anos com 37,5%, logo após jovens com idade entre 26 e 28 representam 25%. (Gráfico 10).

Gráfico 10: Faixa etária dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente



Fonte: Autor, 2020.

Existem diversas percepções sobre o termo juventude no País e no mundo. Algumas pessoas consideram juventude com criança e adolescente, outros preferem considerar como jovens todos aqueles que se consideram como tal, com idade abaixo de 15 anos ou acima de 29 anos, e aí por diante (MARTINS, 2002).

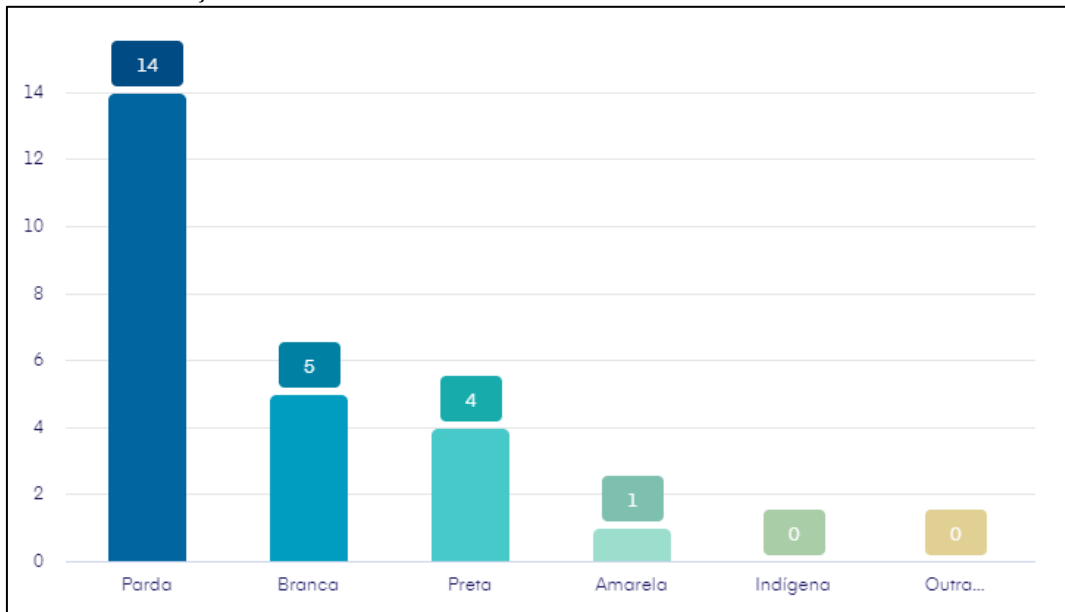
Nos últimos anos, tem-se buscado identificar em projetos e ações de juventude a faixa etária que engloba esse segmento. Pode-se perceber no gráfico que há muita diferença entre jovens com 15 ou 16 anos de jovens com 28 ou 29 anos: fases de vida distintas, percepções e concepções diferentes, disposição e energia de atuação variadas etc. (SPÓSITO; CARRANO, 2003).

A variável da idade dos CJ's pode ser compreendida de acordo com o contexto local onde o jovem está inserido e sua atuação através da disponibilidade de tempo para a realização

de ações voluntárias, onde muitos a partir de uma determinada idade já começam a trabalhar no mercado ou entram para a universidade.

58,3% dos CJ's entrevistados se autodeclaram pardos, 20,8% brancos, 16,7% pretos e 4,2% amarela, não houve autodeclarados indígenas (Gráfico 11).

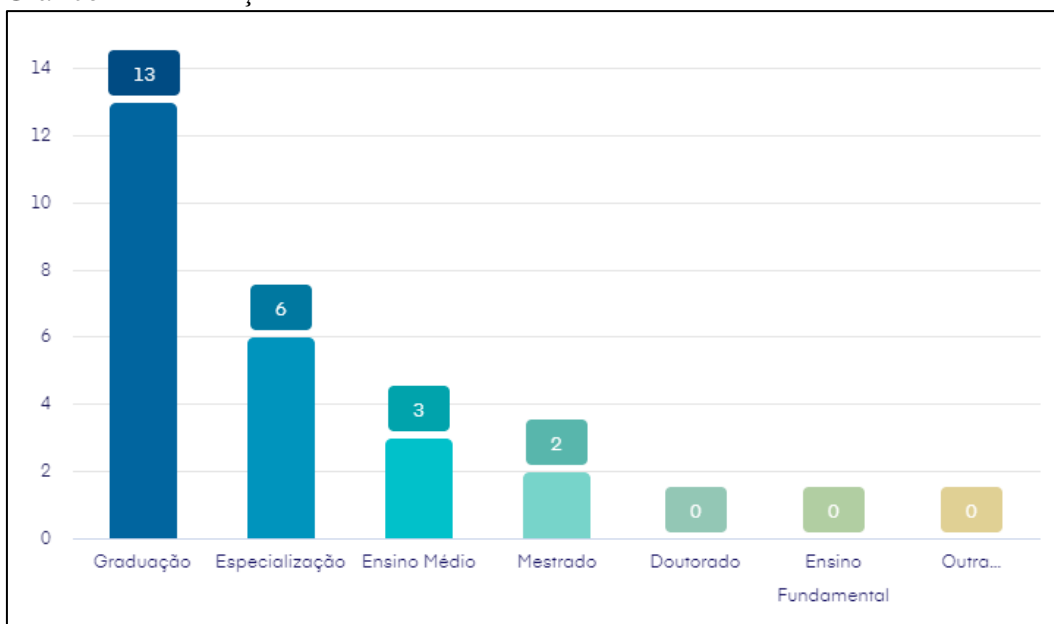
Gráfico 11: Raça/Cor dos CJ's



Fonte: Autor, 2020.

Constatou-se que 54,2% dos jovens possuem graduação, 25% especialização, 12,5% ainda estão cursando o ensino médio e 8,3% com mestrado (Gráfico 12).

Gráfico 12: Formação acadêmica dos CJ's.



Fonte: Autor, 2020.

O fenômeno destas titulações acaba influenciando no tempo de duração destes jovens dentro do coletivo, à medida em que estes vão se especializando e surgindo a demanda pela procura de trabalho a permanência destes jovens também vai diminuindo.

4.5 Coletivo Jovem: atuação em rede

A estrutura organizacional do CJ se baseia na horizontalidade, ou seja, no momento não possui cargos de chefia, sendo contrária às características presentes em organização verticais (estrutura de pirâmide). As deliberações e decisões são tomadas em consenso em coletivo, seja por meio de lista de e-mail ou grupos de interação entre os membros. Porém existe a Articulação Nacional dos CJ's (AN-CJ) criada em 2013 e composta por 10 (dez) membros, sendo 02 (dois) de cada região do país, para articular as demandas e relações do coletivo com outras organizações e instituições, este tem a função de orientar as bases nas atividades desenvolvidas e representar as escolhas/definições de cada região.

Os estados possuem 02 “Facilitadores (FN-CJ)” responsáveis por facilitar as informações e atividades para os municípios e territórios, estes são a base de referência nos estados, e fazem a interlocução da articulação nacional com os demais participantes. É importante ressaltar que tanto a AN-CJ e FN-CJ são representantes escolhidos pelas suas bases por meio de consenso.

O CJ baseia a sua atuação dentro dos princípios “jovem educa jovem”, “jovem escolhe jovem”, “jovem mobiliza jovem”, “jovem cuida de jovem”, “uma geração aprende com a outra” e “uma geração cuida da outra”. As características de cada um dos princípios estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 05: Princípios dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Ord.	Princípios	Características
01	Jovem educa jovem	O papel do jovem que vivencia e atua no presente com a capacidade de ensinar outro jovem as suas experiências e vivências, propiciando a troca de saberes entre indivíduos da mesma geração para a construção de sociedades sustentáveis.

02	Jovem escolhe jovem	Os jovens são o centro de decisões dentro do movimento, onde todos tem direito a voz e voto nas demandas/deliberações, as escolhas são tomadas em consenso da maioria dos membros. Nenhuma decisão é tomada por terceiros
03	Jovem mobiliza jovem	A capacidade de despertar em outro jovem o interesse na realização de ações e práticas sustentáveis, a formação de novos coletivos e grupos de trabalhos para a resolução de atividades, ações e problemas locais.
04	Jovem cuida de jovem	A relação de cuidado com a vida do outro, sua saúde mental, primando pelo bem-estar e a qualidade de vida.
05	Uma geração aprende com a outra	As ações realizadas em parceria com outras gerações envolvidas. Mesmo com seu foco na juventude, estimular a troca de saberes entre as gerações é fundamental. Esse princípio se torna importante na valorização do aprendizado que os mestres e pais podem repassar para os seus filhos, e onde adolescentes e jovens podem ensinar ações transformadoras para seus pais, avós dentre outros

Fonte: Elaborado a partir de Coletivo Jovem (2013).

Os princípios do CJ em relação ao meio ambiente, compreende uma ressignificação da cultura política entre os jovens (menos partidária e mais social), onde os jovens educam outros jovens pelas suas vivências, os jovens escutam a fala de outros jovens. (KRISCHKE, 2000; CARVALHO, 2004). Os entrevistados relatam como conheceram e o que despertou o interesse em fazer parte no movimento:

Uma amiga me convidou para conversar sobre Educação Ambiental. CJ 01.

Através da Secretaria de Educação durante a Conferência Municipal Infância Juvenil pelo Meio Ambiente. CJ 04.

Conhece a partir da Conferência Estadual Infante Juvenil pelo meio ambiente em 2008, na cidade de campo grande, os verdinhos fizeram um grande momento significativa na vida de quem estava participando. CJ 10.

Conheci na Escola Estadual Isaías Vasconcelos, a partir do meu primo David Guimarães, durante a Reativação do CJAM em Iranduba/AM. CJ 11.

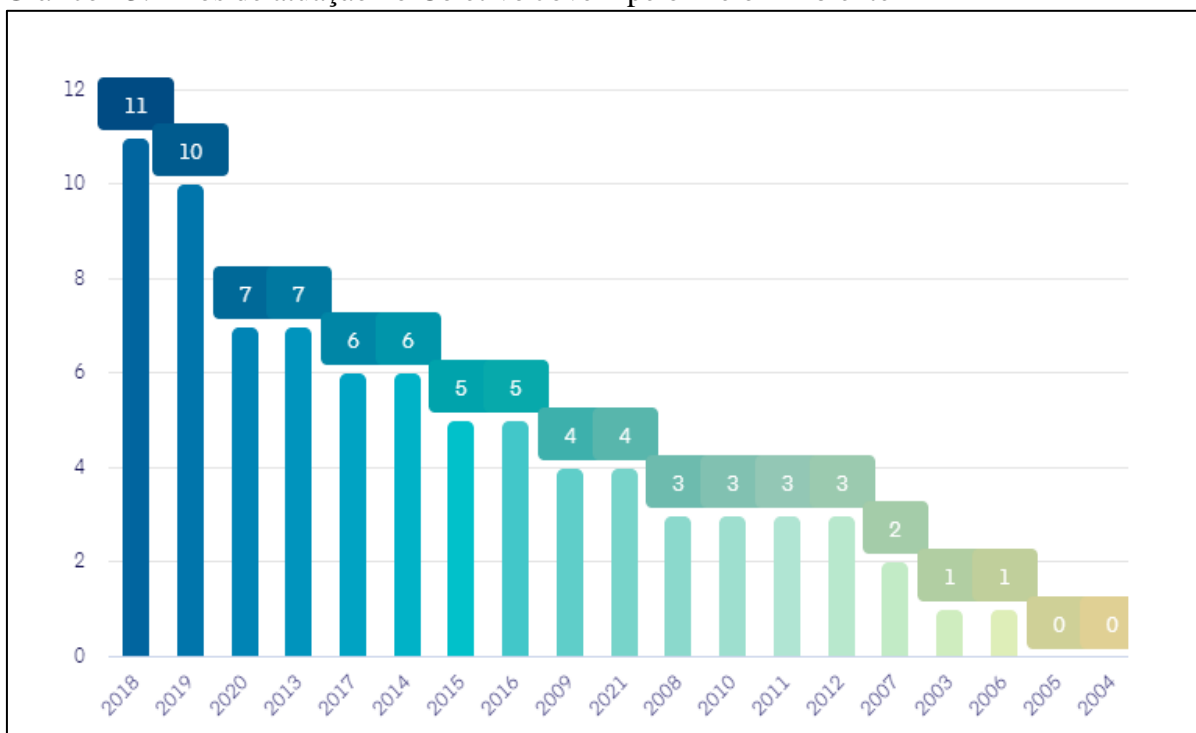
Conheci o CJ durante a IV Conferência Infante Juvenil pelo Meio Ambiente, fui delegado pelo estado de Minas Gerais e já na fase estadual começou o encantamento com o Coletivo. CJ 14.

Eu conheci o CJ na IV Conferência Nacional Infante-juvenil pelo Meio Ambiente, na qual eu tive a oportunidade de participar como estudante do ensino fundamental apresentando um projeto ambiental desenvolvido por minha escola. Na conferência, os CJ estavam organizando os processos do evento, desde a etapa local até a nacional, fazendo o intermédio e desenvolvimento momentos de formação. CJ 16.

Conheci o CJ através do processo de iniciação da V CNIJMA através da Deise Keller e professora Marilene Cadei que há muitos anos cedeu a sala da UERJ para o 1º CJ-RJ do Estado do RJ. CJ 23.

Desde ano de criação do CJ, apenas 1,2% dos entrevistados atuam desde 2003, o ano com maior participação de CJ's foi 2018 com 13,6%, em 2019 12,3% e em 2020 apenas 8,3%. (Gráfico 12).

Gráfico 13: Anos de atuação no Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente



Fonte: Autor, 2020.

Os espaços de atuação dos CJ's se caracterizam pela troca de saberes, processo no qual há uma troca de experiências entre os jovens que estão a mais tempo no movimento, e os jovens que possuem menos tempo de atuação, o princípio "uma geração aprende com a outra" aponta que sempre haverá jovens com algo para ensinar e aprender. Sobre a trajetória dentro do CJ, vivências e experiências os entrevistados dizem:

Vivenciei formações muito relevantes, contribuição em políticas públicas de educação ambiental e de juventudes. CJ 01.

A atuação no coletivo me fez buscar crescer e me desenvolver conforme seus princípios de "Jovem educa jovem", conhecer o CJ mudou a minha vida e me proporcionou objetivos. Em 2018 tive a grande oportunidade de ser facilitadora da V CNIJMA e mais uma vez meu coração transbordou de vontade e de força. No mesmo ano, participei também da Formação Nacional de CJ's e atuei na 1º edição da Primavera X, e foi incrível para mim essa experiência. CJ 02.

Dentro do CJ, eu pude dar suporte para que a minha antiga escola continuasse desenvolvendo seus projetos, bem como as escolas que faziam parte da diretoria regional de educação a qual minha escola estava vinculada. Além disso, no ano de 2018, eu estive junto com representantes da secretaria estadual de educação do RN contribuindo na organização das etapas a nível estadual da V Conferência Nacional Infanto-juvenil de Meio Ambiente. Por fim, ainda em 2018, participei de formações a nível nacional. CJ 05.

Dentro do CJ pode me apaixonar e aprofundar dentro da causa ambiental, criando pensamento crítico, fazendo amigos, trabalhando de forma horizontal e leve. Trabalhar e sensibilizar crianças e jovens é algo gratificante e acabou se tornando também uma profissão. Ajudei a executar eventos, conversas para ensinar e aprender com várias gerações. CJ 06.

Entre 2006 e 2012 atuei dentro de minha localidade atreves de um jornal e uma rádio comunitário além de promover diversos encontros de juventude e meio ambiente. Atuei na construção da IV conferência e atuei como facilitador, nas fases escolares, regionais estaduais e nacional. Também atuei na V conferência como facilitador na fase nacional, depois como facilitador e organizador do encontro nacional dos CJ's e na construção da Primavera x. CJ 10.

A partir de 2009 inseri ainda como curioso, e fui me apaixonando com cada ação, passamos por outras experiências como a IV conferência nacional em Brasília, trocamos experiência junto a outros estados e experiências além do nosso contexto enquanto cerrado, as metodologia que outros estados tinham destacados foram se aplicando no MS junto as Com-vidas e tudo foi ficando mais significativo, a inserção das experiências do CJ Brasil, possibilitou a participação na AN CJ com o objetivo de fortalecer. CJ 24.

De acordo com as falas, pode-se constatar que as experiências do CJ estão ligadas às ações de EA nas escolas, a participação no processo das conferências possibilita a estes jovens

desenvolverem técnicas e metodologias, ações e projetos em seus contextos locais de atuação. As ações difusas da CNIJMA, como a COM-VIDA e Primavera X se destacam nos relatos de experiências dos entrevistados, este fenômeno acontece devido a muitos CJ's terem participado do processo ainda enquanto alunos nas escolas, posteriormente se tornaram facilitadores do processo de conferências e somente assim entrar para o CJ. Os delegados que participam das conferências veem no CJ um modelo de inspiração e assim que completam a idade de 15 anos desejam entrar para o movimento e assim continuar contribuindo com o PCVB.

Os CJ's atuam como mobilizadores nos seus estados, sensibilizando outros jovens rumo à sustentabilidade. São voluntários, atuam de maneira autogestionada, o movimento não possui nenhum financiador de suas ações, e assim, como o PVCB aconteceu apenas em alguns governos e por não se tornar uma política de estado, os CJ's ainda encontram problemas para realizar ações nas suas localidades, a maioria dos membros se concentra nas grandes capitais e há poucos membros nos interiores. Sobre a situação atual do CJ os entrevistados falam:

O CJ-RJ desenvolveu inúmeras formações até o início de 2019 (antes da pandemia), com apoio das universidades, professores parceiros e instituições. Após a pandemia o processo de desenvolvimento de formação ficou falho, devido ao contato, mas ainda demos continuidade em reuniões para mantermos ativos e desenvolvermos em algum momento o processo de formação online. CJ 01.

Atualmente e, principalmente devido a pandemia, está parado. O ponto forte são as articulações locais para desenvolver atividades, principalmente e Unidades de Conservação e Terras Indígenas. CJ 02.

Conseguimos sair de um estado de inexistência em 2016 para um grupo com 40 pessoas em Juiz de Fora no ano de 2020. Começamos 2020 com milhares de planos e avançando em muitos deles, atuando em políticas públicas municipais e nos preparando para atuar em ações dentro da UFJF. Com o início da pandemia, fizemos ainda uma série de lives de quase 2 meses com temas sugeridos pelos próprios participantes. Depois dessas lives e aprofundamento da pandemia, o CJ acabou ficando totalmente congelado. CJ 08.

No MS o CJ começou a ser desarticulado por ausência de renovação, os antigos foram mudando de cidades e estados o que afeta diretamente ao coletivo, onde as necessidades humanas vão se colocando à tona, e mais a distância de uma cidade a outra e a estrutura remota que possuímos é insuficiente para permanência e fortalecimento. Ponto forte engajamento junto a outros movimentos e redes CJ 15.

O CJ no RN precisa de uma reestruturação, precisamos ampliar nossa rede de integrantes e difundir para os interiores, ainda se concentra na capital. No momento, nossas ações não estão ocorrendo, pois não conseguimos as parcerias que necessitávamos. CJ 22.

A Situação de pandemia do COVID-19 atingiu bastante o movimento, impossibilitou as ações de formação dos CJ's, e sua atuação nas escolas, devido ao isolamento social, as atividades como: reuniões e encontros estão acontecendo de forma virtual, esse cenário desarticulou o movimento em muitos estados, a falta de renovação dos membros e falta de parcerias são fatores que implicam em dificuldades encontradas. Como pontos positivos destacam-se a reativação do CJ de Juiz de fora, ação em Unidades de Conservação e Terras Indígenas e engajamento junto a outros movimentos e redes.

4.5 Principais ações desenvolvidas pelos CJ's nos estados e nos processos do PVCB

Para além das ações realizadas em cada localidade e devido ao apoio nas ações de conferência, as principais ações do CJ estão no apoio da facilitação durante as CNIJMA e no pós-conferência, com a execução da metodologia de criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com-Vida desde 2003 e na realização da Primavera X que teve seu lançamento em 2018 (Quadro xx).

Quadro 06: Principais ações do Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos estados.

Ord.	Estados	Principais ações desenvolvidas
01	Alagoas	Primavera X e formação de Com-Vidas.
02	Amapá	Ações educativas nas proximidades de escolas, limpezas em praças e na orla da cidade.
03	Amazonas	Primavera X e formação de Com-Vidas.
04	Bahia	Primavera X e ações junto ao projeto despertar.
05	Ceará	Pós-conferência, Primavera X e acompanhamento aos delegados da V CNIJMA.
06	Espirito Santo	Primavera X e acompanhamento na apresentação dos projetos apresentados na conferência;
07	Goiás	Caminhada Ecológica em Defesa do Cerrado.
08	Maranhão	Primavera X, palestra na SECTI, reunião formativa COE, limpeza da praia e mutirões.
09	Mato Grosso	Encontros de CJ's para formação e dia mundial da limpeza.

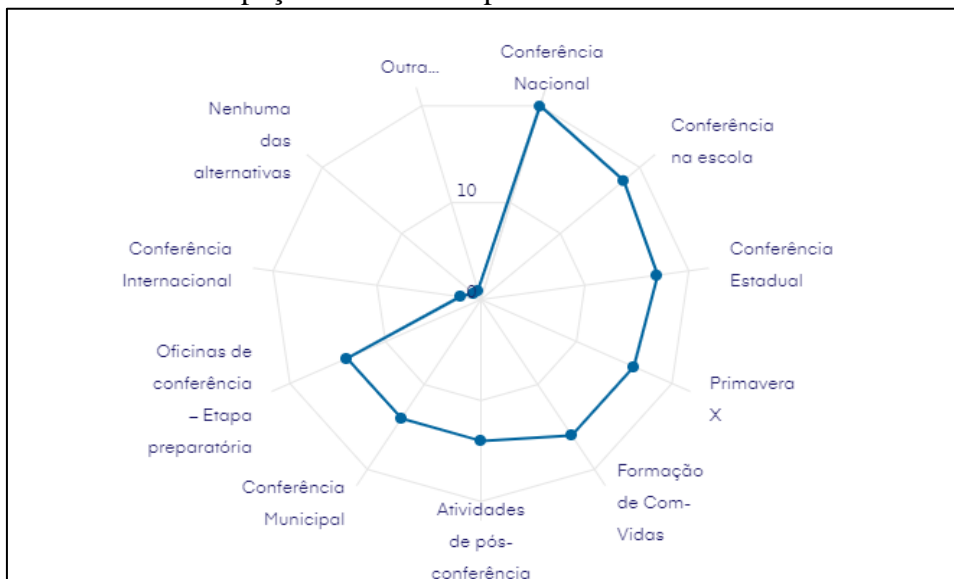
10	Mato Grosso do Sul	Encontro com as nascentes, primavera X, formação CJ-MS, trabalho com materiais recicláveis; mobilização e conscientização da população e dos delegados que não foram na nacional;
11	Minas Gerais	Ação de preparação da mobilização de intervenção urbana em Juiz de Fora e ação de criação de Com-vidas em Congonhas.
12	Pará	Primavera X, educação ambiental nas escolas e participação na semana nacional dos museus.
13	Paraíba	Primavera X.
14	Paraná	Ações na cidade de Irati.
15	Pernambuco	Primavera X, roda de conversa, oficinas temáticas e reuniões com a COE para o fortalecimento das futuras ações do coletivo.
16	Piauí	Primavera X, elaboração de projeto de pós-conferência junto à COE e conversa com lideranças jovens para ampliar os núcleos do coletivo.
17	Rio de Janeiro	I Curso de formação de novos CJ's-RJ, participação na Primavera X; Participação na 1º feira Socioambiental de Rio das Flores, RJ; Participação na I Conferência juvenil, Vamos cuidar da Baía da Ilha Grande (na Semana de Ciência e tecnologia) Ilha Grande, RJ; Participação na I Conferência Municipal infanto-juvenil pelo Meio Ambiente de Mangaratiba, RJ; Participação da I conferência Municipal Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente do Rio de Janeiro, RJ; Reunião dos membros antigos com os mais novos do CJ-RJ com objetivo de planejar e pôr em prática projetos e ideias em 2018 e de organizar os projetos de ação para o ano de 2019; Participação nas ações dos delegados e nas escolas; Participação no I Seminário de Pesquisadores da Baía da Ilha Grande, RJ; Parceria com o UDT-CEADS/UERJ; Participação da II Mostra Científica Escolar em Mangaratiba, RJ; Participação na III Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (III CIJMAERJ);

		Representação no GIEA; Articulação com a COE e a executora da verba da VCNIJMA (UFRRJ) para realização de eventos do CJ-RJ; Reunião prévia com o Instituto Estadual do Ambiente para projeto de interiorização do Coletivo Jovem no estado do RJ.
18	Rio Grande do Norte	Dia da limpeza em várias cidades.
19	Roraima	Rodas de diálogos e atividades temáticas.
20	Rio Grande do Sul	Estamos montando um calendário para 2019 com os delegados, montando reuniões de formação e estendendo a plataforma da primavera X no nosso estado com parcerias da SEDUC e universidades.
21	Santa Catarina	Pós conferência e primavera X.
22	São Paulo	Primavera X, plantio de mudas nativas e uma chamada àqueles que se interessam em se tornar CJ's.
23	Sergipe	Recrutamento de novos integrantes para o Coletivo.

Fonte: Autor, 2020.

Constatou-se que 15% dos entrevistados participaram da etapa nacional das CNIJMA, 13,5% nas conferências das escolas, 12,8% na conferência estadual, 12% nas ações da Primavera X, 12% já atuaram na COM-VIDA, 10,5% nas oficinas e conferências municipais, 1,8% na conferência internacional e 0,8% não participou de nenhum processo (Gráfico 13).

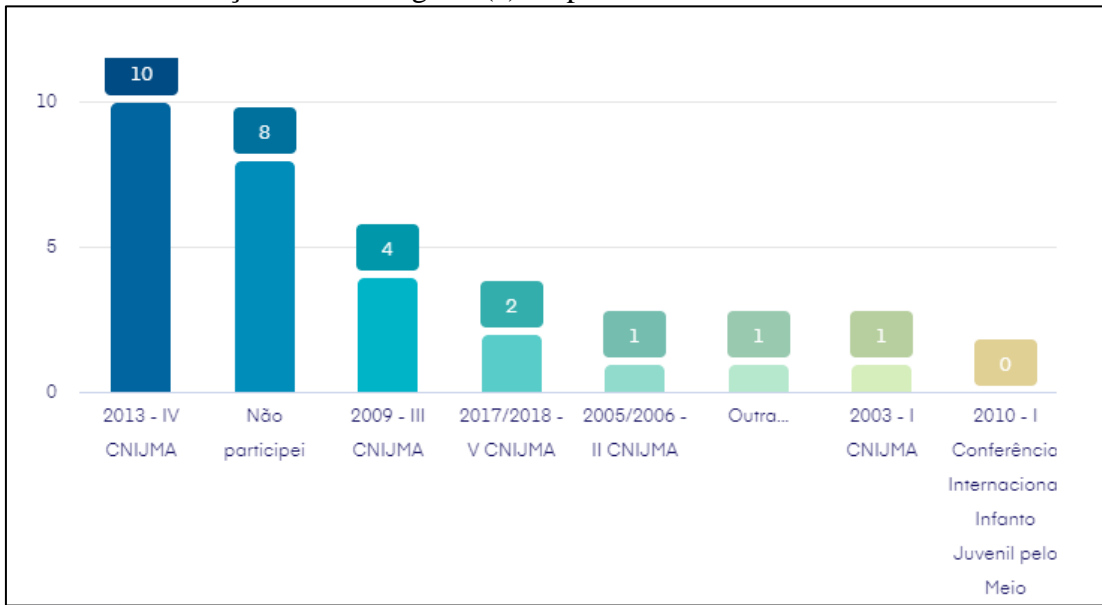
Gráfico 14: Participação dos CJs nos processos das CNIJMA e/ou outras ações do PVCB.



Fonte: Autor, 2020.

37% foram delegados da IV CIJMA em 2013, 29,6% não atuou como delegado em nenhuma das edições da CNIJMA, 14,8% foram delegados em 2009 na III CNIJMA, 7,4% foram delegados da edição mais recente realizada em 2018 a VCNIJMA, e apenas 3,7% na II CNIJMA e 3,7% na I CNIJMA (Gráfico 14)

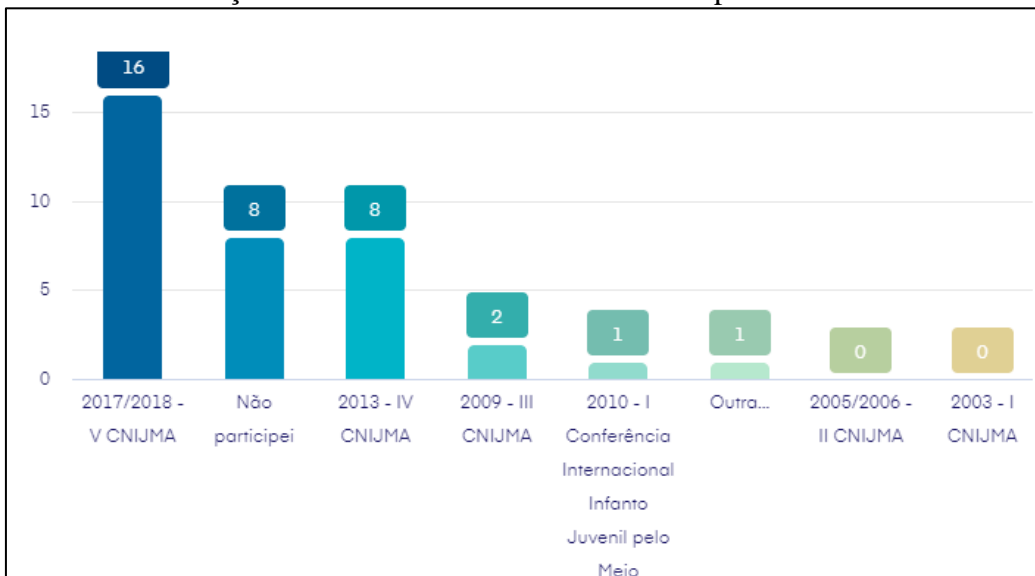
Gráfico 15: Atuação como delegado (a) no processo das CNIJMA do PVCB.



Fonte: Autor, 2020.

De acordo com os dados obtidos, 44,4% atuaram como facilitadores na V CNIJMA, 22,2% não participou como facilitador em nenhuma edição, 22,2% na IV CNIJMA, 5,6% na III CNIJMA, 2,8% na conferência internacional (Gráfico 15).

Gráfico 16: Atuação como Facilitador/Mobilizador no processo das CNIJMA do PVCB.



Fonte: Autor, 2020.

A principal contribuição dos CJ's na V CNIJMA, foi na metodologia da conferência, enriquecida com elementos dos jogos colaborativos e teve a água como uma matriz ecopedagógica. Foi desenhada como uma jornada épica em forma de gincana que seguia o fluxo das águas com missões a serem resolvidas a cada etapa. A gamificação foi feita em parceria com a LiveLab/Epic Journey que tem como game master Edgard Gouveia Jr. e executada com a colaboração dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente-CJ's como facilitadores de todo o processo.

Aprender brincando, as etapas reais e intervenção restaurativa no seu lugar (escola, bairro/comunidade, município); Detectar impactos e propor soluções (Projeto de ação); Construir comunidade de suporte (Aliado, Rede & Clã); Divulgar e sensibilizar a opinião pública (Diário de Bordo); Qualificar os Projetos de Ação (Feira de projetos); Mobilizar a comunidade escolar para a implementação do projeto.

Estimular capacidades e tomadas de decisões, agir com base em valores e adotar atitudes transformadoras; vivenciar experiência colaborativa de forma divertida e transformadora; despertar o sentimento de cuidado com as águas, ligação e pertencimento à comunidade de vida; colocar em prática o potencial para cuidar do Brasil, cuidando das águas.

Desde 2003 o PVCB tem seus processos interiorizados pelo CJ, de acordo com os entrevistados as principais contribuições das ações do programa para o movimento são:

Ajuda a fortalecer o CJ, dando visibilidade, conseguimos trazer para o CJ os delegados das conferências, que chegam com gás e vontade de por em prática a educação ambiental. CJ 01.

A Visibilidade que ganhando enquanto entidade parceira dos entes Municipais e Estaduais, a possibilidade de renovação dos recursos humanos e a atualização de conteúdos novos, além das trocas entre os estados. CJ 03.
Formação, sensibilização e criação de pensamento crítico de jovens e crianças que começam a atuar diretamente na construção de uma sociedade mais sustentável e melhor, que reflete no campo educacional e social. CJ 06.

O programa Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis trouxe para o CJ uma nova forma de pensar e construir o mundo, pois foi a partir dessa ação que outros foram desencadeadas como os Eventos Primavera X. Acredita-se que todos nós temos uma força inimaginável e cada um pode contribuir pra mudança de mundo em seus territórios; contextualizando as ferramentas digitais e o modo de vida atual, podemos trabalhar em rede e criar projetos sustentáveis nas nossas comunidades de forma independente. CJ 12.

Acredito que são nessas ações que o CJ constrói a sua base. São nessas ações que os CJ's se encontram além de mobilizadores sociais, mas também como educadores ambientais, numa clara tentativa de ser morada para os pré-adolescentes e adolescentes participantes que, serão os jovens do coletivo no

futuro. Quero dizer, apesar de ser só uma parte do CJ, as ações do Programa Vamos Cuidar do Brasil, são importantes porque são espaço de inspiração e motivação mútua para quem participa. CJ 24.

Refletem sobre a avaliação do PVCB da seguinte forma:

É um programa excelente. No entanto, para ser efetivo ele precisa de representantes que vejam a educação ambiental como algo importante para a formação brasileira e através desse pensamento, criem mecanismos de fortalecimento do programa. Só assim ele terá suas ações transformando vidas e o Brasil. CJ 05.

Não ter se tornado uma política de Estado foi um grande gargalo. Era preciso que durante o governo Lula/Dilma fosse incentivado que o programa deixasse de ser uma política de governo, dessa forma a continuidade dos processos educacionais não seriam interrompidos mediante mudanças governamentais. CJ 13.

Para mim é um programa revolucionário, que colocou o Brasil na liderança mundial em temas de políticas de educação ambiental. Certamente é uma referência global tanto pela qualidade quanto pela dimensão que o programa conseguiu atingir, então os avanços foram muitos. Os contra estão justamente na volatilidade a que o programa ficou submetido conforme as mudanças políticas, diminuindo drasticamente os investimentos até o inviabilizar por completo. CJ 18.

O Programa Vamos Cuidar do Brasil é excelente e responsável por acender nos educandos a vontade e a possibilidade de imaginar e concretizar mudanças efetivas no meio em que estão inseridos. Mesmo com toda a defasagem, mesmo com o período muitas vezes extenso de um trabalho a outro, ou mesmo a não continuidade de muitos projetos por falta de apoio, ainda é capaz de revelar grandes transformadores sociais, conscientes da sua ação no mundo. CJ 23.

Acredito que é necessário respeitar os direitos da juventude e por assim entender, lhe permitir o poder da fala, do espaço e das ações. Quando um governo não compreende a força da sua juventude e o que ela representa, não é possível cuidar do Brasil. Hoje nós somos o presente criando o próprio futuro, portanto, esse protagonismo vivido no Programa Vamos cuidar do Brasil é exemplo para construções de sociedades sustentáveis e o modelo ideal para alcançarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. CJ 24.

Os entrevistados avaliam o programa como excelente, no entanto, há um longo caminho a ser percorrido, para que as ações do programa possam ser incorporadas no PPP das escolas, a exemplo do PVCB que não se tornou uma política de governo. Os governos realizam as ações quando querem, fica facultativo ao interesse individual do gestor. Porém pode constatar-se uma forte contribuição para a emancipação dos CJ's em seus territórios lhes proporcionando visibilidade nacional.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegar a esta etapa do trabalho não foi uma tarefa fácil, realizar pesquisa no Brasil na atual conjuntura política, onde a ciência não é valorizada e desacreditada pelo presente (Des)governo, torna-se um desafio constante, aliado ao cenário de pandemia do COVID-19 onde até mês de agosto de 2021 o número de mortos já ultrapassa 569 mil vítimas. Este quadro gerou várias complicações ao longo da realização da pesquisa, inicialmente houve o fechamento das escolas, os sujeitos encontravam-se realizando isolamento social em suas casas, o risco de contaminação do vírus foi alguns fatores predominantes. Foi necessário estabelecer uma nova metodologia, levando em consideração os problemas existentes e os protocolos de segurança estabelecidos pelo Governo do Estado do Piauí e instituições de saúde como a OMS.

Não considero esta parte do trabalho como “Consideração Finais”, porque não acredito no “fim”, compreendo que este não é fim, é apenas o começo de um conhecimento que perdurará por gerações, o intuito é que os resultados apresentados aqui, possam despertar nos leitores à vontade de compreender melhor o PVCB e que estes dados possam guiá-los em suas futuras pesquisas sobre políticas públicas de EA.

Considerando a problemática da pesquisa - O programa “Vamos Cuidar do Brasil” pode contribuir para a formação e transformação do currículo, espaço físico e gestão democrática no ensino fundamental das escolas públicas? -, posso considerar que contribuíram em partes, considerando que, embora, as escolas investigadas realizem as ações de EA e participem dos processos do PVCB, elas ainda não conseguiram inserir e firmar a interdisciplinaridade da EA no currículo escolar. Os profissionais de educação relatam que o foco do PPP está no desenvolvimento de ações para a realização da Prova Brasil para alcançar os índices do IDEB. Importante frisar que as escolas localizadas na zona rural não são envolvidas e nem executam projetos de EA.

Em relação ao espaço físico, a contribuição do PVCB é mínima, pois não destina nenhum recurso financeiro para que as escolas do município possam melhorar suas condições de infraestrutura, logo, as escolas estão longe de se tornarem “escolas sustentáveis”, proposta e desafio do programa. Embora existam estas dificuldades, as escolas conseguiram criar hortas e realizar suas ações em áreas externas.

Para a gestão democrática nas escolas de Santa Cruz dos Milagres-PI, o PVCB contribuiu bastante nos anos de 2009 e 2014 com a instituição das COM-VIDAS na escola, onde houve a execução de ações práticas e estruturantes, a gestão das ações era compartilhada com alunos, professores e agentes da comunidade. Ainda em 2014, algumas escolas receberam

incentivos do PDDE escolas sustentáveis para executar as ações de seus projetos. No entanto houve problemas para manter as convidadas ativas, perante a rotatividade e transferência de alguns alunos, e a falta de interesse dos professores e gestores em seguir com os trabalhos da COM-VIDA. As ações do PVCB precisam acontecer de forma permanentes nas escolas, e não apenas como uma ação de governo, somente assim a EA será enraizada nas rotinas e no PPP das escolas públicas.

O perfil dos profissionais de educação das escolas é caracterizado pela predominância de mulheres com idade entre 42 e 57 anos de idade, autodeclaradas de cor parda e residentes na zona urbana do município, maioria possuem especialização e possuem mais de 21 anos de atuação no ensino infantil e fundamental das escolas. As análises permitiram a compreensão de que: a) a maioria destes profissionais são concursados a mais de 20 anos, b) existem poucos contratos temporários.

Conhecer este perfil foi essencial para compreender o cenário do PVCB na localidade, especialmente por se tratar de um programa destinado aos professores e alunos. Foi importante estudar as mudanças no perfil dos profissionais e entender o quanto a imagem desse perfil reflete a situação vivenciadas pelas escolas e a questões plurais da profissão atualmente.

A percepção dos entrevistados em relação as políticas públicas de EA e ao PVCB apontam que as ações de EA só foram trabalhadas com as escolas a partir do surgimento do programa em 2003, antes disso, a EA não era um tema recorrente e havia pouco conhecimento sobre o tema. Os temas ambientais eram e ainda são na atualidade bastante restritos a disciplina de ciência, os entrevistados apontam dificuldades para trabalhar com a interdisciplinaridade, devido à falta de orientação e formação.

Os principais sonhos dos profissionais das escolas é a preservação do rio São Nicolau com 96% das indicações, 90% dos entrevistados também sentem o desejo de reativar e/ou criar as COM-VIDAS nas escolas, 80% desejam inserir temas relacionados à EA em seu currículo. As dificuldades/desafios encontrados foram que todos os participantes apontam a falta de recursos financeiros como o maior desafio para a realização de projetos de EA, e 96% indicam que as dificuldades estão relacionadas à poluição do Rio São Nicolau.

Os fatores de poluição e enchentes do Rio que banha a área do município, afeta diretamente o desenvolvimento das atividades escolares. O turismo religioso da localidade embora seja uma expressão tradicional secular e cultural, mesmo contribuindo para a economia local, causa sérios impactos ambientais que afetam a vida dos moradores. Em período dos festejos, as escolas são paralisadas em meses específicos podendo chegar até 15 dias de paralização. Durante as cheias do rio, casas e escolas são alagadas, alguns alunos da zona rural

que estudam em área urbana são impossibilitados de estudar devido ao bloqueio de travessia do rio.

Os principais obstáculos apontados para a inserção da EA nas escolas são a falta de interesse dos professores em trabalhar o tema em suas disciplinas, falta de formação continuada, a falta de interesse dos alunos e falta de interesse da gestão em integrar a EA ao PPP da escola. A adesão das escolas ao PVCB é voluntária, no entanto houve uma leve pressão das instituições de ensino para alcançar resultados e participar e da etapa nacional do processo. As escolas da zona rural não foram envolvidas no processo das conferências e elaboração dos projetos de EA do município.

As soluções apontadas refletem futuras ações a serem desenvolvidas pelas escolas, todos participantes concordaram que deve haver ação urgentes para a revitalização do Rio São Nicolau, os principais pontos foram: proibição definitiva de barracas/churrascarias às margens do Rio São Nicolau, colocar banheiros químicos na beira rio durante os festejos, realizar mutirão de limpeza do Rio São Nicolau, para recolher os lixos da margem e de dentro do rio e dar continuidade ao projeto Guardiões da Cidade.

As propostas articuladas pelos profissionais precisam ser dialogadas com os representantes da associação dos barraqueiros locais e a comunidade, estes vivem em um conflito constante na cidade, onde de um lado temos visitantes procurando por um espaço de lazer, em outro a população que não concorda com as questões sofridas pelo rio e de outro os barraqueiros que alegam compreender a problemática e dizem praticar ações para diminuir o impacto.

Em relação a participação no programa PVCB, a maior parte dos profissionais participaram dos processos da V CNIJMA realizada recentemente entre 2017 e 2018, e os principais resultados e projetos elaborados envolvem os trabalhos da COM-VIDA na localidade.

Os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ) são um movimento que surgiu durante a I CNIJMA em 2003, esses jovens são os principais parceiros do PVCB, muitos deles foram delegados (as) nas escolas públicas, e posteriormente passam a atuar como facilitadores das metodologias aplicadas, assim, vão desde participantes até organizadores das atividades desenvolvidas, atuam no processo das conferências como voluntários e não recebem nenhum incentivo financeiro do PVCB para continuar trabalhando com as escolas e realizar suas ações estaduais. Analisar estes sujeitos na pesquisa foi extremamente importante para compreender outros aspectos do programa.

Os CJ's vivenciaram etapas, como alunos nas escolas e trouxeram a visão na perspectiva de ponta, da incidência da política e de atores que realizam formações nas escolas, contribuindo no processo de apoio intergeracional. A relevância destes dados no trabalho deve ser considerada, uma vez que foi impossível entrevistar os alunos das escolas do município, devido a pandemia do Covid-19.

Além de todas as análises da gestão e desdobramentos do PVCB realizadas nesse trabalho, julgo pertinente algumas sugestões para a melhoria do programa:

- I. O PVCB pode realizar formações sobre captação de recursos para projetos de EA e buscar parcerias com os demais ministérios para que o programa perpetue;
- II. Ampliar a participação das pluralidades regionais e étnicas, abrir maior espaço de fala para todos as regiões, incluindo interiores;
- III. Realizar formação continuada de educadores para a educação ambiental. Que seja proporcionado aos participantes a chance de replicar pelas comunidades e regiões os conhecimentos, práticas e metodologias conhecidas. Dar voz e incentivo ao jovem que sai do processo de conferência;
- IV. Fortalecer o apoio e incentivos para as escolas públicas, para evitar descontinuidade nos projetos e melhor difundir as ações do Programa;
- V. Reanálise territorial, social, cultural e econômica para impactos de desenvolvimento e transformações comunitárias e societárias;
- VI. Tornar-se uma política de estado e não apenas uma política de governo.
- VII. É preciso fomentar recursos, mas acima de tudo criar estratégias de envolvimento que despertem e permitam a participação da juventude nas definições de futuro, lhes garantido o protagonismo e lhes permitindo o desenvolvimento de suas ações através do seu processo criativo a partir do programa. Deve haver também ações de continuidade e mapeamento, acompanhamento, evolução e aplicações.

As sugestões citadas acima podem melhorar o desenvolvimento do programa, porém é preciso compreender que o cenário político no Brasil não é muito motivador, exige-se um trabalho árduo e reivindicações, pois sem políticas públicas não conseguimos avançar para um mundo justo, igualitário e sustentável. As ações do PVCB não acontecem no Brasil desde 2019 a 2021 (governo Bolsonaro), este acabou com os setores de EA dentro do MEC e MMA e desacredita as ações ambientais.

Acredito que a EA pode inspirar educadores, alunos e jovens a transformar a sua realidade com ações locais e pensamentos globais, compreendo que os avanços na educação acontecem de forma lenta, porém foi o PVCB que me inspirou a atuar e desenvolver projetos de EA. Espero que os dados apresentados neste trabalho possam inspirar novos pesquisadores a continuar realizando análises da EA no Brasil e no mundo, que contribua no reconhecimento das instituições públicas e privadas de que este programa embora precise ser melhorado é uma das principais políticas que podem garantir a efetividade da EA nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, maio/dez. 1997.
- ABREU, D. G., CAMPOS, M. L. A. M., AGUILAR, M. B. R. **Educação Ambiental nas escolas da região de Ribeirão Preto (SP): concepções orientadoras da prática docente e reflexões sobre a formação inicial de professores de química.** Revista Química Nova, v.31, n. 3, p.688-693, 2008.
- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas contemporâneas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005
- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. **O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, a. j., & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1998.
- ALVES, T.; PINTO, J. M. R. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.
- ALVARENGA, E.; VIEIRA, E. P.; LIMA, M. M. **Os impactos das políticas educacionais brasileira no trabalho docente.** In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO, 6., Rio de Janeiro-RJ, 2006. Anais..., Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão.** In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.
- ANDRÉ, M. **A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000.** Revista Brasileira sobre Formação Docente, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-56, ago./dez. 2009
- ARAÚJO, J. B. S.; SILVA, C.J., SANTANA, C.G. **Oficina do Futuro como Metodologia de Formação Inicial com Alunos do PIBID.** Anais... 8º Encontro Internacional de Formação de Professores (ENFOPE) e 9º Fórum Permanente de Inovação Educacional (FOPIE), 2015.
- ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- AVRITZER, L. **Democratization and changes in associative pattern in Brazil.** Journal of Interamerican Studies and World Affairs, v. 42, n. 3, p. 59-76, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, **Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

AZEVEDO, Victor de Abreu. **Jogos eletrônicos e educação: construindo um roteiro para a sua análise pedagógica**. Renote – Novas Tecnologias na Educação – UFRGS, Porto Alegre. V. 10 nº 3, 2012.

BANGO, Júlio. Políticas de Juventude na América Latina. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria**, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Revista de Sociologia Política, 21, 83-108. 2003.

BERQUÓ, E. Prefácio. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, Brasília, v.1, p. 15-18, 1999.

BONOTTO, D. M. B. **Contribuições para o trabalho com valores em Educação Ambiental**. Ciência & Educação, Bauru, v. 14, n. 2, p. 295-306, 2008.

BORDIGNON, G. **Gestão democrática da educação**. In: Gestão democrática da educação. Ministério Brasília, out. 2005. p. 3-13. (Boletim 19).

BORGES, Jesus Rosemar. **Levantamento da situação escolar em sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul: uma determinação política de financiamento do ensino público e/ou ferramentas de gestão?** 2014. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014

BOMFOCO, Marco Antônio; AZEVEDO, Victor de Abreu. **Os jogos eletrônicos e suas contribuições para a aprendizagem na visão de J. P. Gee**. Renote – Novas Tecnologias na Educação – UFRGS, Porto Alegre. V. 10 nº 3, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília-DF. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação Geral de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/secad>> acessado em: 02 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. DECRETO Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Brasília, DF, outubro 2017. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> acessado em: 10 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. Ed. Brasília: MEC/MMA, 2005. p.102.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais; introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola**. Brasília (BRASIL): MEC, 2001. 426 p.

BRASIL. **Relatório Final da I Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente**. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília-DF. 2013.

BRASIL. **Relatório Final da Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente**. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MEC; MMA, 2003.

BRASIL. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Brasília: MEC; MMA, 2013.

BRASIL. **Relatório Final da IV Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente**. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MEC; MMA, 2018.

BRASIL. **Manual orientador: coletivos jovens de meio ambiente**. Brasília: MMA, MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/cjs.pdf>>.

CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre a juventude**. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARMO, Paulo Sergio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5ª Ed., São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I.C.M. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea.** In: R. NOVAES; P. VANNUCHI (orgs.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, p. 45-68. 2004.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental.** Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 9, n. 16, p. 46-56, 2001.

CARVALHO, N.O. **assoreamento de reservatórios – conseqüências e mitigação dos efeitos.** In: IV Encontro Nacional de engenharia de Sedimentos. Santa Maria-RS. Cdrom. 1-22p. 2000.

CARVALHO, N. O; FILIZOLA Jr., SANTOS, P. M. C; LIMA, J. E. F. W. - Guia de avaliação de assoreamento de reservatórios Brasília : ANEEL, 185p. 2000.

COIMBRA, M. B.; NASCIMENTO, M. L. **Jovens pobres: o mito da periculosidade.** In: FRAGA, C. P. F.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). *Jovens em tempo real.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.19-37.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo. **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina.** São Paulo, Paz e Terra, 2006.

DEBONI, F.; MELLO, S. S. **Pensando sobre a “geração do futuro no presente: jovem educa jovem”, COM-VIDAS e Conferência.** In: MELLO, S. S; TRAJBER, R. (Coord). *Vamos cuidar do Brasil - conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola.* Brasília- Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 35-43.

DEBONI, F.; MELLO, S. S. TRAJBER, R. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente e Com-Vida na escola: a geração do futuro atua no presente.** Revista brasileira Cuiabá - 2009. Número 04

DENZIN, K., & LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research.* Thousand Oaks: Sage publications, 2000.

DIEESE, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota técnica nº 141 de outubro de 2014: **Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica.** São Paulo, 2014a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ELLIOTT, A.; MADIO, T. *Análisis documental de las imágenes fotográficas de las romerías del Nordeste de Brasil.* Ibersid: revista de sistemas de información y documentación (ISSNe 2174-081X; ISSN 1888-0967), v. 7, p. 143-150, 21 set. 2013.

FARIA, Cláudia Feres. **Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva?** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, June, 2010.

FARIA, C. F. **Da constituição do interesse público à busca por justiça social: uma análise das dinâmicas participativa e deliberativa nas conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas públicas.** 2011

FANFANI, E. T. *La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 411-23, maio-ago. 2004.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de. *Teaching music in the preparation of generalist teachers: A Brazilian experience.* Bulletin of the Council for Research in Music Education, n. 161/162, p. 73-81, 2004a.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de. **A preparação musical de professores generalistas no Brasil.** Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 11, p. 55-62, 2004b.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de. **A pesquisa sobre a prática musical de professores generalistas no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro.** Em Pauta, v. 18, n. 31, p. 30-50, 2007.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de. **O ensino de música na educação brasileira: um breve panorama a partir da legislação educacional.** In: ALCÂNTARA, Luz Marina; TEXEIRA, Edvânia Braz (Org.). O ensino de música: desafios e possibilidades contemporâneas, v. 1. Goiânia: SEDUC/Governo de Goiás, 2009. p. 81-89.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Artmed, 2009.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação.** São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FRANCO, C; ALVES, F; BONAMINO, A. **Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 989-1014, 2007.

FRACALANZA, H. **As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários preliminares.** In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F. S. (Orgs.) Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental. Pelotas: Editora Universitária, 2004.

GATTI, B. A. **A atratividade da carreira docente no Brasil.** Estudos e Pesquisas Educacionais, São Paulo, n.1, p. 139-210, maio/ago. 2010.

GATTI, B.; BARRETTO, E. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. (Orgs.). **Educação ambiental: fundamentos, práticas e desafios**. Itajaí: UNIVALI, 2007.

GUIMARÃES, M. **Pesquisa e processos formativos de educadores ambientais na radicalidade de uma crise civilizatória**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.13, n.1, págs.58-66, 2018.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica**. In: LAYRARGUES, P.P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

HENRIQUE, R. (org). **Educação ambiental: aprendizes de Sustentabilidade**. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília: Cadernos Secad 1, mar.2007. 109 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Instrução Normativa Cgpeg/Dilic/Ibama Nº 02/12. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de Março de 2012, Seção I, p. 130.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude: documento de conclusão**. São Paulo, 2004.

IULIANELLI, J. A. S. **Juventude: construindo processos - o protagonismo juvenil**. In: FRAGA, C. P. F; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.) Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KAWASAKI, C. S.; CARVALHO, L. M. **Tendências da pesquisa em Educação Ambiental**. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.25, n.3, p. 143-157, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/08.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

KRISCHKE, P.J. (org.) **Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul**. Florianópolis, Editora da UFSC, 189 p. 22, 2000.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologie de l'action publique: domaines et approches*. Armand Colin, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **“As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira”**. Revista Ambiente e Sociedade. São Paulo, v. XVII, nº 1, p. 23-40, jan-mar/2014.

LAYRARGUES, P. P. Apresentação: **(Re) Conhecendo a Educação Ambiental brasileira**. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria e Educação Ambiental. Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.

LEITE, Rosana Franzen; RODRIGUES, Maria Aparecida. **Aspectos sociocientíficos e a questão ambiental: uma dimensão da alfabetização científica na formação de professores de química**. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 9, n.3, p. 38-53, 2018. Disponível em: <<http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/1261/1000>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LIMA, G. F. da C. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, G. F. da C. **Educação Ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

LISBOA, Maria da Graça Portela. **Design e qualidade: uma análise do processo produtivo de ourivesaria**. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

LIPIETZ, A. **A ecologia política: solução para a crise da instância política?** In: ALIMONDA, H. (Ed.). Ecologia política. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora**. In: LAYRARGUES, P.P. (Org). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

LOUREIRO, C. F. B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, p. 13-20, 2004.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAMANI, F. H. *Buen vivir / vivir bien. filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima: 2010.

MANZOCHI, L. H.; CARVALHO, L. M. **Educação ambiental formadora de cidadania em perspectiva emancipatória: constituição de uma proposta para a formação continuada de professores**. Pesquisa em Educação Ambiental, São Carlos, v. 3, p. 103-124, 2008.

MARRI, Izabel; RACCHUMI, Júlio. **Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 28., 2012, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia, SP: Abep, 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[596\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[596]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARTINS, H. H. T. S. **A juventude no contexto da reestruturação produtiva.** In: ABRAMO, H.W; FREITAS, M.V; SPOSITO, M. P. (org) *Juventude em debate.* São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2002, p.17-41.

MEDEIROS, R. C. R., VALENTE, G. S. C. **A prática docente reflexiva baseada no currículo integrado: uma questão de competências.** *Revista Ibero-americana de Educação*, n. 54, p.1-9, 2010.

MENEZES, J. B. F. de; NOGUEIRA, A. P.; PAIXÃO, G. C.; DA PONTE, F. L.; PEREIRA, L. M. G. **Conceitos, práticas de educação ambiental e formação cidadã na escola.** *Ambiente & Educação*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 185–197, 2018. DOI: 10.14295/ambeduc.v23i1.6620. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/6620>. Acesso em: 26 out. 2021.

MENDES, David. **Santuário de Santa Cruz dos Milagres: Um pouco de sua história.** 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo. Tradução de Eliane Lisboa.** Porto Alegre: Sulina, 3ª Edição, 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MOZZATO, A. R., & GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NAVES, J.G.P.; BERNARDES, M.B.J. **A Relação Histórica Homem/Natureza e sua Importância no Enfrentamento da Questão Ambiental.** *Geosul*, v.29, n.57, p.7-26, 2014.

NIRENBERG, O. *Participación de adolescentes em proyectos sociales: aportes conceptuales y pautas para su evaluación.* Buenos Aires: Paidós, 2006.

NOVAES, R. R. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias.** In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 197-209. maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, H. T. **Ponto de partida: nebulosas à vista!** In: MELLO, S. S, TRAJBER, R. (orgs.) *Vamos cuidar do Brasil.* Brasília: Ministério da Educação; 2007.

OLIVEIRA, D. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções.** 3. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Além das fronteiras.** In: MARTINS, Maria Helena. Fronteiras culturais: Brasil, Argentina e Uruguai. Porto Alegre: Atelier Editorial, 2002, pág.35-39.

PIVELLI, Sandra Regina Pardini; KAWASAKI, Clarice Sumi. **Análise do potencial pedagógico de espaços não formais de ensino para o desenvolvimento da temática da biodiversidade e sua conservação.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências, 5. 2005, Bauru. Anais... Bauru: ABRAPEC, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/venpec/conteudo/artigos/1/pdf/p674.pdf>>. Acesso em: 8 agosto. 2021.

POLENA, A.; GOUVEIA, A. B. **Perfil do professor: análise de série histórica.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26., Recife, 2013. Anais..., ANPAE, Recife, 2013.

POGREBINSCHI, T. et al. **Entre representação e participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2010.

RAMOS, Irene de Lacerda; VASCONCELOS, Tomás Noel Herrea. **Prática pedagógica a partir da aplicação de atividades contextualizadas sobre o tratamento de água no ensino de química e educação ambiental.** Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 6, n. 3, p. 72-90, 2015. Disponível em: <<http://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/846/802>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIGOTA. **Meio Ambiente e Representação Social.** 8ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

RIBEIRO, R. J. **Política e juventude: o que fica da energia.** In: NOVAES, R. R. et al. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 19-33.

RODRIGUES, J. do N.; LOUREIRO, C. F. B. **Pela formação integral de educadores: as dimensões reflexiva, crítica e ambiental.** Educ. foco, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 1-25, 2017.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spode. **Educação e Sustentabilidade. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET/UFMS.** V (5), nº5, p. 857 - 866, 2012.

SHAH, Sonali K; CORLEY, Kevin G. **Building Better Theory by Bridging the Quantitative– Qualitative Divide**. Journal of Management Studies, vol. 43, n. 8, p. 1821-1835, dec.2006.

SANTIAGO, C. M. C., GOMES, L. C. F. **Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São Nicolau-PI**. 2013

SANTOS, C. P. **A Educação Ambiental –um estudo de caso no município de Vitória da Conquista –BA** [Dissertação]. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz; 2007.115 p.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental**. In: **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (org.). Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCORZAFAVE, L. G. D. S. **Características do professor brasileiro do ensino fundamental: diferenças entre o setor público e o privado**. Revista Economia & Tecnologia, v. 7, n. 2, abr./jun. 2011.

SENKEVICS, A. S.; MACHADO, T.; OLIVEIRA, A. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep**. Brasília: Inep, 2016. (Textos para Discussão, n. 41).

SHELDON, Lee. **The Multiplayer Classroom: Designing Coursework as a Game**. Boston, MA: Cengage Learning, 2012.

SOARES, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: MPOGIPEA, 2007. (Texto para discussão n. 1267). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1267.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A.: **Educação Ambiental como Política Pública**. In: Educação e pesquisa, vol. 31 ano 2. P. 285-299, São Paulo, Maio/Agosto 2005.

SOUSA, S. Z; OLIVEIRA, R. P. **Sistemas estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, dez. 2010.

SOUZA, A. R. **O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho**. Educar em Revista, Curitiba, n. 48, p. 53-74, abr./jun. 2013.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. **Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 19, n. 35, dez. 2011.

SOUZA, R. M, SANTOS, M. M. **Análise da prática pedagógica em Educação Ambiental no contexto de escola rural em Itaporanga D Ájuda –SE.** Revista Vitas, n. 2, p. 1-17, 2012.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: LEON, O.D. **Políticas públicas de juventud en América latina: políticas nacionales.** Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

SEBRAE. **Ferramenta 5W2H.** Disponível em: <http://www.trema.gov.br/qualidade/cursos/5w_2h.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SZYMASKI, H. (org.); ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro, 2004.

TEIXEIRA, L. A; TALAMONI, J. L. B. **A relação teoria e prática e a Educação Ambiental na escola: pensando a formação docente na perspectiva da pedagogia histórico-crítica;** 2012: XVI ENDIPE, 2012.

TBILISI. **Declaração de Tbilisi,** 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2021.

TOZONI-REIS, M. F. de C.; CAMPOS, L. M. L. **Educação Ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, p. 145-162, Edição Especial n. 3, p. 145-162, 2014.

TOZONI-REIS. M.F.C., **Educação Ambiental: razão e história.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. (org.). **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

TURPIN, M. E. **A Alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia da segurança alimentar [dissertação].** Universidade Estadual de Campinas; 2008.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, C. P. **O sexo e o gênero da docência.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2001.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro, 2005.

WERBACH, Kevin; HUNTER, Dan. **For The Win: How Game Thinking Can Revolutionize Your Business.** Filadélfia, Pensilvânia: Wharton Digital Press, 2012.

WERLE, F. O. C. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino.** Ensaio:

Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, 2011.

WILLISON, Julia. **Educação ambiental em jardins botânicos: diretrizes para o desenvolvimento de estratégias individuais.** Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 2003.

WORTHEN, B.; SANDERS, J.; FITZPATRICK, J. **Avaliação de programas: concepções e práticas.** São Paulo: EDUSP:Gente, 2004.

**APÊNDICE A - FORMULÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES-PI
(DIRETORES, COORDENADORES, PROFESSORES E DEMAIS TÉCNICOS)**

Prezado Sr. / Sra.,

Obrigado pela sua disposição em participar desta pesquisa acadêmica!

Completar este breve questionário vai nos ajudar a obter os melhores resultados.

1) Em qual escola você trabalha?

- Centro de Educação Municipal
Manoel Portela
- Pré Escola Municipal Mundica
Portela
- Unidade Escolar Eustáquio Portela
– Anexo (Extensão do Centro E. M.
Manoel Portela)
- Escola Municipal Rural Jeremias
Nogueira
- Escola Municipal Rural Sinhá
Pereira da Silva
- Escola Municipal Rural Antônio
Tomé Soares de Carvalho
- Unidade Escolar Municipal Rural
Édson Queiroz
-
- Outros: _____

2) Onde sua escola está localizada?

- Zona urbana
- Zona rural
- Outra: _____

3) Data de Nascimento:

____/____/____

4) Idade: _____

5) Sexo:

- Feminino
- Masculino
- Não declarar

6) Cor/Raça:

- Branca
- Parda
- Preta
- Amarela
- Indígena
- Outra: _____

7) Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Outros: _____

8) Formação acadêmica:

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outros: _____

9) Profissão/Função:

- Secretário(a) de educação
- Diretor(a)
- Coordenador(a)
- Professor(a)
- Serviços Gerais
- Outros: _____

10) Área de formação:

- Biologia
- Geografia
- Física
- Matemática
- História
- Português
- Artes
- Não possui
- Outra: _____

11) Experiência docente:

- de 01 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- acima de 20 anos
- Não possui

12) Se você é professor em que modalidade de ensino em que atua?

- () Apenas ensino fundamental
 () Ensino fundamental e médio
 () Ensino fundamental e infantil
 () Ensino fundamental, infantil e médio
 () Nenhuma das alternativas
 ()
 Outra: _____

13) Você já participou de algum processo das conferências infante juvenis pelo meio ambiente e/ou outras ações do programa Vamos Cuidar do Brasil?

Obs: Selecione uma ou mais alternativas

- () Oficinas de conferência – etapa preparatória
 () Conferência na escola
 () Conferência Municipal
 () Conferência Estadual
 () Conferência Nacional
 () Pós - Conferência
 () Primavera X

- () Nenhuma das alternativas
 () Outro: _____

14) Em quais anos você participou das ações do programa Vamos Cuidar do Brasil?

Obs: Selecione uma ou mais alternativas

- () 2008
 () 2009
 () 2013
 () 2014
 () 2017
 () 2018
 () 2019
 () 2020

15) Como você classifica os processos do programa: Vamos Cuidar do Brasil?

- () Bom
 () Muito bom
 () Excelente
 () Regular
 () Ruim
 () Péssimo

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Questões abertas – Gravação em áudio e/ou vídeos

16) Você já desenvolvia em sua escola atividades de Educação Ambiental antes da aplicação dos processos do PVCB? Como eram realizadas e quem executava?

17) Relate como foi realizar as ações do PVCB na escola no período de 2003 a 2020?

- a) Atividade coletiva (atividade de aprendizagem ou projeto);
 b) Implantação da EA no PPP da escola;

18) Quais os projetos ambientais desenvolvidos pela sua escola no período de 2003 a 2020?

19) Considerando todos os prós (avanços) e os contras (limites ou dificuldades), qual a sua avaliação do PVCBE no período de 2003 a 2020?

DINÂMICA DE GRUPO
(Oficina com professores – Questões norteadoras)

25) Elaborem um diagnóstico da situação atual de sua escola em relação as práticas de EA considerando os eixos: currículo, gestão e espaço físico.

26) Quais são as ações (sonhos) que sua escola pretende realizar para a inserção da EA em sua escola? Considerando os eixos: currículo, gestão e espaço físico.

27) Quais as dificuldades (Desafios) que a sua escola encontra para a realização de ações ambientais em sua localidade? Considerando os eixos: currículo, gestão e espaço físico.

28) Quais são as propostas para a inserção da EA em sua escola e município? considerando os eixos: currículo, gestão e espaço físico.

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA OS COLETIVOS JOVENS DE MEIO
AMBIENTE DO BRASIL
(FORMULÁRIO ONLINE DO GOOGLE)**

Prezado Sr. / Sra.,

Obrigado pela sua disposição em participar desta pesquisa acadêmica!

Completar este breve questionário vai nos ajudar a obter os melhores resultados.

01) Data de Nascimento:

____/____/____

Conferência na escola

Conferência Municipal

Conferência Estadual

Conferência Nacional

Pós - Conferência

Primavera X

Nenhuma das alternativas

Outro: _____

02) Idade: _____

03) Sexo:

Feminino

Masculino

Não declarar

04) Cor/Raça:

Branca

Parda

Preta

Amarela

Indígena

Outra: _____

09) Em quais anos você participou das ações do programa Vamos Cuidar do Brasil?

Obs: Selecione uma ou mais alternativas

2008

2009

2013

2014

2017

2018

2019

2020

05) Estado Civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

Outros: _____

06) Formação acadêmica:

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Outros: _____

10) Já atuou como delegado(a) no processo das Conferências Infância Juvenil pelo Meio Ambiente do programa Vamos Cuidar do Brasil? Se sim, em qual ano?

Sim, no ano de _____

Não.

07) Qual o seu estado?

08) Você já participou de algum processo das conferências infância juvenil pelo meio ambiente e/ou outras ações do programa Vamos Cuidar do Brasil?

Obs: Selecione uma ou mais alternativas

Oficinas de conferência – etapa preparatória

11) Como você classifica os processos do programa: Vamos Cuidar do Brasil?

Bom

Muito bom

Excelente

Regular

Ruim

Péssimo

- 12) Quando você entrou no CJ?
- 13) Como você conheceu o CJ?
- 14) Como foi sua trajetória dentro do CJ? O que vivenciou, desenvolveu, executou, etc.
- 15) Faça uma análise de como está o CJ em seu estado/cidade/região. Pontos fortes, o que pode ser melhorado, etc.
- 16) Quais as contribuições das ações do PVCB para o movimento?
- 17) Considerando todos os prós (avanços) e os contras (limites ou dificuldades), qual a sua avaliação do PVCB?
- 18) Que sugestões você daria para as próximas formações e ações do Programa?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Educação Ambiental: Gestão e aplicabilidade do programa Vamos Cuidar do Brasil em escolas públicas de Santa Cruz dos Milagres-PI.

Contexto do desenvolvimento: Dissertação de mestrado.

Pesquisador responsável: José Janielson da Silva Sousa.

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí – UFPI / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

E-mail para contato: jannyellsonwatson@gmail.com

Telefone para contato: (86) 9 9864-5728

Local da coleta dos dados: Santa Cruz dos Milagres-PI.

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. Após seu consentimento, este documento será assinado em duas vias, ficando uma com você participante da pesquisa e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

→ Justificativa:

As políticas públicas de Educação Ambiental visam a transformação da escola em um ambiente mais participativo e próximo das dinâmicas já interiorizadas pelos alunos e comunidades, a contribuição para que haja um novo ritmo do trabalho pedagógico em sala de aula e fora dela e a mudança do cenário do ambiente escolar. Essa nova perspectiva de comportamento na escola pode induzir, naturalmente, aos professores gestores e coordenadores a definir novos paradigmas para o papel que cada um deve assumir nesse contexto numa nova metodologia de interação, de planejamento, de execução e de acompanhamento das ações técnico-pedagógicas planejadas.

A Secretaria de Estadual de Educação do Piauí – SEDUC/PI e as Secretarias Municipais de Educação são responsáveis na gestão e aplicabilidade do programa “Vamos Cuidar do Brasil” nas escolas da rede pública de ensino, na zona urbana e rural dos municípios do estado do Piauí. Elas buscam dar orientações as escolas e monitorar as diferentes ações que contemplam a Política de Educação Ambiental, visando sobretudo alicerçar a formação de recursos humanos com sustentabilidade consciente para a preservação do meio ambiente. Nesta perspectiva devem contribuir ainda para a qualificação dos estudantes como agentes agregadores de conhecimentos e transformadores da sociedade.

Esta pesquisa é importante pois será realizada em escolas da rede municipal de ensino de Santa Cruz dos Milagres-PI e por visar a compreensão dos aspectos de gestão e aplicação do programa “VAMOS CUIDAR DO BRASIL” concebido pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, e como o seu fluxo contínuo de comunicação, envolve a escola das redes públicas, para elaborar, gerenciar e executar projetos de ação, com o apoio da comunidade na criação de espaços educadores sustentáveis.

Nesse sentido, esta pesquisa irá fornecer um panorama do programa Vamos Cuidar do Brasil e suas ações desenvolvidas na educação pública municipal de Santa Cruz dos Milagres-PI, sobre as práticas de educação ambiental, o perfil dos professores, alunos e coletivos jovens, a percepção dos profissionais da educação e dos alunos sobre o programa, considerando suas

perspectivas/sonhos, desafios e propostas para a inserção da educação ambiental, protagonismo juvenil, ações para a resolução de problemas ambientais, possuindo assim importância local e global, sendo preciso abordar esses temas na escola.

→ **Objetivos:**

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a gestão e aplicabilidade do programa “Vamos Cuidar do Brasil” e sua contribuição para a educação ambiental em 07 (escolas) escolas públicas de Santa Cruz dos Milagres – PI no período de 2008 a 2020.

E como objetivos específicos: (i) Descrever o processo de aplicabilidade do programa no ensino regular das escolas públicas; (ii) Relatar a importância do protagonismo juvenil, a atuação e contribuições dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente para o desenvolvimento de políticas públicas de educação ambiental nas escolas. (iii) Caracterizar o perfil dos profissionais da educação (professores, coordenadores, diretores, e demais servidores) e dos alunos das escolas municipais de Santa Cruz dos Milagres-PI e a relação destes com o programa; (iv) Verificar a percepção dos profissionais da educação e dos alunos sobre o programa, considerando suas perspectivas/sonhos, desafios e propostas para a inserção da educação ambiental nas escolas e no município, dentro dos eixos: currículo, espaço físico e gestão; (v) Verificar os projetos de EA desenvolvidos pelas escolas no período de 2008 a 2020, identificando aspectos de gestão do programa para a resolução de problemas ambientais locais.

→ **Procedimentos de coleta de dados:**

Para coleta de dados serão utilizadas entrevistas com questionários semiestruturados, com questões abertas e fechadas relacionadas ao perfil profissional, percepção dos profissionais da educação e dos alunos sobre o programa “Vamos Cuidar do Brasil” e práticas de educação ambiental. Serão realizadas oficinas interativas com grupos de trabalho, a sistematização das informações levantadas será feita por meio de fotos, gravação em áudio e/ou vídeo. O tempo estimado de sua participação será de 2 horas, no espaço interno da instituição de ensino que você trabalha, data e horário de sua escolha. Aos participantes será garantido assistência integral durante a realização da coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa.

→ **Descrever os riscos da pesquisa para o participante e as formas de contorná-los:**

A presente pesquisa oferece risco mínimo de dano físico, moral, intelectual, social, cultural a você participante e relaciona-se a possíveis constrangimentos que possa vir a sentir durante a gravação (apenas áudio) das entrevistas para produção de dados. No entanto, ressaltamos que estes riscos serão contornados por meio da interação entre a pesquisadora responsável e as/os participantes com a finalidade de proporcionar confiança, segurança e conforto durante a realização da entrevista. Além disso, os participantes poderão escolher o local dentro da instituição de ensino, data e horário que se sintam mais confortáveis, confiantes e tranquilos, pensando assim, sempre no bem-estar do participante para o bom andamento da entrevista.

→ **Benefícios da pesquisa:**

Esta pesquisa trará como benefícios, a relação das práticas de educação ambiental desenvolvidas pelos professores, gestores, aluno e coletivos jovens, em escolas da rede municipal de ensino de Santa Cruz dos Milagres-PI, que receberam incentivos da política

pública ‘Vamos Cuidar do Brasil’, a fim de desenvolver atividades socioambientais que envolvam a escola e a comunidade.

Aplicação de oficinas interativas com os participantes da pesquisa estimulando a aprendizagem por meio de metodologias ativas de ensino, promovendo a resolução de problemas ambientais locais com propostas de intervenção.

A construção de ações técnico-pedagógicas para serem aplicadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e desenvolvidas ao longo dos anos de maneira permanente e com o intuito de trabalhar a educação ambiental de forma transversal, interdisciplinar.

Além disso, compreender a posição dos professores quanto aos movimentos de adolescentes e jovens em favor de políticas públicas de educação ambiental. Dessa forma, esta pesquisa será importante para conhecer o panorama atual da educação pública municipal quanto às práticas desenvolvidas pelo programa na localidade. E através da análise dos resultados, busca-se produzir artigos científicos e a própria dissertação do mestrado para a apresentação e divulgação da pesquisa em periódicos.

→ Sigilo e privacidade:

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos), os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Além disso, os participantes terão direito ao acesso dos resultados e serão convidados para a socialização dos mesmos ao término da pesquisa.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina – PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Em caso de persistência de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o José Janielson da Silva Sousa, pesquisador responsável através do telefone: (86) 9 9864-5728 e-mail: jannyellsonwatson@gmail.com.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente e de acordo com o exposto acima, Eu _____

CPF _____, declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas, bem como autorizo a gravação de minha fala e a captação de imagem por meio de fotos. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Santa Cruz dos Milagres-PI, _____, de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Assistente

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Ambiental: Gestão e aplicabilidade do programa Vamos Cuidar do Brasil em escolas públicas de Santa Cruz dos Milagres-PI.

Pesquisador: JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 31042520.6.0000.5214

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.021.115

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1541103.pdf	25/04/2020 16:43:12		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1541103.pdf	25/04/2020 16:36:22		Aceito
Orçamento	12_Orçamento_detalhado.pdf	25/04/2020 16:33:16	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Cronograma	11_Cronograma.pdf	25/04/2020 16:31:33	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	9_Curriculo_Lattes_Pesquisadora_Assistente.pdf	25/04/2020 16:30:22	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	9_Curriculo_lattes_pesquisador_responsavel.pdf	25/04/2020 16:29:47	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	8_Instrumento_de_Coleta_de_Dados.pdf	25/04/2020 16:29:12	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	7_Termo_de_confidencialidade.pdf	25/04/2020 16:28:36	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	6_Autorizacao_Institucional.pdf	25/04/2020 16:27:56	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5_Termo_de_assentimento.pdf	25/04/2020 16:27:14	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4_Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_TCLE.pdf	25/04/2020 16:26:33	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	3_Projeto_de_pesquisa.pdf	25/04/2020 16:26:04	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	2_Declaracao_dos_pesquisadores.pdf	25/04/2020 15:58:18	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	1_Carta_de_encaminhamento.pdf	25/04/2020 15:57:23	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito

Folha de Rosto	10_Folha_de_rosto.pdf	25/04/2020 15:25:28	JOSE JANIELSON DA SILVA SOUSA	Aceito
----------------	-----------------------	------------------------	----------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 11 de Maio de 2020

Assinado por:
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento
Coordenador(a)